

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A CULTURA DA PESCA ARTESANAL DE BOTE NA COMUNIDADE
DA BARRA EM RIO GRANDE/RS**

GISELE DE MARIA SANTANA

**RIO GRANDE
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO - ICHI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo**

GISELE DE MARIA SANTANA

**A CULTURA DA PESCA ARTESANAL DE BOTE NA COMUNIDADE
DA BARRA EM RIO GRANDE/RS**

ORIENTADOR PROF. DR. DÁRIO DE ARAÚJO LIMA

**RIO GRANDE
2013**

GISELE DE MARIA SANTANA

**A CULTURA DA PESCA ARTESANAL DE BOTE NA COMUNIDADE
DA BARRA EM RIO GRANDE/RS**

ORIENTADOR PROF. DR. DÁRIO DE ARAÚJO LIMA

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Rio Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Dário de Araújo Lima – Orientador (FURG)

Prof. Dr. Marcos César Borges da Silveira (UFPEL)

Prof. Dr. Edgar Ávila Gandra (UFPEL)

Prof. Dr. Éder Dion de Paula Costa (FURG)

RIO GRANDE
2013

Santana, Gisele de Maria

A cultura da pesca artesanal de Bote na comunidade da Barra em Rio Grande/RS. / Gisele de Maria Santana. - Rio Grande: ICHI/FURG, 2013.

[170 f.] il.

Dissertação (Mestrado).- Universidade Federal do Rio Grande. Graduação em Geografia. Instituto de Ciências Humanas e da Informação. Rio Grande, RS - BR, 2013.

Orientador: Dário de Araújo Lima

1.Cultura.2.Pesca artesanal. 3.Bote. 4.Processo de Trabalho. I. Título.

A todos os pescadores e moradores da Barra.

AGRADECIMENTOS

Não poderia iniciar sem agradecer aos pescadores artesanais da Barra sempre dispostos a responder minhas indagações e meus questionamentos sobre a atividade pesqueira. Muito obrigado pelas valiosas e indispensáveis contribuições. Sem suas memórias e histórias não seria possível à realização desta dissertação de mestrado.

Agradeço também a minha família, por estar sempre ao meu lado. E principalmente ao meu pai, esse velho mestre do mar, que também me ajudou nessa pesquisa esclarecendo dúvidas e inquietações. E que despertou em mim, mesmo que de forma inconsciente, o fascínio pela pesca não apenas enquanto processo de trabalho, mas também como meio de vida.

Não poderia deixar de agradecer a todos os moradores da Barra que de alguma forma contribuíram para o trabalho através de depoimentos, fotografias, documentos e, principalmente, através de suas memórias sobre um tempo pretérito, mas repleto de lembranças e significados.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FURG por fornecer meios, como os quais, pode traçar meu caminho acadêmico. Gostaria de agradecer também ao amigo, e orientador Prof. Dário, pela valiosa atenção dispensada durante todo esse processo. Além disso, as palavras de apoio e incentivo permitiram que eu não desanimasse diante das dificuldades. Aproveito para demonstrar a minha gratidão também ao corpo docente e discente do PPGeo e aos colegas do ASA pelas contribuições recebidas durante a graduação e o mestrado.

E por último agradeço a Capes, que me concedeu a bolsa de mestrado.

RESUMO

A cidade do Rio Grande, por mais de um século, configurou-se como um polo pesqueiro de importância destacada no sul do Brasil. O estuário da Lagoa dos Patos possui importância relevante, porque constitui a área de criação, reprodução e alimentação de boa parte dos peixes e crustáceos que ocorrem no litoral sul do Brasil e são mais acessíveis aos pescadores artesanais. O trabalho faz uma descrição da pesca artesanal, desde 1940, com as tradicionais canoas de pranchão a vela, até a atualidade, com a utilização dos botes motorizados na comunidade da Barra em Rio Grande/RS. Nesta pesquisa, o conceito “processo de trabalho” é entendido como sendo pilar de sustentação para compreender a realidade social de uma comunidade. Tendo o conteúdo histórico e geográfico como alicerce, esta pesquisa tem por objetivo abstrair as relações sociais do processo de trabalho de pescarias de camarão, corvina, bagre e tainha da citada comunidade. Com o marco teórico buscou-se o entendimento sobre os conceitos de cultura, identidade e território como forma de entender melhor a relação espaço/tempo na área de estudo, porque entendemos que a cultura configura-se como um sistema de significados criados historicamente e que orientam os indivíduos a dar forma, ordem, objetivo e direção a suas vidas; as identidades constituem fonte para a construção desses significados, que servem para orientar seus comportamentos e o conceito de território é trabalhado, porque entendemos que a cultura se manifesta sobre um território. O trabalho foi baseado em história oral e memória dos antigos moradores e pescadores da comunidade, pois nesse lugar, ao longo da sua história, constata-se o forte poder de identificação e significação que tem a pesca no trabalho e na cultura da comunidade.

Palavras chaves: Cultura. Pesca artesanal. Bote. Processo de Trabalho.

ABSTRACT

For over a century, the city of Rio Grande was configured as a important fishing pole in southern Brazil. The Patos Lagoon estuary has a great importance because it is a breeding area, been used for reproduction and feeding of most fish and crustaceans that occur in coastal southern Brazil becoming more accessible to the artisanal fishermen. The currently work is a description of fishing since 1940, with the traditional plank canoes and sailing, to the present, with the use of motorized boats in the community of Barra in Rio Grande / RS. In this research, the concept of "work process" is understood as a supporting pillar to understand the community social reality. Having historical and geographical content as the foundation, this research aims to abstract the social relations of the work process for shrimp, croaker, catfish and mullet fisheries. The theoretical framework helped the understanding of the concepts of culture, identity and territory as a way to better understand the space / time in the study area, because we understand that culture is characterized as a system of historically meanings that guide individuals to shape, order, purpose and give direction to their lives; identities are a source for the construction of these meanings which serve to guide their behavior, and the concept of territory is worked because we understand that culture is manifested over a territory. The study was based on oral history and memory of the ancient residents and fishermen of the community, because in this place, throughout its history, fishing has a strong power of identification and significance in the workplace and in the community culture.

Key-words: Culture. Fishing. Boats. Work process.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Tabela com o preço do pescado vendido pelos pescadores. Fonte de dados: KALIKOSKI, <i>et al</i> , 2013.	88
Tabela 2: Tabela com as cidades em que foi realizado o “Censo da pesca artesanal”	105
Tabela 3: Tabela com as principais redes utilizadas para pescar a Tainha.....	123
Tabela 4: Tabela com a principal rede utilizada para pescar a Corvina	123
Tabela 5: Tabela com a principal rede utilizada para pescar o Bagre	123
Tabela 6: Tabela com a principal arte de pesca utilizada para pescar o Camarão	124
Tabela 7: Quadro demonstrativo com os materiais utilizado para a confecção das redes.	130

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Localização da área de estudo. Fonte: Autora..... 40
- Figura 2: Fotografia das primeiras casas construídas pelo Porto na Barra. Fonte: (Autor e data desconhecidos) Imagem fornecida por Rossana Telles. 41
- Figura 3: Fotografia registrada em 2009 de uma das primeiras casas em péssimas condições construídas na Barra. Fonte: Autora, em 15/10/2009..... 41
- Figura 4: Imagem aérea da Barra em meados da década de 50. Fonte: Museu do DEPREC, adaptado pela Autora. 42
- Figura 5: Mapa do crescimento horizontal da cidade do Rio Grande, utilizado para demonstrar a linha férrea existente até a década 60. Fonte: SALVATORI, *et al*, 1989, p.39. Adaptado pela Autora 43
- Figura 6: Fotografia atual do estabelecimento comercial (Padaria Nacional) que fornecia pão para os moradores da Barra em meados do século XX. Fonte: Autora, em novembro de 2009. 44
- Figura 7: Mapa utilizado para demonstrar os acessos até a Barra depois da década de 70. Por curiosidade, na legenda desse mapa, a Barra – ponto 10 - é assinalada como colônia de pescadores. Fonte: SALVATORI, *et al*, 1989, p.40..... 46
- Figura 8: Imagem da 4ª Secção da Barra, do Google earth, de 20/Set./2012. Acessada em 20/03/2013..... 48
- Figura 9: Imagem das Indústrias de pescado, dos galpões, dos trapiches e dos barcos na Barra. É possível observar, em destaque, a torre em que estão presos os cabos que fornecem energia para São José do Norte e uma construção na cor branca, que é a Fábrica de gelo e de pescados *Sidnei Pescados*. Fonte Autora, em 15/11/2009..... 49
- Figura 10: Fotografia das casas próximas à Rua da Praia, tirada de cima da Fábrica de gelo e pescados *Sidnei Pescados*, no sentido do canal para a BR-392. Autor: João Dutra, em 2006. 49
- Figura 11: Construção do canaleta da Rua 11. Fonte: João Dutra, em 2006..... 50
- Figura 12: Ruas alagadas depois de chuvas torrenciais. Fonte: João Dutra, em 2013. ... 50
- Figura 13: Fotografia da Rua da Praia. Fonte: Autora, em 30/11/2009. 51
- Figura 14: Mapa demonstrando a divisão da Barra em duas áreas: uma destinada à regularização fundiária urbana, com 54,07 ha e perímetro de 3.431 metros, e outra, onde será passado aos moradores o direito à concessão de uso e estando prevista a construção de um polo pesqueiro com capacidade de atracação para 60 embarcações pesqueiras, com 15,26 ha e perímetro de 2.778 metros (SOUZA, 2012). 52
- Figura 15: Gráfico dos tipos de estabelecimentos existentes na Barra. Fonte: Martins (2008), modificado pela autora. 54
- Figura 16: Duas imagens da Barra, uma em meados da década de 1950 (a) e a outra, em 2009 (b). Fontes: Museu do Deprec e Google Earth. 55

Figura 17: Foto de 1972, de uma casa localizada na Rua 23. Fonte: Luiz Martins, antigo morador da Barra.	56
Figura 18: Diferentes tipos de moradias. Fonte: Souza, 2012, p. 87.....	57
Figura 19: Mapeamento realizado sobre uma fotografia aérea de 1997, com uma sobreposição de pontos correspondentes às construções realizados em diferentes anos. Autor: Matheus Oliveira. Fonte: (SANTANA, 2010).	59
Figura 20: (a) Foto da Rua Principal, no final da década de 90, e (b) do mesmo local, em 2009. Fonte: João Dutra A autora.....	60
Figura 21: Fotografia do coquetel realizado na década de quarenta para arrecadar fundos para a construção da Igreja e da Escola. Fonte: Maria da Glória Maiato, moradora antiga da Barra e ex-diretora da escola Saldanha da Gama.	63
Figura 22: Gráfico da população total por nível de escolaridade. Fonte de dados: MARTINS (2008), modificado pela Autora.	64
Figura 23: Fotografia atual da escola Saldanha da Gama. Fonte: Autora, em novembro de 2009.	65
Figura 24: Fotografia da Escola de Educação Infantil Maria da Graça Reyes. Fonte: Autora, em novembro de 2009.	66
Figura 25: Fotografia do coquetel para arrecadar fundos para a construção da igreja, com alguns pescadores da Barra e com o então governador de estado do Rio Grande do Sul Válder Sá Jobim. Fonte: Maria da Glória Maiato, antiga moradora da Barra.	68
Figura 26: Fotografias da construção da Igreja no ano de 1946. Fonte: 1º Livro ata da Igreja Nossa Srª da Paz.	69
Figura 27: Fotografia tirada na frente da Igreja de Nossa Srª da Paz em 1964. Todas as crianças eram moradores da Barra. Fonte: Edi Nascimento (<i>In memoriam</i>), antiga moradora da Barra.....	70
Figura 28: Procissão durante a festa de São Pedro de 2012. Fonte: Flavia Nunes, 01/jun/2012.	70
Figura 29: Fotografia da Igreja Nossa Senhora da Paz e do ginásio. Fonte: Autora, em 10/11/2009.	71
Figura 30: Fotografia do primeiro desfile realizado pela escola, na Barra. Ano: 1989. Fonte: Malgrair Nascimento, atual presidente da escola.	73
Figura 31: A boneca Furiosa que é o símbolo e dá nome à Escola. Fonte: Malgrair Nascimento fundador e atual presidente da escola.	74
Figura 32: Fotografia da Furiosa desfilando no carnaval de 2009. Fonte: Autora, em 02/2009.	75
Figura 33: Fotografia dos jogadores do Mirim, na década de 80, em frente no pátio da antiga sede. Fonte: Antonio Amorim.	76
Figura 34: Campo da Associação de Futebol Clube Mirim. Fonte: Antonio Amorim, em 2008.	77

Figura 35: Imagem da entrega do troféu de campeão do Culturão de 1996, ao então presidente Renato Gonçalves. Fonte: Utalis Estabel.	78
Figura 36: Fotos da Prainha. Fonte: Autora, em out/2009.	79
Figura 37: Trapiche da Barra com pescadores e as embarcações ancoradas no canal, em um dia de ventos fortes. Fonte: Autora, em out/2009.	80
Figura 38: Resumo do Processo de produção (HARNECKER, 1983, p. 40).	83
Figura 39: Diagrama demonstrando a transformação do objeto em produto.	86
Figura 40: Fotografia da pesca de tainha utilizando a rede feiticeira. Fonte: Matheus Marques, maio/2012.	96
Figura 41: Mapa da localização da Lagoa dos Patos e Mirim. Fonte: Paulo Roberto Tagliani, Laboratório de Gerenciamento Costeiro - LABGERCO / FURG.	99
Figura 42: Fotos de diferentes épocas do molhe oeste: a 1ª do início do século XXI; e a 2ª do início do século XX, mais precisamente em 1915. Disponível em < http://www.baixaki.com.br/papel-de-parede/7577-molhes-da-barra-cassino-rio-grande-do-sul.htm > e < http://www.st.rs.gov.br/novosite/noticias/index.php?id=426 >. Acessados em 15/11/2009.	101
Figura 43: Mapa temático sobre a quantidade de pescadores existentes em nove municípios da Lagoa dos Patos. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012), adaptado pela Autora.	105
Figura 44: Mapa temático das principais localidades de pesca de São José do Norte. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012), adaptado pela Autora.	106
Figura 45: Mapa temático das principais localidades de Pelotas. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012), adaptado pela Autora.	107
Figura 46: Mapa temático das principais localidades de pesca de Rio Grande. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012), adaptado pela Autora.	107
Figura 47: Gráficos utilizados para demonstrar a proporção de sexo e idade dos pescadores artesanais da Barra. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos, 2012, adaptado pela Autora.	108
Figura 48: Malheira de madeira utilizada para confecção das redes de tainha. Fonte: Eduardo Maiato (<i>in memoriam</i>).	109
Figura 49: Agulhas feitas de madeira de diferentes tamanhos de acordo com o tipo de rede. Fonte: Eduardo Maiato.	110
Figura 50: Fotografia de uma rede sendo entalhada. Fonte: Autora	111
Figura 51: Fotografia mostrando como o chumbo é colocado na corda. Fonte: Autora.	112
Figura 52: Fotografia do Camarão Rosa (<i>Farfantepenaeus Paulensis</i>)	113
Figura 53: Fotografia da Tainha (<i>Mugil platanus</i>)	114
Figura 54: Fotografia da Corvina (<i>Micropogonias furnieri</i>)	114
Figura 55: Fotografia do Bagre (<i>Genidens barbatus</i>)	114

Figura 56: Ilustração para demonstrar como as redes podem ser usadas. Fonte de dados: FAO, 1990, adaptado pela Autora.	115
Figura 57: Desenho demonstrando a rede de emalhar boiada, utilizando a técnica de bomboio.	117
Figura 58: Rede de emalhe de poliamida (náilon de plástico) utilizada na pesca de tainha com 100 mm de distância entre nós opostos. Fonte: Autora.	118
Figura 59: Formato da rede de emalhe lisa.	119
Figura 60: Pesca da tainha utilizando rede feiticeira com três panos.	120
Figura 61: Desenho utilizado para demonstrar as pranchas utilizadas na rede de arrasto	120
Figura 62: Rede de arrasto de prancha.	121
Figura 63: Ensacador da rede de prancha. Fonte: Autora.	122
Figura 64: Rolo de barbante	125
Figura 65: Figura de um saquinho de areia utilizado no passado para fundear as redes. Fonte: Autora, baseado em relato dos pescadores entrevistados.	127
Figura 66: Desenho de um chumbo de barro.	128
Figura 67: Ilustração dos principais locais de pesca utilizados pelos pescadores da Barra dentro do estuário da Lagoa dos Patos, baseado no Mapa com os locais de pesca do Estuário da Lagoa dos Patos (Anexo 2).	131
Figura 68: Principal área de pesca do Camarão	133
Figura 69: Principal área de pesca da Corvina	134
Figura 70: Principais áreas de pesca da Tainha.	135
Figura 71: Principal área de pesca do Bagre	136
Figura 72: Imagem de botes atracados em um trapiche da comunidade. Fonte Autora, jun/2012.	139
Figura 73: Marca da Parelha: Figura baseada no desenho feito pelo pescador Zé Português, da marca utilizada pela Parelha de pesca do pescador Carlos Chipé.	141
Figura 74: Agulhas da década de 50 com as marcas da Parelha da pesca do Sr. Manuel Maiato. Fonte: Eduardo Maiato.	142
Figura 75: Fotografia de uma canoa de pranchão muito utilizada na Barra em meados do século XX. A canoa “ <i>Novo Oriente</i> ” era de propriedade de Manoel Ferreira Maiato (primeiro da direita), um dos primeiros moradores da Barra. Fonte: Eduardo Ferreira Maiato (SANTANA, 2010).	143
Figura 76: Fotografia de 1957 de uma canoa utilizada na pescaria na região do canal e adjacências. Esta canoa primeiro foi à vela e remo e depois a motor. Fonte: Foto fornecida pelo Sr. Carlos Alberto Santos (Tuca). Ele ainda criança, é o primeiro da esquerda. A canoa “Sempre se fez” pertenceu a seu pai Sr. Américo Santos, que era português e junto com seu irmão Adelino possuía uma parelha de pesca.	144
Figura 77: Fotografia do capelo. Fonte: autora.	146
Figura 78: Fotografia da popa do Bote. Fonte: Autora.	147

Figura 79: Fotografia utilizada para demonstrar o local onde são pintados alguns símbolos na embarcação. Autora, em jul/2012.....	149
Figura 80: Fotografia da parte interna de um Bote demonstrando, os encaixes para a colocação do mastro. Fonte: Autora.....	149
Figura 81: Desenho baseado no relato do Pescador José Português, para demonstrar o movimento feito pelas canoas para transpor a força do vento. Segundo ele, navegavam bordejando.	150

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO	18
1.1 - CULTURA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO	18
1.2 - OBJETO DE PESQUISA	27
1.3 – OBJETIVOS GERAIS	28
1.4 - JUSTIFICATIVA	30
1.5 - TÉCNICA DE PESQUISA	34
CAPÍTULO II – OS REGISTROS CULTURAIS	39
2.1- O TERRITÓRIO DE CULTO	39
2.2 - O CULTO AO FILHO	62
2.3 – A RELIGIOSIDADE NA COMUNIDADE	67
2.4 – O LAZER DO TRABALHO	71
CAPÍTULO III – A PESCA DE OUTRORA E DE AGORA	81
3. 1 – O PROCESSO DE TRABALHO	81
3.2 – A PESCA, AS REDES E AS PESCARIAS	96
3. 2 – AS EMBARCAÇÕES	139
CONSIDERAÇÕES AINDA INICIAIS	156
REFERÊNCIAS	158
ANEXOS	166

INTRODUÇÃO

As regiões costeiras do Brasil abrigam famílias que sobrevivem da pesca artesanal, que é uma atividade relacionada, culturalmente, às técnicas tradicionais. Essa atividade é responsável por parte dos empregos das áreas litorâneas, não só no setor de captura, mas também de beneficiamento e comercialização do pescado. Atividade pesqueira representa o único meio de sobrevivência para aproximadamente quatro milhões de brasileiros que vivem ao longo da zona costeira, gerando emprego e renda (COSTA, 2007, p.5).

No estado do Rio Grande do Sul, a atividade pesqueira concentra-se na região lagunar/estuarina, na região costeira e em alto mar. A cidade do Rio Grande, por mais de um século, configurou-se como um polo pesqueiro de importância destacada no sul do Brasil. O estuário da Lagoa dos Patos possui importância relevante, por possuir um ambiente com condições especialmente adequadas para a reprodução de uma variedade de espécies passíveis de captura e consumo humano que são mais acessíveis aos pescadores artesanais.

Em virtude de áreas estuarinas estarem frequentemente sujeitas ao regime de marés, e no caso do estuário da Lagoa dos Patos que sofreu mudanças na sua estrutura física para atender as demandas portuárias, o uso de embarcações torna-se fundamental para o deslocamento de pescadores artesanais em sua faina diária. O presente trabalho apresenta a descrição de como se dá o processo de trabalho envolvendo um tipo de embarcação motorizada de convés aberto denominada Bote.

Acrescentamos que serão abordadas apenas as embarcações de pesca utilizadas por pescadores artesanais residentes na localidade da Barra, que está situada no sul do município do Rio Grande/RS¹, próxima da desembocadura do estuário da Lagoa dos Patos. A Barra é conhecida popularmente como uma comunidade de pescadores e, desde a sua origem, sempre esteve relacionada com a atividade pesqueira.

Acrescentamos que, objetivando adquirir um melhor entendimento do atual processo de trabalho e da cultura local, será realizada uma contextualização histórica da pesca artesanal na localidade desde 1950, pois, na Barra, ao longo da sua história, constata-se o forte poder de

¹ A comunidade da Barra está localizada na desembocadura do estuário da Lagoa dos Patos na Cidade do Rio Grande que está situada ao sul do estado do Rio Grande do Sul a, aproximadamente, 340 km de Porto Alegre.

identificação e significação que tem a pesca no trabalho e na cultura da comunidade². Por isso o referencial teórico é baseado no conceito de cultura, identidade e território.

A técnica de pesquisa desta dissertação é baseada em levantamento bibliográfico sobre o tema, história oral e memória através de entrevistas com antigos pescadores, cujo objetivo é desvendar fatos, acontecimentos, vivências e experiências sobre o processo de trabalho e a cultura local. Tendo como base esta técnica de pesquisa, iremos documentar este estudo por meio dos seguintes tópicos: O Capítulo I é composto pelas bases metodológicas e pelo marco teórico. No capítulo II será dado destaque aos registros culturais da comunidade através de exposições sobre o território de culto, o culto aos filhos, à religiosidade e ao lazer do trabalho. No terceiro e último tópico serão abordados os fatores relacionados ao processo de trabalho, as embarcações, as redes, as pescarias, ou seja, será realizada uma contextualização da atividade pesqueira artesanal na comunidade desde meados do século XX.

² Para Diegues (1996, p.66), "essa última modalidade, a dos comunitários,[...] que existem em regiões relativamente isoladas, sendo característica de comunidades tradicionais, como a caiçara, a dos jangadeiros, a dos ribeirinhos etc. Essas formas de apropriação comunal (comum, comunitária) de determinados espaços e recursos[...] do extrativismo animal (caça e pesca)[...] Além dos espaços usados em comum, podem existir os que são apropriados pela família ou pelo indivíduo,[...]existem em comunidades com forte dependência do uso de recursos naturais[...] demograficamente pouco densas[...]. Esses arranjos são permeados...de parentesco, de compadrio, de ajuda mútua, de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intragrupal."

CAPÍTULO I - MARCO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1.1 - CULTURA, IDENTIDADE E TERRITÓRIO

A cultura é um conceito usado por diversas áreas do conhecimento, porém o que podemos afirmar é que todos nós somos influenciados por ela, pois pertencemos a uma sociedade complexa e carregada de símbolos e significados. Apesar de este trabalho ser baseado nas noções de cultura difundidas pela Antropologia e pela Geografia, torna-se necessário discutirmos alguns conceitos empregados ao termo.

A definição do conteúdo do conceito cultura não é uma tarefa fácil. Ela vem sendo estudada há centenas de anos e por diferentes áreas como Sociologia, Antropologia, Geografia, História, entre outras, e também em diversos lugares, do ocidente ao oriente. O ser humano é um ser essencialmente de cultura. Quando o homem passou da adaptação genética ao meio ambiente natural (agir predominantemente por instinto) para uma adaptação cultural, passou a adaptar-se não somente ao meio, mas também em adaptar o meio as suas necessidades e projetos, com isso, a cultura tornou possível a transformação do meio (CUCHE, 2002).

O homem é o único ser possuidor de cultura. Em suma, a nossa espécie tinha conseguido, no decorrer de sua evolução, estabelecer uma distinção de gênero e não apenas de grau em relação aos demais seres vivos (LARAIA, 1989, p. 28). Ao utilizar o termo cultura, deve-se pensar que este também remonta à história das civilizações, dos povos de modo geral (PEREIRA, 2011, p. 38). Portanto a cultura deve ser entendida como algo que existe desde os primórdios da ocupação humana.

A gênese social da ideia moderna de cultura revela que, sob as diversas semânticas sobre a justa definição a ser dada à palavra, dissimulam-se desacordos sociais e nacionais (CUCHE, 2002, p.12). A palavra cultura vem da raiz semântica *colere*, que originou o termo em latim *cultura*, que significa o cuidado dispensado ao campo ou ao gado. Ela aparece nos fins do século XIII para designar uma parcela de terra cultivada (CUCHE, 2002). Até o século XVI, o termo cultura era geralmente utilizado para se referir a uma ação e a processos, no sentido de ter “cuidado com algo”, seja com os animais ou com o crescimento da colheita, e

também para designar o estado de algo que fora cultivado, como uma parcela de terra cultivada (CANEDO, 2009, p. 2).

“No final do século XVIII e no princípio do seguinte, o termo germânico *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa *Civilization* referia-se principalmente às realizações materiais de um povo. Ambos os termos foram sintetizados por Edward Tylor (1832-1917) no vocábulo inglês *Culture*, que tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade” (LARAIA, 1989, p.25).

Registramos que foi a partir do final do século passado que ganha destaque um sentido mais figurado de cultura e, numa metáfora ao cuidado para o desenvolvimento agrícola, a palavra passa a designar também o esforço despendido para o desenvolvimento das faculdades humanas (CANEDO, 2009, p. 2). A cultura era e ainda é entendida por alguns como sendo relativa ao grau de instrução, quanto maior o grau de instrução mais culta é a pessoa ou grupo, ou seja, maior é a sua cultura.

O conceito de Cultura, pelo menos como utilizado atualmente, foi, portanto, definido pela primeira vez por Tylor (LARAIA, 1989). Herder (1784-91) foi o primeiro a empregar o significativo no plural, “culturas”, para intencionalmente diferenciá-lo de qualquer sentido singular (WILLIAMS, 1992, p. 10). Partindo desse pressuposto, entendemos que não existe apenas uma cultura e sim, várias culturas que poderão ter traços em comum umas com as outras e também singularidades.

Na dimensão antropológica, a cultura produz-se através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas, estando deste modo relacionada com os hábitos e costumes enraizados no cotidiano da comunidade, envolvendo as relações familiares, de vizinhança e a sociabilidade, num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc (BOTELHO, 2001). O tema da totalidade cultural foi retomado, ainda que em uma nova perspectiva, por Lévi-Strauss, que definiu cultura deste modo:

Toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros (CUCHE, 2002, p. 95).

A cultura é cultivar, sacralizar (tornar sacro, santo), é cuidar. Ela está relacionada com símbolos e significados, com as representações sociais. Para Claval (2001), a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e ela é uma herança transmitida de uma geração a outra, não sendo um conjunto fechado e imutável de técnicas e de comportamentos, pois se transforma sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio. Dito de outra forma, a *cultura é tudo* que o ser humano elabora e produz simbólica e materialmente falando (BOTELHO, 2001, p.74).

O indivíduo é moldado pela cultura: o que sabe fazer, suas maneiras de sentir e de ver, suas aspirações, são recebidos de seu círculo ou construídos a partir dos elementos por ele fornecidos, portanto a família e a comunidade local constituem as matrizes que asseguram a transmissão de uma parte essencial da vida social. E a cultura que fornece aos homens os meios de se orientar, de recortar o espaço e de explorar o meio (CLAVAL, 2001, p.188).

Ressaltamos que, neste estudo acadêmico, utilizaremos o conceito de cultura elaborado por Paul Claval, por entendermos que esse conceito reconhece o conhecimento, processo de trabalho, como uma parte da cultura de uma determinada localidade que será adotada como meio de reprodução social para análise deste trabalho. O estudo em escala local permite compreender as especificidades e particularidades de determinada comunidade. No caso da localidade da Barra, a pesca pode ter influenciado na cultura local. A cultura dos pescadores artesanais inspira-se no funcionamento da história vivida, dos significados e das representações (SILVA, 2008, p.99). A atividade pesqueira possui relação com a cultura porque através da reprodução da pesca como processo de trabalho os pescadores possuem conhecimento, pois se pescam é porque sabem pescar; além disso, conhecem os pescados, as correntes da laguna, a dinâmica do estuário e as estações do ano. Eles possuem conhecimento e, portanto, sabem fazer e fazem o que sabem.

Tanto para Hegel como para Marx a emergência da cultura se dá com o surgimento do trabalho com o qual não transformam simplesmente a natureza, mas a humanizam, pois o produto do trabalho exprime a subjetividade do produtor, que nega a naturalidade do objeto ao imprimir-lhe sua vontade, seu desejo e seus fins. A subjetivação da natureza pelo trabalho indica que a cultura é uma negação determinada da natureza enquanto natureza. Com o trabalho a cultura surge como a desnaturalização da natureza (CHAUÍ, 2006, p. 109).

Sendo assim, todo conhecimento do grupo é o alicerce para o trabalho como pescador, porque seus membros necessitam conservar o entendimento sobre o mar, as dinâmicas do estuário e das espécies, assim como o conhecimento sobre fatores climáticos e sobre a utilização das artes de pesca. A comunidade tem sua base econômica na pesca de modo geral. Apesar de existirem outras práticas na comunidade, a pesca é significativa, por se mostrar como uma importante base para o comportamento social local. Essa prática identifica o grupo e caracteriza o território ocupado por seus antepassados, que encontraram um lugar onde as dificuldades eram muito grandes por se tratar de um ambiente que era completamente isolado, sem nenhuma infraestrutura, arenoso, com algumas áreas alagadiças e sujeito aos constantes ventos do litoral gaúcho, porém com uma abundância de pescados que motivou a permanência desses primeiros pescadores.

A reflexão acadêmica sobre os saberes e os fazeres do pescador é condição básica para compreender a dimensão social do mesmo. A sua cultura é sua identidade, porque a sua singularidade é inerente as suas relações de troca com a natureza, com o trabalho, e com os outros homens com os quais ele se reconhece enquanto sujeito e vice-versa. O trabalho e as peculiaridades do cotidiano dessa comunidade fazem com que se identifiquem enquanto membros de um mesmo grupo com origens históricas e sanguíneas entrelaçadas. Para Montenegro et al. (2001 *apud* CAVALCANTE, 2011, p. 20), os pescadores fazem parte de uma rede ecossistêmica e suas interações não devem ser observadas apenas do ponto de vista do uso e apropriação dos recursos, mas no contexto das relações sociais onde existem diversos processos culturais ou socioculturais. Através da interiorização das práticas, dos conhecimentos e dos valores que ele recebe, o indivíduo torna-se uma pessoa, com uma identidade pessoal e social (SERPA, 2008, p. 26).

Atualmente, há várias definições para identidade, muitas delas acompanhadas pelo termo cultura. Porém, segundo Perico (2009, p. 61), a cultura configura sistemas de significados criados historicamente e que orientam os indivíduos a dar forma, ordem, objetivo

e direção a suas vidas; as identidades constituem fonte para a construção desses significados, que servem para orientar seus comportamentos. Esse mesmo autor afirma que a cultura une um grupo; já a identidade o diferencia de outros (PERICO, 2009).

Sendo assim, a identidade pode ser definida como uma fonte de significados e experiências de um povo (CASTELLS, 2000). Ela é algo relacional, ou seja, a identidade está nas relações entre os indivíduos. Segundo CASTELLS (2000, p.23), a construção da identidade ocorre através da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Esse mesmo autor completa dizendo que os fatores podem ter seu significado reorganizado pelos indivíduos dessa localidade em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como sua visão de tempo e espaço.

Talvez por permanecerem “isolados” durante um longo período, pois a localidade não possuía um acesso fácil até a década de 70 (construção do Distrito Industrial de Rio Grande - DIRG), os moradores do lugar se socializavam e interagiam em seu ambiente local, formando redes locais com os vizinhos. Tendendo também a agrupar-se em organizações comunitárias que contribuíram para que ocorresse um sentimento de pertencimento entre os habitantes desse lugar, formando, em alguns casos, uma identidade cultural, comunal e uma memória coletiva da comunidade.

Conforme Pollak (1992, p.5), nessa construção da identidade há três elementos essenciais: i) há a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; ii) há a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico e; iii) finalmente, há o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados. Esse mesmo autor completa dizendo que *a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. Em estudos culturais, a história é substituída pelo passado, pela memória, e então é trazida para a sua íntima conexão com o presente e o futuro. A memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como fenômenos vividos e significativos (GOSGROVE, 1999, p.23).

Segundo Santos (1997), identidades são representações sociais subordinadas à memória e ao modo de vida de determinados indivíduos. Além disso, identidades são identificações plurais ou singulares em processo que estão subordinadas pela diferença, pela cultura, ou seja, pelas relações ímpares, únicas que envolvem a ancestralidade, a etnia, a história oral, a memória e o patrimônio. As identidades são representações coletivas contextualizadas e relativas a povos, comunidades, pessoas (DELGADO 2006).

Sublinha-se, que a comunidade, em sua trajetória, é carregada de matizes que estão a caracterizar a identidade e a pertença [...]. O significado da identidade está na pertença porque a luz da construção cultural de uma comunidade, as construções dos saberes culturais se entrecruzam e, nesse processo, emerge uma estrutura social repleta de valores sociais e éticos (SILVA, 2008, p. 88).

A lógica da identidade é oriunda de uma assimilação que travam entre si o homem e o grupo, particularizado, em seu lugar de vivência, onde ocorrem suas práticas e interações, as quais se assentam na relação sociocultural, que se materializa na relação local (SILVA, 2008). O pescador é aquele que conhece os caminhos e os segredos do mar e do estuário e isso produz um sentimento de pertencer a um grupo e, conseqüentemente, a um lugar.

A geografia do pesca(dor) é construída pelos meios oceano e terra. Meios carregados de simbolismo e representações diferentes, nos quais os pescadores se encontram e se complementam numa busca de sustentação e do aconchego social, de um lado e; do outro, estão o enfrentamento, a bravura e a sorte, que constituem seu mundo imagético (SILVA, 2008, p.103).

Estes trabalhadores, por meio da pesca artesanal, que nesta pesquisa é vista não só como uma atividade produtiva, mas também como sendo a objetivação histórica de uma cultura, identificam-se enquanto membros de uma comunidade, isto é, são trabalhadores que utilizam no labor uma tecnologia rudimentar substantificada num território, ou seja, encontram-se culturalmente imbricados no cerne da comunidade como registro de relações sociais que fornecem conteúdo a uma coletividade caracterizada por uma cultura também entendida enquanto culto – cuidar, sacralizar, cultuar, cultivar, cultura – do específico Processo de Trabalho materializado como sendo “A cultura da pesca artesanal de Bote da comunidade da Barra – Rio Grande – RS”.

Entendemos que existe uma identidade territorial que constroem e reconstroem espaços e tempos, geografias e histórias para moldar uma identidade, de modo que os habitantes de determinado território se reconheçam, de alguma forma, como participantes de um espaço e de uma sociedade comuns tendo como referencial central, definidor do grupo, o território (ARAÚJO; HAESBERT, 2007, p.44).

As ciências humanas possuem, entre outras questões acadêmicas, a preocupação de investigar as dimensões objetivas e subjetivas de trabalho que estão presentes nas condições sociais de reprodução do pescador artesanal. Assim sendo, a Geografia enquanto ciência das humanidades tem, como objeto de estudo, a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem à ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território (CASTRO *et al*, 2007, p.16). O território era uma das categorias de análise da Geografia e recentemente tornou-se um conceito muito utilizado por diversas ciências que se ocupam dos processos de produção do espaço (FERNANDES, 2009, p. 198).

Por entendermos que a cultura materializa-se em um território, faz-se necessário, nesse momento, fazermos algumas breves reflexões sobre o conceito de território. Além disso, como afirmam Bonnemaïson e Cambrèzy (1996 *apud* ARAÚJO *et al*, 2007, p. 40), o território é o mais eficaz de todos os construtores de identidade. Apesar de o termo território ter sido mais caracterizado com as relações de poder, vários estudiosos têm defendido a definição deste conceito, a partir de outras variáveis importantes na produção dos territórios. Portanto existem diferentes conceitos de território, que é um termo tão fundamental e tão polissêmico (CASTRO *et al*, 2007, p.9). Porém, para este estudo, compreendemos como território um espaço delimitado que inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” como sendo um processo simbólico, carregado de marcas do vivido, do valor de uso (HAESBAERT, 2004).

[...] todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” (áreas de pesca) que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (HAESBERT, 2005, p. 676).

Segundo Segato (2005, p. 4), o território nunca é algo referenciado pelas descrições que dele fazemos, objetivamente, em nossos enunciados, senão sempre com um índice que denuncia onde estou, quem sou, a qual “Nós” pertencço, onde me localizo como significante encadeado a ele em uma sintaxe singular. E completa dizendo que o território sempre existe marcado pelos emblemas identificadores de sua ocupação por um grupo particular, inscrito pela identidade desse grupo que o considera próprio e o transita livremente.

A noção de território construída pelos pescadores é traduzida pelo apego ao local onde habitam por décadas, por uma ocupação desse território que se estende por várias gerações (PAIOLA; TOMANIK, 2002). Segundo Cardoso (2003), o pescador, através do processo de trabalho e de construção do conhecimento dos elementos naturais que interagem nas pescarias, apropria-se de parte da natureza e produz um primeiro nível de territorialidade na atividade pesqueira, que é aquele do conhecimento, do pertencimento ao meio e da apreensão dos processos naturais. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos³, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área (esteja ela na terra ou no “mar”), o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE, 2002, p. 11).

No território existem relações sociais de produção que são resultados e condições para a reprodução da pesca artesanal de camarão, tainha, corvina e bagre com a utilização da embarcação Bote. Esta pesca rudimentar constitui-se de um processo de trabalho composto de meio de trabalho (bote, rede, etc.), força de trabalho (o pescador) e objeto de trabalho (o pescado) (OHLWEILER, 1985). “Os modos de produção tornam-se concretos numa base territorial historicamente determinada [...] as formas espaciais constituem uma linguagem dos modos de produção” (SANTOS, 1977, p. 5 apud CASTRO *et al*, 2007, p. 26)

A história e a geografia cultural rezam que os elementos constituintes de processo de trabalho, enquanto manifestação social para a produção das condições primárias de existência e subsistência de uma prole, é base legitimadora de cultura, porque o conteúdo do conceito cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas. Além disso, é a cultura que fornece

³ O território físico em que a Barra está localizada é uma área de ocupação irregular. Por décadas, os moradores conviveram com o medo de serem removidos do local que era considerado pelo Poder Público como uma área destinada à expansão portuária.

aos homens os meios de se orientar, de recortar o espaço e de explorar o meio através de um processo de trabalho (CLAVAL, 2001).

Diante do exposto, a cultura também se concretiza nas sociedades históricas, assumindo e fornecendo conteúdo social ao território, porque cultura e território estão relacionados já, que território é visto também como o produto da apropriação simbólica de um grupo em relação ao seu espaço de vivência (HAESBAERT, 2004). Ressaltamos que, no interior da relação histórica e geográfica entre cultura e território, existe a legitimidade do desdobramento social da comunidade, pois o território é uma representação do espaço que lhe fornece os meios de subsistência, os meios de trabalho e produção e os meios de produzir os aspectos materiais das relações sociais, isto é, os aspectos que compõem a estrutura da sociedade em que vivem com relações de parentesco, lealdade, afetividade, reciprocidade e contraprestação (DIEGUES, 1996). Para Robert David Sack, o território é uma área, produto da organização social, ou seja, são construídos socialmente (PLEIN *et al*, 2009).

Acentuamos, portanto, que, neste estudo, estaremos nos remetendo a uma recente conceituação que ocorre a partir da história vivida por uma comunidade que imprime no território a identidade do grupo social ali residente, o qual Haesbaert conceitua como território cultural, visto como produto da apropriação resultante do imaginário ou identidade social sobre o espaço (SOUZA; PEDON, 2007). Além disso, a relação entre identidade-território toma a forma de um processo em movimento, que se constitui ao longo do tempo, tendo como principal elemento o sentido de pertencimento do indivíduo ou grupo com o seu espaço de vivência. (SOUZA; PEDON, 2007, p. 126). O território é um espaço social de identificação ou de pertencimento (MEDEIROS, 2009, p.217). Dessa forma, podemos afirmar que tempo e espaço são dois aspectos fundamentais da existência humana. Tudo que existe situa-se em um tempo, ocupando um espaço, bem como tudo o que acontece também tem vida em um tempo e em um espaço (MARTINELLI, 2011, p. 90). É no território que a comunidade demonstra a sua cultura e a sua identidade por meio de suas práticas repassadas ao longo do tempo.

1.2 - OBJETO DE PESQUISA

Ressaltamos que este estudo tem, como objeto de pesquisa, o processo de trabalho realizado através das pescarias de camarão, tainha, bagre e corvina realizadas com bote por pescadores residentes na comunidade da Barra, em Rio Grande/RS. Acrescentamos que estas pescarias caracterizam-se como sendo artesanais, porque utilizam-se de técnicas rudimentares fundamentadas no trabalho braçal; mas as referidas pescarias atualmente estão agregando alguns novos valores tecnológicos em relação à pesca totalmente braçal. Hoje temos cerca de 60% das embarcações com a inserção de um guincho mecânico, movido por um pequeno motor a óleo diesel e alguns botes com a implantação de uma sonda simples, movida à bateria elétrica de padrão comum, para o rastreamento visual de pescados.

Ressaltamos que todas as embarcações do tipo “bote”, absolutamente todas, que pescam camarão, tainha, bagre e corvina não navegam no mar aberto, porque, de forma limitada, fazem o acompanhamento da linha de praia próxima à terra firme e também estão atreladas à pesca no interior do estuário da Laguna dos Patos. Então, podemos registrar que é uma pesca artesanal, passando por um processo lento e gradual de inserção de alguns novos valores tecnológicos para embarcações de pequeno porte intrínsecas a uma comunidade que se situa próxima ao encontro da Laguna dos Patos com o Oceano Atlântico manifestado em mar aberto.

1.3 – OBJETIVOS GERAIS

Nesta pesquisa, o conceito de processo de trabalho é entendido como sendo pilar de sustentação para realizar reflexões sobre os registros culturais documentados no território de culto, no culto ao filho, na religiosidade da comunidade e no lazer do trabalho, porque é por meio destas manifestações de sua identidade que a comunidade adquire as suas primordiais condições materiais de existência humana. As manifestações culturais da comunidade da Barra compõem, de forma intrínseca, o processo de trabalho substantificado na pesca artesanal, de tecnologia rudimentar, que só se reproduz no cerne deste contexto social, que cria as relações comunitárias legitimadoras do conteúdo do território de culto.

Nesta pesquisa, o processo de trabalho é pensado como um documento de uma comunidade que possui singulares registros culturais. Tendo este dado histórico e geográfico como alicerce, esta investigação também procura abstrair as relações sociais do processo de trabalho que envolve as pescarias de camarão, corvina, bagre e tainha e, conseqüentemente, apresentar à academia momentos da cultura desta comunidade.

Ressaltamos que o trabalho de campo permite-nos pensar sobre a dimensão econômica de uma pesca artesanal ainda muito fundamentada em uma tecnologia simples e rudimentar, apesar da inserção de alguns poucos valores tecnológicos. Mas estes pescadores artesanais reproduzem as práticas de seus ancestrais por meio de manifestações tradicionais que se imortalizaram na comunidade através do processo de trabalho também composto pelas redes e pela embarcação bote como sustentáculo imediato para a realização das pescarias e como sendo um dos meios de trabalho para a objetivação das condições materiais de existência desta comunidade de pescadores.

Neste estudo, também vamos apresentar o trabalho, enquanto elemento do processo de trabalho de tecnologia rudimentar, ao registrar abstrações sobre a pesca, os diversos tipos de redes e as variadas pescarias artesanais, que são momentos deste processo de labor, onde o pescador artesanal, ao se apropriar do fruto do mar por meio do labor, transfere a mercadoria força de trabalho para o cerne da existência social do pescado.

A investigação pertinente ao meio de trabalho, ao objeto de trabalho e à força de trabalho como elementos históricos constituintes do singular processo de trabalho fornece e legitima, no desdobramento das relações sociais de produção da comunidade, um diferencial substantificando numa identidade que, no movimento social, é espriada no processo de

trabalho que tem uma dimensão cultural intrínseca à comunidade de pescadores artesanais que têm, no objeto de trabalho, no meio de trabalho e na força de trabalho os seus pilares de sustentação também na instância econômica.

Acrescento que é através do processo de trabalho como sendo a utilização social dos elementos que formam a atividade produtiva que são a força de trabalho, o objeto de trabalho e o meio de trabalho, que vamos melhor documentar as relações de produção das condições materiais de existência dos pescadores. E de forma intrínseca fazer o registro de um elemento da cultura deles que é a forma como eles trabalham na pesca artesanal por meio da embarcação Bote.

Estudar o processo de trabalho é realizar um registro cultural devido ao labor ser elemento da construção do conteúdo do conceito cultura onde o ser histórico-cultural é quem trabalha e para tanto possui conhecimento sobre determinada atividade produtiva, digo, trabalhar é conhecer⁴. Diante do exposto, pretendemos apresentar o processo de trabalho intrínseco aos registros culturais e inerente às pescarias de camarão, corvina, bagre e tainha por meio da utilização da embarcação Bote na comunidade da Barra – Rio Grande/RS.

⁴ Para Claval (2001), a cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas. No caso deste estudo, conhecimento, digo, processo de trabalho é entendido como sendo uma parte da cultura da comunidade.

1.4 - JUSTIFICATIVA

A Barra está localizada na desembocadura do estuário da Lagoa dos Patos e, desde a sua origem no início do século XX, despertou o interesse devido à grande quantidade de peixe que era encontrada nas proximidades do lugar. A pesca é uma importante fonte de renda local e tem influenciado culturalmente a comunidade que é conhecida popularmente como uma comunidade de pescadores.

Meu interesse, em especial, pela temática da pesca esta liga ao fato de ter essa atividade produtiva presente em toda a minha vida, devido ao fato do meu pai ter sido pescador durante toda a sua vida. Desde que nasci os caminhos que percorri durante a vida sempre foram influenciados pela pesca. Pois morei nos primeiros anos de vida na colônia de pescadores da Z3 em Pelotas/RS, posteriormente me mudei para Itajaí/SC porque meu pai durante uma crise da atividade pesqueira artesanal decidiu buscar nosso sustento através do seu trabalho em uma embarcação de pesca industrial na cidade de Santos/SP e como sua origem é catarinense optou por deixar nossa família próxima de seus familiares em Itajaí. Novamente devido a uma proposta de emprego ao meu pai a mais de vinte anos nos mudamos para a comunidade da Barra em Rio Grande/RS, conhecida como uma importante comunidade pesqueira e como sendo um importante ponto de desembarque de pesca.

Assim como na minha família e, em tantas outras, a atividade pesqueira foi e ainda é o meio para o sustento. Devido a toda a minha admiração pela pesca e por esses homens “trabalhadores do mar” que arriscam diariamente suas vidas é que decidi que deveria realizar um trabalho que valorizasse essa atividade produtiva. Que é responsável não só pelo sustento, mas por uma cultura e um meio de vida que muitas vezes são desconsiderados e desvalorizados.

Por mais de um século, a atividade pesqueira no estuário da Lagoa dos Patos e zona costeira adjacente constituiu-se na base socioeconômica da região (HAIMOVICI *et al.*, 1997 *apud* SEELIGER; ODEBRECHT, 2010). Porém, nas últimas décadas, os estoques das espécies exploradas pela pesca artesanal colapsaram ou estão sobre pescadas, sendo assim a produção de peixes, como um todo, vem diminuindo (REIS; D’INCAO, 2000). Isso é consequência de diversas ações antrópicas, como pesca predatória, poluição e também por mudanças na estrutura física do canal de acesso e na desembocadura da Laguna, devido à intensificação da atividade portuária, resultando em modificações ecológicas e em uma nova

realidade social e ambiental. Com isso a pesca artesanal sofre os impactos da crescente expansão portuária/industrial no seu ecossistema estuarino-costeiro.

Além desses fatores com o aumento da atividade portuária industrial, os pescadores perderam alguns territórios de pesca localizados próximos ao Canal de navegação. O prolongamento dos molhes em Rio Grande é uma obra de referência no âmbito dos investimentos governamentais para o aprimoramento da infraestrutura, pelo fato de o Porto de Rio Grande ser considerado como o porto concentrador de cargas da Região Sul. Porém alguns pescadores acreditam que o prolongamento e o estreitamento da boca podem afetar a entrada de cardumes e da água salgada na Lagoa dos Patos e, portanto, vir a prejudicar a atividade pesqueira na região. Segundo Seeliger e Odebrecht (2010), a antiga barra da desembocadura da Lagoa dos Patos representava um obstáculo para a entrada e saída de navios, porém possuía condições ideais para o estuário realizar a sua função de berçário.

As áreas da Laguna, que são com frequência banhadas com águas salobras, favoráveis a pescados de origem marinha, ficaram menores. Uma grande parte dos sedimentos dragados dos canais de navegação, durante o último século, foi utilizada para construção de ilhas e depositada ao longo das margens, acarretando a perda de áreas estuarinas (SEELIGER E ODEBRECHT, 2010, p.148). A alteração da profundidade do canal, somada a períodos chuvosos de longa duração, provoca um aumento na vazão de água doce que também pode inibir a entrada de espécies marinhas que dependem da penetração da água salgada no estuário.

As consequências diretas destas novas condições ambientais será a utilização, ainda menor, do estuário por organismos marinhos e a queda nas capturas da pesca artesanal. Logo, as tendências do século XX de redução da importância econômica da pesca artesanal estuarina e do aumento das atividades portuárias na região serão mantidas ao longo do século XXI (SEELIGER E ODEBRECHT, 2010, p.148).

A atual reorganização econômica que está em vigor com a inserção de um Polo Naval no município⁵ e os problemas enfrentados pela atividade pesqueira artesanal podem

⁵ Esta cidade foi escolhida para a implantação de um Polo Naval, dentre outros fatores, pela localização do seu Distrito Industrial próximo a um canal de navegação com uma estrutura física que atente as demandas do segmento naval. Segundo Domingues (2009, p. 57), os impactos socioeconômicos e socioespaciais, ainda incipientes, já começam a se manifestar no dia a dia da cidade e região, apontando para significativos constrangimentos funcionais, particularmente em Rio Grande, tanto nas áreas de logística intra e interurbana, como na saúde, educação e habitação. A massiva importação de mão de obra qualificada de outras regiões do estado e principalmente do centro do país já provocou uma “inflação de demanda local” por bens e serviços.

estar contribuindo para que comunidades pesqueiras sejam impactadas de forma negativa, causando modificações culturais e tradicionais.

Deve-se reconhecer que, na pesca, a luta pela sobrevivência cada dia se torna mais difícil, pois além de suas peculiaridades o trabalho é duro, porque não possui dia nem hora e é incerto por depender de um recurso de livre acesso e por estar à mercê de intempéries climáticas. Pode estar ocorrendo a perda da continuidade da atividade devido ao fato de os próprios pescadores não quererem mais que seus filhos sejam pescadores por causa da baixa remuneração e da instabilidade da profissão (KALIKOSKI; VASCONCELLOS, 2012). Assim, torna-se difícil a manutenção da cultura dessas comunidades, e as práticas sociais exercidas em seu entorno podem começar a prevalecer.

Acreditamos que existe contribuição desta pesquisa para uma visita ao conceito de cultura, porque tentaremos apresentar peculiaridades relacionadas a esse território de culto, através do trabalho na pesca artesanal com utilização da embarcação Bote, das pescarias de camarão, corvina, tainha e bagre. E compreendemos que estes específicos registros de uma condição material para o desdobramento desta comunidade viabiliza que se tenham novas informações qualitativas e quantitativas sobre a existência social e cultural dos referidos homens pescadores artesanais. É justificável que se realizem trabalhos que visem a documentação de parte da história de uma comunidade pesqueira do município do Rio Grande para que essa história não se tornem presentes apenas na memória de antigos pescadores.

Os botes como meio de realizar a pesca artesanal perpetuaram-se através das gerações, constituindo parte importante da cultura de comunidades pesqueiras, devendo, portanto serem valorizados como documento de uma engenharia naval artesanal. Frisamos que registrar os momentos da materialidade estrutural física da embarcação Bote e estudando as pescarias praticadas com este meio de trabalho, temos melhores condições de entender a fonte da criação das condições materiais de reprodução social da cultura desta comunidade de pescadores artesanais. O processo de trabalho, que é composto pela força de trabalho (o pescador), o meio de trabalho (embarcação e redes) e o objeto de trabalho (os frutos do mar camarão, corvina, tainha e bagre) possibilita caminhar com mais profundidade pela cultura da explicitada comunidade.

Portanto o trabalho justifica-se devido à necessidade de registro de bens que viabilizam o afloramento da memória dos pescadores, de suas tradições e de seus referenciais culturais singulares e fornecedores de uma identidade social. Além disso, atualmente está

aumentando a utilização da embarcação de pesca artesanal do tipo canoa e que pode levar à extinção da embarcação Bote. Neste sentido, entendemos que extinção é a perda total e absoluta da existência desta embarcação no espaço geográfico. Devido a isso devemos documentar para que se tenha um registro geográfico e cultural deste meio de trabalho não apenas nessa comunidade, mas no cerne da nossa cultura nacional. Uma vez que não se pode negar que, por trás da realidade atual da comunidade, há uma dinâmica social que produz e reproduz o espaço geográfico, do qual se é parte integrante e que se relaciona com a história da Barra. Nessa dinâmica, os modos de vida e trabalho foram se modificando, elaborando novas formas de sobrevivência e de realizar o trabalho, sempre em resposta às demandas das necessidades locais.

1.5 - TÉCNICA DE PESQUISA

A metodologia empregada foi concretizada, em um primeiro momento, por uma busca literária com o intuito de realizar um aprofundamento teórico sobre o tema em diferentes fontes. Realizamos uma busca por dados primários através de estudos científicos e empíricos na Barra, por meio de entrevistas, questionários e conversas informais. O trabalho de campo teve como finalidade desvendar fatos sobre a história da comunidade e sobre a atividade pesqueira na região estuarina e costeira. Segundo Pontuschka (2009, p.181):

“Em um estudo do meio, a coleta de informações, de dados sobre o lugar, objeto de investigação, dá-se também por meio de observações e entrevistas, que, em um trabalho de reflexão e de correlações, desvendam e revelam o lugar, as relações sociais estabelecidas entre os sujeitos sociais que ali moram, amam, odeiam, travam lutas ideológicas e econômicas e desenvolvem cultura”.

Por se tratar de um trabalho etnográfico, terá como objetivo básico apresentar um esquema nítido e claro da constituição social através de um levantamento dos fenômenos culturais (MALINOWSKI, 1995). O antropólogo norte-americano de origem alemã Franz Boas (1858-1942), que é considerado o pai da antropologia do século XX e assinalado como o inventor da etnografia por ter sido o primeiro estudioso a fazer pesquisas com observação direta das sociedades primitivas, segundo Canedo (2009), concluiu em seus estudos que:

[...] a diferença fundamental entre os grupos humanos era de ordem cultural e não racial ou determinada pelo ambiente físico. Sendo assim, defendia que, ao estudar os costumes particulares de uma determinada comunidade, o pesquisador deveria buscar explicações no contexto cultural e na reconstrução da origem e da história daquela comunidade. Decorre dessa constatação o reconhecimento da existência de culturas, no plural, e não de uma cultura universal (CANEDO, 2009, p.4).

Nesse tipo de estudo, não é necessário que uma grande quantidade de pessoas seja entrevistada e sim que sejam encontrados, dentro do espaço delimitado como área de estudo, sujeitos-chave que possam relatar de forma detalhada assuntos, fatos, recordações, experiências e vivências relacionadas ao objeto de estudo e à cultura. Por isso o trabalho terá como fonte de dados alguns poucos pescadores residentes na localidade que exerceram a

atividade pesqueira artesanal no local desde a década de 50 e foram escolhidos devido as suas particularidades.

Foram entrevistados de forma mais detalhada três pescadores:

- **Pescador A** (Seu Odécio): nascido em 1939, de origem catarinense, veio para a comunidade na década de 1950 para servir de mão de obra para as parselhas de pesca e morou em um galpão de pesca por aproximadamente 10 anos. Sua vida sempre foi marcada por muito trabalho, pois desde muito jovem já trabalhava ajudando familiares na agricultura e na pesca.

- **Pescador B** (Seu Zé Português): nascido em 1930, de origem Portuguesa, veio para a comunidade na década de 50 para servir de mão de obra nas parselhas de pesca. Ele já trabalhava com a pesca em seu país de origem e como alguns parentes já tinham vindo trabalhar aqui em Rio Grande, veio também, como ele mesmo diz: *“Vim tentar a sorte...”*. Esse pescador morou, aproximadamente, três anos em um galpão de pesca. Sempre trabalhou com pesca desde a sua adolescência.

- **Pescador C** (Seu Eduardo): nascido em 1938⁶ e criado na comunidade da Barra. Ele nunca chegou a morar em galpão de pesca. Seu pai era proprietário de uma parselha de pesca e foi um dos primeiros moradores portugueses da comunidade. Segundo ele, sempre trabalhou na pesca artesanal na comunidade. Esse pescador disse: *“Eu via tanto peixe na praia que não queria estudar, só queria ir pescar”*.

Foram feitas sete entrevistas abertas que tiveram o áudio gravado, pois o gravador não só permite que a história seja registrada em palavras faladas, mas também que seja apresentada por meio delas. Além disso, as gravações demonstram como é rica a capacidade de expressão de pessoas de todas as condições sociais (BOSI, 1994, p. 41). Cada entrevista teve duração média de quatro horas e foram realizadas no mês de janeiro de 2012, com três pescadores e suas esposas. Esses pescadores, hoje já aposentados, trabalharam na pesca desde o tempo das canoas de pranchão e foram escolhidos porque acompanharam as mudanças ocorridas na pesca artesanal desde a década de 1950 até o atual momento, pois mesmo aposentados ainda mantêm relações com a atividade. Segundo Delgado (2006), narrativa, sujeitos, memórias, histórias e identidades é a humanidade em movimento, são olhares que permeiam tempos heterogêneos, é a História em construção, são memórias que falam.

⁶ Seu Eduardo faleceu no dia 28/05/2013, e infelizmente não pôde ter em suas mãos esse trabalho completo, mas algumas de suas importantes memórias encontram-se aqui registradas como parte da história dessa importante comunidade pesqueira.

Em estudos Culturais a história é substituída pelo *passado*, pela *memória*, e então é trazida para sua íntima conexão com o presente e o futuro. A memória e o desejo constituem a temporalidade através da qual os lugares emergem como fenômenos vividos e significativos. [...] “as relações sociais da memória são a memória das relações sociais”, e são poderosamente importantes na constituição da identidade e do lugar (ROSENDAHL; CORRÊA, 1999, p. 23).

Através da memória dos moradores/pescadores antigos, é possível buscar meios para o entendimento de como a cultura foi adquirindo novos significados e representações ao longo da história da comunidade através das relações sociais presentes não só no cotidiano, mas também nas suas memórias. Segundo Pollak (1992), *a priori*, a memória parece ser um fenômeno individual, mas ela deve ser entendida também ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes.

Ao lembrar, os moradores recordam vivências, revivem acontecimentos relacionados ao modo de vida na terra e no mar, relembram como era a paisagem no entorno, como eram as roupas de pesca, como eram confeccionadas as redes etc. Segundo Lima (2003), quando isso acontece, ocorre a restauração dos bens materiais temporários e permanentes da arte de saber fazer, e conhecer o que faz, que é princípio primário para a manutenção, manifestação e expressão coletiva do imaginário e da memória existente na conversa e na interpretação dos pescadores artesanais que realizaram ou presenciaram a cena e se encontraram novamente no mesmo lugar.

A metodologia da história oral integra-se ao conjunto de esforços do sujeito produtor de conhecimento para registrar, via relatos de experiências, as versões de diferentes personagens históricos sobre suas vidas e sobre sua integração no processo construtivo da História. Ao se gravar um depoimento de história de vida ou mesmo uma entrevista temática, o pesquisador está, de forma deliberada, inscrevendo-se no processo de registro do passado e de produção de documentos sobre ele. Ao registrar no tempo presente as memórias sobre o tempo que passou, o historiador ou os demais profissionais vinculados a pesquisas que utilizam a metodologia da história oral fazem dos testemunhos recolhidos fontes de imortalidade – documentos/monumentos, sob a forma de vozes e de textos, ficarão arquivados como registros vivos da multiplicidade de experiências que constituem a vida humana na sua essência (DELGADO, 2006, p. 62).

Para que o presente possa ser compreendido, deve-se entender o passado no que pode conter as raízes do presente no seu desenvolvimento histórico mediante o suceder de acontecimentos e a transmissão dos momentos dos modos de produção (SANTOS, 1994). Portanto, para atingir os objetivos, fizemos um levantamento histórico de como a atividade pesqueira era praticada, pois toda a base teórica advinda da memória serve-nos para suscitar a intersecção do espaço com o tempo, pois é a partir da apropriação (conhecimento) do espaço e do tempo que se dá a construção do saber e do reconhecimento da existência de uma cultura própria daquela comunidade. No momento presente da história humana, o tempo ganha indiscutível importância e significado e o espaço expressa os tempos, caracterizando o tempo de determinada relação social (MARTINELLI, 2011).

Em sua relação com a História, a memória constitui-se como forma de retenção do tempo, salvando-o do esquecimento e da perda (DELGADO, 2006, p. 45). Além disso, o imaginário reproduzido pela memória permite-nos fazer indagações sobre a identidade cultural ímpar que nos sinaliza o conceito geográfico lugar (LIMA, 2003, p. 254). Acrescentamos que vamos trabalhar com história oral e memória, porque acreditamos que história oral é um caminho para a produção de conhecimento histórico e que a memória é um recurso importante para a transmissão de experiências, vivências e acontecimentos consolidados através do tempo.

No marco teórico foram abordados os conceitos de Cultura e de Identidade, pois é através do sentimento de identidade e da pertença que os pescadores se reconhecem como sujeitos e como grupo, e é a valorização de uma dimensão sociocultural, como trabalhador da pesca que pode dar expressão ao modo de vida (SILVA, 2008). Além disso, no marco teórico também foi feita uma breve reflexão sobre o conceito de Território, pois entendemos que a cultura se materializa em um território e que o território é o mais eficaz de todos os construtores de identidade.

Foram aplicados também questionários (Anexo 1) com alguns pescadores proprietários de embarcação de pesca artesanal, com o objetivo de obter informações sobre o processo de trabalho realizado por eles. As perguntas deste questionário estavam relacionadas com os meios de trabalho (embarcação, redes, motos e etc.), com a remuneração, com comercialização do pescado e com os principais locais de pesca. Os questionários foram aplicados devido à necessidade de sanar algumas dúvidas que surgiram durante a construção do texto referente aos temas mencionados acima.

Com isto, o plano de trabalho e a técnica de pesquisa desta dissertação consistem em entrevista dirigida, aberta, questionários e história oral; e somamos a esta técnica a observação indireta devido a acreditarmos que a singularidade das relações sociais inerentes à existência de nosso objeto de investigação exigir em alguns momentos um trabalho de observação do citado processo social que se desdobra no território estabelecido como área de estudo.

Ressaltamos também que a coleta de dados em instituições públicas, privadas e mistas, é obrigatória na elaboração do relatório de dados empíricos que será submetido à interpretação teórica e metodológica no decorrer da redação do texto acadêmico. Portanto, o trabalho de debate teórico é constituído de pesquisa bibliográfica; levantamento, tabulação, análise e interpretação dos dados e, finalmente, a revisão de literatura, digo, permanente construção do referencial teórico e metodológico.

Tendo como base esta técnica de pesquisa, iremos documentar esta dissertação por meio dos seguintes tópicos, ou seja, nos capítulos que se sucedem serão abordados fatores relacionados aos registros culturais da referida comunidade, ao processo de trabalho que ocorre na pesca artesanal de Bote. O trabalho está dividido em três capítulos: o primeiro forma a base da pesquisa com o referencial teórico e metodológico; no segundo capítulo será dado destaque aos registros culturais da referida comunidade com o território de culto, o culto aos filhos, à religiosidade na comunidade e ao lazer do trabalho; no último capítulo será abordado o processo de trabalho, ou seja, o meio de trabalho, o objeto de trabalho e a força de trabalho da pesca artesanal.

CAPÍTULO II – OS REGISTROS CULTURAIS

2.1- O TERRITÓRIO DE CULTO

Neste momento de nosso ensaio acadêmico sobre esta singular pesca artesanal, pretendemos realizar registros de algumas manifestações sociais e culturais da citada comunidade da Barra, porque temos ciência de que os elementos constituintes do processo de trabalho substantificado na referida prática de pesca de tecnologia rudimentar só se reproduzem no cerne de um contexto social que cria relações comunitárias que legitimam e são o conteúdo deste território que é de culto à pesca artesanal de Bote.

Diante do exposto, informamos à academia que “A Barra”, como local de moradia dos pescadores em pauta, é apresentada pelos seus habitantes como sendo a “Comunidade da Barra”. Porque neste território existe a presença de relações de parentesco entre várias famílias, ou seja, temos famílias genuínas da Barra, que possuem relações de parentesco e afetividade com tantas outras famílias que historicamente constituem a população da citada comunidade, a qual possui, portanto, entre outras características, fortes vínculos familiares como consequência dos casamentos entre parentes. E onde a grande maioria se reconhece enquanto grupo, como uma unidade que divide as mesmas formas de vida, compartilhando as experiências do cotidiano e que possui uma mesma raiz, cultiva os vínculos e, como uma expressão íntima, por meio da representação simbólica. A expressão cultural é a marca da projeção do trabalho dos pescadores, expressa no território, onde se edifica o conhecimento construído ao longo do tempo (SILVA, 2008).

A Barra, conforme Santana (2010), está situada em uma área que mede 593.356 m², com perímetro de 6.209 metros e que é considerada área de expansão portuária, porém, segundo informações fornecidas pela prefeitura Municipal do Rio Grande, a área sofrera regularização fundiária. A área que compreende esta localidade está situada no extremo sul do município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, a uma distância de aproximadamente 14 km do centro da cidade do Rio Grande, com acesso rodoviário pela BR-392, nomeada como Av. Almirante Maximiano da Fonseca e conhecida popularmente como Estrada da Barra. O local está delimitado ao norte pelo Depósito Naval de Rio Grande, a oeste pela Avenida Almirante Maximiano da Fonseca, a leste pelo canal de acesso à Lagoa dos Patos e ao sul por uma área com vegetação nativa com influência marinha (Figura 1).

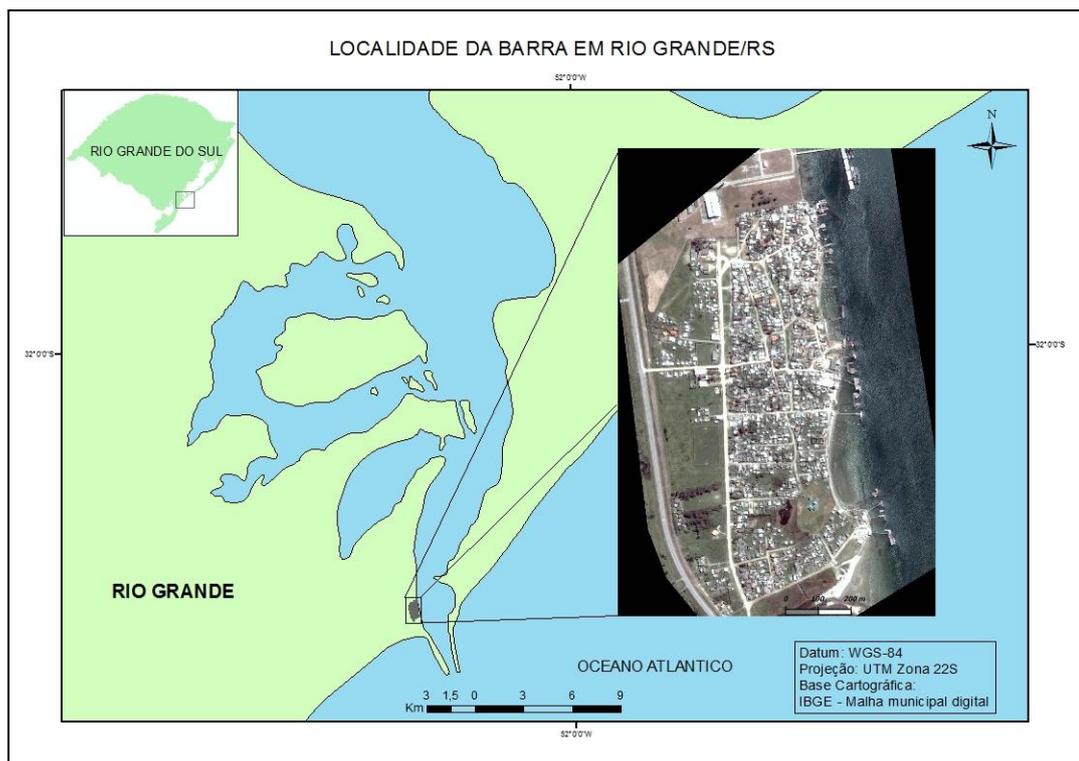


Figura 1: Localização da área de estudo. Fonte: Autora.

A Barra está localizada hoje sobre uma área que no passado era uma estreita faixa de terra recoberta por areias finas, que foi, ao longo do tempo, sofrendo mudanças físicas, sociais e culturais (SANTANA, 2010). Um dos relatos mais antigos sobre o local em que hoje a comunidade está situada é encontrado em Saint-Hillaire (1974) e está transcrito a seguir.

“O grande canal, Lagoa dos Patos, é geralmente tão raso como na sua entrada, e a fundura máxima atinge apenas 10 metros. Ao redor da sua extremidade sul o terreno pouco se eleva acima do nível do mar e é quase que exclusivamente constituído por areia movediça” (SAINT-HILLAIRE, 1974, p.10).

A área da localidade pertencia a *Compagnie Française des Oeuvres du Port de Rio Grande do Sul* e depois da encampação, em 1918, pela União Federal, passou a pertencer ao governo estadual a partir de 1919. A partir de 1951, sob a responsabilidade do governo estadual, a área foi administrada pelo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC) e, a partir de 1996, começou a ser administrada pela Superintendência do Porto do

Rio Grande (SUPRG)⁷.

Os registros indicam que as primeiras casas foram construídas entre os anos de 1906 e 1911 para abrigar os funcionários envolvidos na obra de construção dos Molhes da Barra, visto que muitos eram técnicos e profissionais diversos vindos de outros países, principalmente da França. Essas instalações eram utilizadas também para a prestação de serviços diretamente ligados à obra, como unidade de saúde e setor de monitoramento meteorológico (Figuras 2 e 3).

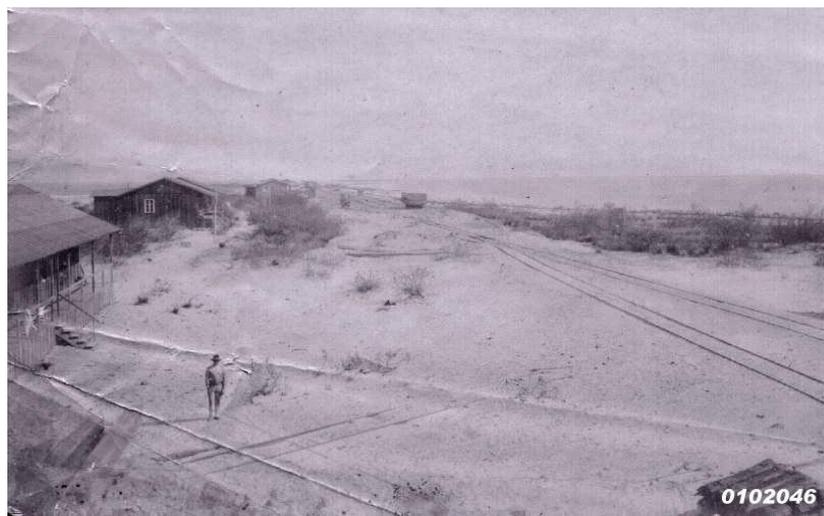


Figura 2: Fotografia das primeiras casas construídas pelo Porto na Barra. Fonte: (Autor e data desconhecidos) Imagem fornecida por Rossana Telles.



Figura 3: Fotografia registrada em 2009 de uma das primeiras casas em péssimas condições construídas na Barra. Fonte: Autora, em 15/10/2009.

⁷ Atualmente há informações que a área está sob responsabilidade da Prefeitura Municipal do Rio Grande que, segundo informações da própria instituição, pretende realizar a regularização fundiária da localidade. Já estão sendo feitos os levantamentos topográficos e o cadastro das moradias.

A maioria dos atuais moradores dessas antigas residências desconhece a importância das mesmas para a história da Barra e do município. A povoação da Barra teve seus primeiros habitantes com a construção dos Molhes da Barra. Conforme relato de antigos moradores, a localidade surgiu com a opção de alguns trabalhadores com o término da obra de continuar morando no lugar, pois acreditavam que nele as condições de vida eram melhores do que no seu local de origem. Segundo depoimento de um residente antigo, sua família, quando chegou à Barra vinda da Póvoa do Varzim, em Portugal, em 1935, foi a sexta família a se instalar. Durante muito tempo sua população era formada por trabalhadores do porto e pescadores (LA ROCHA, 23/24-Jan-1999, p.1). Até meados do século XX moravam no lugar apenas alguns pescadores e suas famílias oriundas de São José do Norte, Santa Catarina, Portugal e alguns funcionários do DEPREC.

Uma imagem panorâmica da Barra em meados da década de 1950 pode ser observada na Figura 4. O ano exato desta fotografia não foi possível de ser informado por falta de dados, mas sabe-se que foi no período mencionado acima, devido à presença de algumas construções como, por exemplo, a igreja e a escola. A imagem também destaca os campos de pastagem que existiam na localidade e o número reduzido de residências.



Legenda: 1 - Igreja Nossa Senhora da Paz 2 - Escola Saldanha da Gama
3 - Casas do DEPREC 4 - Rua Principal 5 - Moradias

Figura 4: Imagem aérea da Barra em meados da década de 50. Fonte: Museu do DEPREC, adaptado pela Autora.

O lugar era ideal para quem vivia da pesca artesanal, pois segundo relato de antigos residentes, o pescado, além de ser muito abundante, era facilmente capturado na beira da praia. Os relatos dos moradores indicam que cultivavam hortaliças para o consumo próprio e criavam porcos, galinhas e também vacas, pois existiam campos para pastagens no local.

Mas as dificuldades eram muito grandes, por se tratar de um lugar que era completamente isolado, sem nenhuma infraestrutura, arenoso, com algumas áreas alagadiças e sujeito aos constantes ventos do litoral gaúcho. Parte das dificuldades encontradas no passado ocorreu devido a problemas de acesso à comunidade. Até a década de 1970, ou melhor, antes da construção da rodovia Maximiano da Fonseca e do Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG), o acesso até o centro da cidade era muito difícil. As únicas maneiras de se chegar à localidade eram através de uma estrada de ferro, de um caminho não pavimentado que havia, paralelo à ferrovia e de uma outra estrada vicinal não pavimentada. O primeiro acesso era através da ferrovia que estava situada no mesmo local em que hoje é a atual Rua Principal, na Barra e margeava o canal até a antiga Ponte dos Franceses. A Figura 5 mostra essa ferrovia.



Figura 5: Mapa do crescimento horizontal da cidade do Rio Grande, utilizado para demonstrar a linha férrea existente até a década 60. Fonte: SALVATORI, *et al*, 1989, p.39. Adaptado pela Autora

A linha férrea era utilizada pelo DEPREC para o transporte de carga e como meio de transporte para moradores da Barra, uma vez que este órgão possuía um trem com dois vagões para passageiros. O trem, ou “*maquinazinha*” como era chamada pelos moradores da Barra, possuía três horários ao longo do dia e não era cobrado nenhum valor por esse serviço. Os deslocamentos do trem também eram feitos conforme a necessidade do DEPREC e suas últimas paradas na direção Barra-Centro eram nas chamadas “casas pretas” situadas no bairro Santa Teresa ou na Rua Vinte e Quatro de Maio, nas proximidades da atual Rua Val Porto. Além do trem, o DEPREC também possuía um carro linha que também utilizava os trilhos e que realizava o deslocamento até o centro da cidade se ocorresse alguma emergência.

Segundo relatos de uma moradora que utilizou esse transporte, às vezes, o trem se deslocava até o centro da cidade e não voltava no mesmo dia. Além disso, o trem também trazia mantimentos como, por exemplo, o pão que era fornecido por um estabelecimento comercial chamado Padaria Nacional, situado nas proximidades da Rua Vinte e Quatro de Maio, visto que não existiam comércios na Barra que fornecessem esses alimentos.

A Figura 6 mostra a atual fachada desse comércio que ainda está em funcionamento no mesmo ramo alimentício, porém não pertence mais à família dos primeiros proprietários.



Figura 6: Fotografia atual do estabelecimento comercial (Padaria Nacional) que fornecia pão para os moradores da Barra em meados do século XX. Fonte: Autora, em novembro de 2009.

Um segundo acesso, antes da década de 1970, era um caminho não pavimentado que havia, paralelo à estrada de ferro e proporcionava um belo passeio à beira-mar, pois margeava os eucaliptos até a velha Ponte dos Franceses.

Um terceiro acesso para aqueles que possuíam um automóvel ou uma carroça era através de uma estrada vicinal, que possibilitava o acesso pela atual RS 734 (estrada Rio Grande – Cassino) até o corredor do Bolaxa. A passagem tinha que ser feita pela Ponte Preta⁸ e depois passava pelo Arroio dos Macacos, onde hoje se encontra o Distrito Industrial (LA ROCHA, 23/24-Jan-1999, p.2). Apesar dos moradores serem majoritariamente pescadores, não utilizavam as embarcações para deslocamentos para outras áreas da cidade, sobretudo o centro. Apesar das dificuldades existentes, houve uma persistência por parte dos primeiros habitantes que permaneceram afastados do restante da área central do município, ou seja, afastados das áreas urbanizadas e com os equipamentos de uso coletivo. O isolamento pode ter contribuído para as fortes raízes que ligam os moradores a esse local.

A Figura 7 expõe os acessos na década de 70, depois da construção da Estrada da Barra e da modificação da localização da linha férrea.

⁸ Ponte que, atualmente, está denominada como Ponte sobre o Arroio Bolaxa

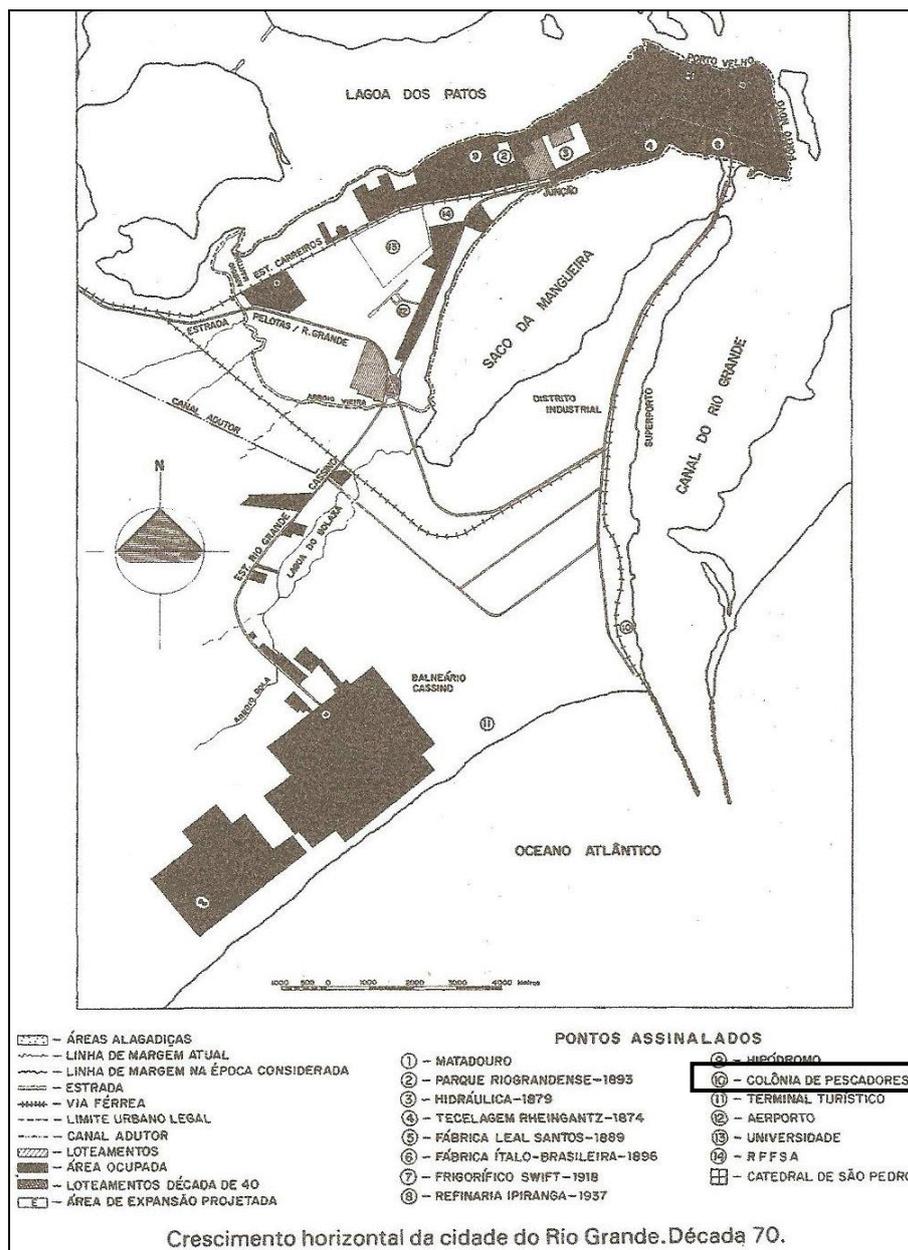


Figura 7: Mapa utilizado para demonstrar os acessos até a Barra depois da década de 70. Por curiosidade, na legenda desse mapa, a Barra – ponto 10 - é assinalada como colônia de pescadores. Fonte: SALVATORI, *et al*, 1989, p.40.

Com a construção dos novos acessos, a Barra sofreu algumas transformações econômica, social e cultural nos últimos 40 anos. Deixou de ser uma comunidade formada exclusivamente por pescadores, trabalhadores e descendentes dos funcionários do DEPREC e suas famílias, transformando-se em uma localidade formada por trabalhadores de vários setores econômicos com a facilidade no acesso a partir da construção da rodovia.

Com relação às características da localidade no início da sua ocupação, o lugar possuía bancos de areia, banhados e pouca vegetação arbórea. Segundo alguns depoimentos de

antigos residentes, na metade do século XX, a vegetação e as dunas predominavam na região. Hoje, devido à ação antrópica e a expansão urbana, existem apenas um pequeno conjunto de vegetação arbórea e herbácea e alguns poucos eucaliptos. As dunas, praticamente, desapareceram.

Segundo Madureira e Habiaga (1988/89), a Barra estava classificada em unidade ambiental de manto de aspersão eólica. A fixação dos montes de areia ocorreu no início do século XX, com o plantio de eucaliptos e pinheiros, para evitar o assoreamento do canal de entrada do porto. Ainda hoje é possível ver algumas dessas árvores em terrenos de antigas casas. Além disso, no entorno da localidade, é possível observar a presença de campos de pastagens e áreas que sofrem inundações.

Os moradores antigos entrevistados mencionam o processo de erosão dessa parte da costa, como também a alteração dos cursos de água que desembocavam no canal os quais foram retificados e em algumas partes até aterrados, permitindo o adensamento e o crescimento do local, principalmente a leste da Rua Principal. Esse adensamento ocorreu de forma desordenada e irregular, provocando problemas com relação à construção das ruas, com o fornecimento de água e coleta de lixo. Deve-se buscar, principalmente, meios que melhorem a qualidade de vida da população residente através de melhoramentos em infraestrutura, na qualidade do ensino empregado nas escolas locais e acesso adequado a serviços de saúde.

Acrescentamos que a comunidade da Barra é geograficamente localizada em uma área de expansão portuária e administrada pela Prefeitura Municipal do Rio Grande e que é conhecida, popularmente, como uma comunidade de pescadores. Apesar de administrativamente estar incorporada ao perímetro urbano, não está inserida à trama da cidade, porque ainda existem vazios entre as duas áreas que são os espaços pertencentes ao Distrito Industrial, à União e a alguns proprietários particulares.

A imagem da Figura 8 mostra o adensamento da localidade na área de ocupação mais antiga, ou seja, a leste da Rua Principal, restando apenas algumas áreas sem ocupação a oeste da referida rua que estão destinadas aos moradores de outras áreas de expansão portuária que poderão ser removidos para essa localidade ou para a instalação de algum serviço social pela administração pública.



Figura 8: Imagem da 4ª Secção da Barra, do Google earth, de 20/Set./2012. Acessada em 20/03/2013.

Na paisagem vista da Av. Portuária destacam-se as torres da Capela de Nossa Senhora da Paz. As torres dessa igreja também podem ser vistas de diferentes pontos da Barra. Também na Rua Principal é possível ainda visualizar algumas casas do início do século XX, que foram construídas para dar suporte aos funcionários que trabalharam na construção dos Molhes, embora estejam em precário estado de conservação. Mas a simplicidade do local é a principal atração. Não apenas no aspecto das casas, muitas de madeira e situadas em terrenos amplos, mas nas pessoas que residem lá, também muito simples. É essa simplicidade que os torna acolhedores (LA ROCHA, 03/fev/2004, p.1).

A Barra possui uma rua como principal centro que é a Rua Principal⁹, onde se localizam as moradias mais antigas e onde desembocam sete ruas transversais sem pavimentação e bem definidas. As ruas vão se descaracterizando na medida em que se aproximam da praia, onde as casas e os galpões foram construídos em cima de dunas, que em meados da década de 1950, chegavam a 1,5 m. A praia é marcada por grande número de galpões, trapiches e barcos e, como em outras localidades onde residem pescadores, há uma caracterização bem definida da área de trabalho e da área residencial. As Figuras 9 e 10 apresentam imagens que sintetizam a localidade com os trapiches e as embarcações e o

⁹ Atualmente, o nome da Rua Principal foi alterado para Rua Enfermeiro Marino Afonso Gomes. Além disso, a referida rua foi pavimentada; as obras foram concluídas no 2º semestre de 2012.

adensamento das residências.



Figura 9: Imagem das Indústrias de pescados, dos galpões, dos trapiches e dos barcos na Barra. É possível observar, em destaque, a torre em que estão presos os cabos que fornecem energia para São José do Norte e uma construção na cor branca, que é a Fábrica de gelo e de pescados *Sidnei Pescados*. Fonte Autora, em 15/11/2009.

Por ser uma área de ocupação ilegal, o local foi sendo construído ao longo de sua história sem a realização de um planejamento urbano pelo poder público. Isso se observa pela grande presença de ruelas e becos, e pela baixa infraestrutura local, principalmente nas ocupações mais recentes, ou seja, posteriores a 1990 e nas situadas próximas à praia. A maioria dessas ruas foram feitas depois que as ocupações tinham sido realizadas.

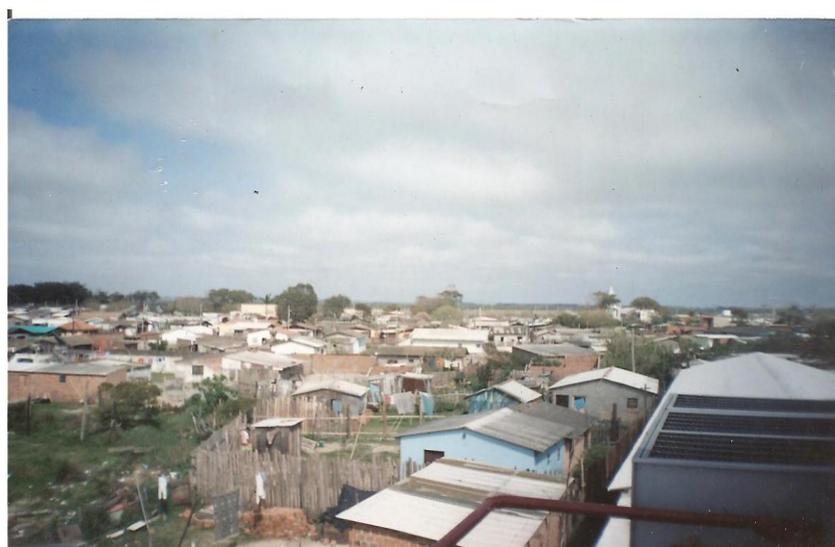


Figura 10: Fotografia das casas próximas à Rua da Praia, tirada de cima da Fábrica de gelo e pescados *Sidnei Pescados*, no sentido do canal para a BR-392. Autor: João Dutra, em 2006.

O aterramento de corpos hídricos, somado a chuvas intensas, provoca, em épocas distintas, o alagamento de algumas ruas. Embora a prefeitura municipal tenha feito, após reivindicações de moradores, melhorias como a construção de canaletes, na Rua 11, em 2004¹⁰, e o da Rua 15, em 2006, isso não foi o suficiente, pois os alagamentos ainda continuam em algumas ruas. Para exemplificar esse relato, em matéria do Jornal Agora, de 10 maio de 2007, o título foi : “Casas ficam embaixo d’água na Barra” (CALDEIRA,10-mai-2007, p.8). A matéria relata que vários moradores de uma determinada rua ficaram completamente ilhados depois de chuvas torrenciais.



Figura 11: Construção do canaleta da Rua 11. Fonte: João Dutra, em 2006.



Figura 12: Ruas alagadas depois de chuvas torrenciais. Fonte: João Dutra, em 2013.

¹⁰ Essa construção foi a primeira obra de saneamento básico em cem anos na Barra.

Apesar de várias restrições ao seu crescimento, a população da Barra vem conseguindo algumas melhorias para o local, por iniciativa dos próprios moradores e da Associação de Moradores e Amigos da Barra (AMAB), ou por reivindicações em diferentes órgãos. Dentre as reivindicações realizadas pela população da Barra e atendidas pela Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), após alguns anos de reclamações, foi a construção de uma rua¹¹ nas proximidades do canal do Porto, cujo objetivo era conter o avanço do mar sobre as casas situadas neste local. A Rua da Praia (Fig. 13) foi construída pela SUPRG, em 2006, após vários anos e muitas reivindicações dos moradores e da associação.



Figura 13: Fotografia da Rua da Praia. Fonte: Autora, em 30/11/2009.

Ou seja, pelo menos desde o começo dos anos 2000, a população da Barra já buscava determinadas melhorias para o local, com iniciativas próprias e ações que dependiam mais dos órgãos públicos. Algumas dessas reivindicações foram expostas em jornais como, por exemplo, as reportagens a seguir: “Melhoramentos surgem na Barra por iniciativa dos moradores” (LA ROCHA, 13 e 14-Nov-1999, p.1). E “4ª Secção da Barra espera por melhorias” (LA ROCHA, 21 e 22 -Abr-2001, p.4). Na primeira reportagem, os próprios habitantes realizavam a limpeza das ruas e construíram, junto com o então presidente da Associação de moradores, o Sr. João Dutra, floreiras e abrigos de ônibus. Na segunda, há relatos de moradores solicitando melhorias na rede elétrica, expansão da rede de água e melhoramento nas ruas. Uma das solicitações da população local foi atendida em 2012, que é a pavimentação da Rua Principal.

¹¹ Rua da praia.

Porém, o maior interesse dos habitantes está na busca constante da regularização dos terrenos. Os moradores, através de sua Associação, alegam que a localidade possui toda a infraestrutura e que a regulamentação dos terrenos gerará impostos que, por sua vez, trarão recursos para o investimento em saneamento básico (LA ROCHA, 3-fev-2004, p.1). Muitas já foram as figuras políticas que manifestaram o interesse em buscar soluções para esse problema antigo da comunidade.

Há informações oficiais que indicam que haverá a regularização fundiária de parte da área. Para uma definição precisa das áreas e evitar transtornos e tensões com a população local, a SUPRG definiu que o marco divisório das áreas seria a primeira rua paralela à linha do canal de acesso. Tal medida visa não “cortar” as casas ao meio, facilitando as operações futuras de regularização fundiária (SOUZA, 2012) (Figura 14).



Figura 14: Mapa demonstrando a divisão da Barra em duas áreas: uma destinada à regularização fundiária urbana, com 54,07 ha e perímetro de 3.431 metros, e outra, onde será passado aos moradores o direito à concessão de uso e estando prevista a construção de um polo pesqueiro com capacidade de atracação para 60 embarcações pesqueiras, com 15,26 ha e perímetro de 2.778 metros (SOUZA, 2012).

Apesar de todos esses problemas elencados acima, a população da Barra gosta muito de morar na localidade. Em entrevista com moradores antigos, foi questionado: Por que gosta de morar na Barra? E a resposta de todos os entrevistados foi praticamente a mesma. Segundo eles, o local é tranquilo e agradável; além disso, possuem familiares no local e uma relação de amizade com os vizinhos. Um outro fato interessante que foi mencionado por essas pessoas é

que eles não se mudaram para outro, lugar não por falta de opção, mas sim porque nunca tiveram interesse de sair da Barra.

Isso tudo indica um pertencimento entre os moradores e a localidade, constituindo um lugar. Aqui é entendido no sentido do pertencimento, a identidade biográfica do homem com os elementos do seu espaço vivido, como proposta por Tuan (1983), que se aproxima da concepção que, no lugar, cada objeto ou coisa tem uma história que se confunde com a história dos seus habitantes, assim compreendidos justamente por não terem com a ambiência uma relação de estrangeiros. [...] é o lugar que dá o tom de diferenciação do espaço do homem – não do capital – em nosso tempo (MOREIRA, 2006, p.164).

O que se observa na comunidade da Barra é que os moradores se sentem pertencentes a esta localidade, porque se identificam com o lugar no sentido de que a sua história está extremamente imbricada com a história do lugar e, portanto, sentem-se sujeitos e responsáveis pelo lugar, que se torna comunidade. Apesar da palavra comunidade, nos dias atuais, distanciar-se do que alguns vivem no ambiente urbano, ela ainda se manifesta em lugares mais afastados. São as peculiaridades de cada grupo que irão contribuir para compor essa comunidade. No caso da Barra, o sentido de comunidade está ligado aos laços de afinidade e afetividade, de consanguinidade e de reciprocidade.

Com relação aos dados sobre a quantidade de habitantes que a Barra possuía em diferentes épocas, houve uma grande dificuldade em se obter tais números por diversos motivos. Dentre eles está a divisão por setores censitários que o IBGE utiliza, pois estes são alterados de um censo para o outro, provocando uma dificuldade em coincidir o setor censitário com a área desejada. Até a década de 1970 a Barra era considerada pelo IBGE área rural e por uma alteração administrativa foi incorporada na década de 1980 à área urbana da cidade.

Até a década de 1950, segundo moradores antigos, a população da Barra não ultrapassava mais do que 20 famílias de pescadores e de funcionários do DEPREC. Mas devido às mudanças econômicas ocorridas na cidade e nas proximidades do local a partir da década de 1970 houve um aumento populacional considerável. Segundo Madureira e Habiaga (1988/89), com base nos dados do Censo Demográfico FIBGE, estimava-se que, nas décadas de 1970 e 1980, a população do local era de 1.446 habitantes e de 1.702, respectivamente. Isso ocorreu principalmente devido à facilidade no acesso a partir da construção da Rodovia Almirante Maximiano da Fonseca (BR-392) que causou uma melhora na infraestrutura da

região. No Censo Demográfico de 1991, o setor censitário a que a Barra pertencia é o 0167 que possuía uma população de 2.546 habitantes. Porém a população para a década de 1990 da localidade não pôde ser estimada, porque, segundo os dados do IBGE, o setor censitário em que a Barra estava inserida abrangia uma área bem maior que a área da localidade. Segundo Martins (2008), a Barra possuía uma população de aproximadamente 3.000 habitantes.

Ocorreu na Barra uma expansão urbana e populacional na última década, mas não se pode afirmar que tenha sido apenas de população pesqueira, pois não se observa um aumento no número de embarcações e apetrechos de pesca. Houve uma melhora nas condições financeiras dos moradores que pode ser demonstrada através dos diferentes estabelecimentos comerciais existentes atualmente no local (Figura 15).

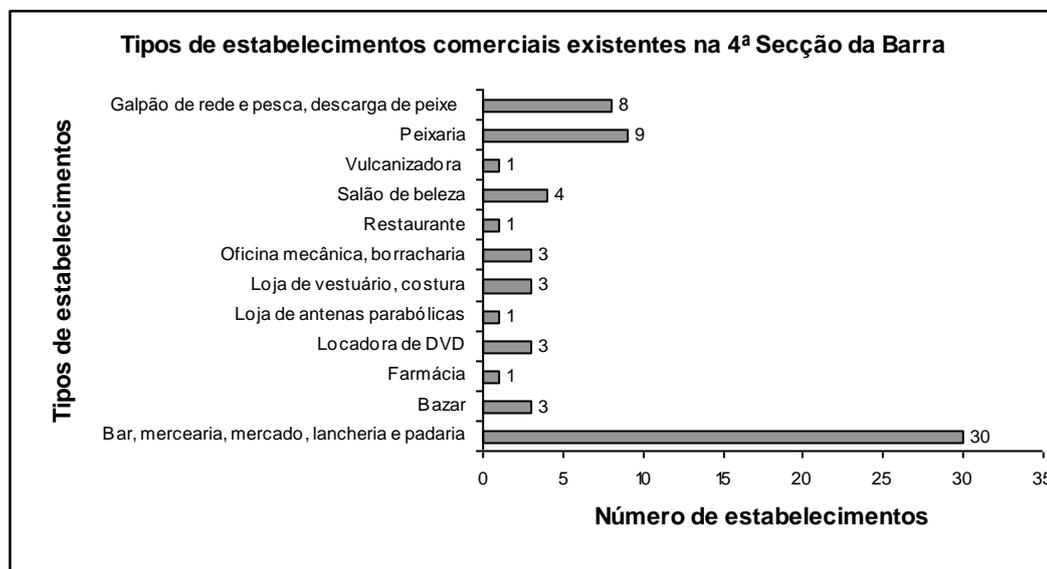


Figura 15: Gráfico dos tipos de estabelecimentos existentes na Barra. Fonte: Martins (2008), modificado pela autora.

As Figuras 16a e 16b são utilizadas para demonstrar a expansão urbana ocorrida na Barra em 60 anos. A primeira é uma fotografia panorâmica da Barra em meados da década de 50 e a segunda é uma imagem de satélite de agosto de 2009.



Figura 16: Duas imagens da Barra, uma em meados da década de 1950 (a) e a outra, em 2009 (b). Fontes: Museu do Deprec e Google Earth.

Segundo Martins (2008), a localidade em questão possuía, em 2008, aproximadamente, 1.000 residências que, em geral, não obedeciam a nenhum padrão e variavam de acordo com as condições econômicas de cada família. Com relação ao material utilizado, antigamente as casas eram construídas em madeira (Fig. 17), porque era um material que poderia ser aproveitado caso as remoções ocorressem. Atualmente, nas construções da Barra, há uma predominância das moradias mistas (alvenaria e madeira) e de alvenaria. Isso indica uma melhoria nas condições socioeconômicas da população e uma estabilidade em relação à permanência no local. Quadro diferente do que era encontrado até o final da década de noventa, onde era constante o medo por parte dos moradores de serem removidos.



Figura 17: Foto de 1972, de uma casa localizada na Rua 23. Fonte: Luiz Martins, antigo morador da Barra.

Segundo Souza (2012, p.86), a localidade despertou a atenção pelos diferentes padrões de moradias e qualidade de construção, algumas casas apresentam características acima da média da localidade, outras demonstram uma precariedade extrema na construção e na qualidade do material e localizam-se próximas à linha de costa, sendo fruto de ocupações mais recentes (Figura 18).



Figura 18: Diferentes tipos de moradias. Fonte: Souza, 2012, p. 87

Os moradores demonstram, desde as primeiras habitações, uma preocupação com o lote e o seu entorno. No passado, os moradores colocavam um barro vermelho nos pátios com o objetivo de assentar a areia. Esse barro era transportado por balasteiras e era trazido da cidade de Capão do Leão/RS pela linha férrea até a Barra. O material era depositado ao lado dos trilhos, situados na atual Rua Principal. Os moradores tinham que carregá-lo com o auxílio de um carrinho de mão até suas casas. Os terrenos eram grandes e delimitados por cercas de arame farpado.

Na área próxima ao canal de acesso é onde se encontram as moradias mais simples. Os moradores se preocupam pouco com seu entorno devido à baixa renda. As primeiras casas de pescadores construídas na Barra foram erguidas também próximas à praia, fato comum em localidades de pescadores.

O número de moradias, principalmente, na área situada entre a Rodovia Maximiliano da Fonseca e a Rua Principal aumentou muito nos últimos anos. A Rua Principal, até o final da década de 1990, ou melhor, até 1996, servia como limite para a expansão no sentido leste-

oeste¹². Porém, a partir desse período, houve um aumento considerável no número de moradias existentes nessa área. Isso ocorreu porque, até 1996, a localidade era administrada pelo Departamento Estadual de Portos Rios e Canais (DEPREC) e sofria constantes vistorias, principalmente na Rua Principal e em seu entorno. Até esta data, a área de estudo expandiu-se, principalmente na faixa mais perto da água que sofria pouca fiscalização. Após esse período, houve certo descaso por parte do órgão responsável pela área, que não se preocupou em fiscalizar e inibir as ocupações no local. As áreas que ainda não foram ocupadas já sofreram ocupações que foram coibidas pelo poder público local. Uma grande invasão ocorreu no final de 2012, onde praticamente todas as áreas vazias tinham sido invadidas tanto por moradores da própria comunidade como também por pessoas de outros locais da cidade, ambos alegavam que estavam ocupando a área, porque não possuíam lugar para morar. A Figura 19, a seguir, é utilizada para demonstrar o aumento das moradias em diferentes épocas.

¹² Até 1995, a Barra era de responsabilidade do governo estadual e era administrada pelo Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC) que realizava constantes vistorias. A partir de 1996, foi administrada pela Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) que não atuou com o mesmo rigor que o DEPREC.

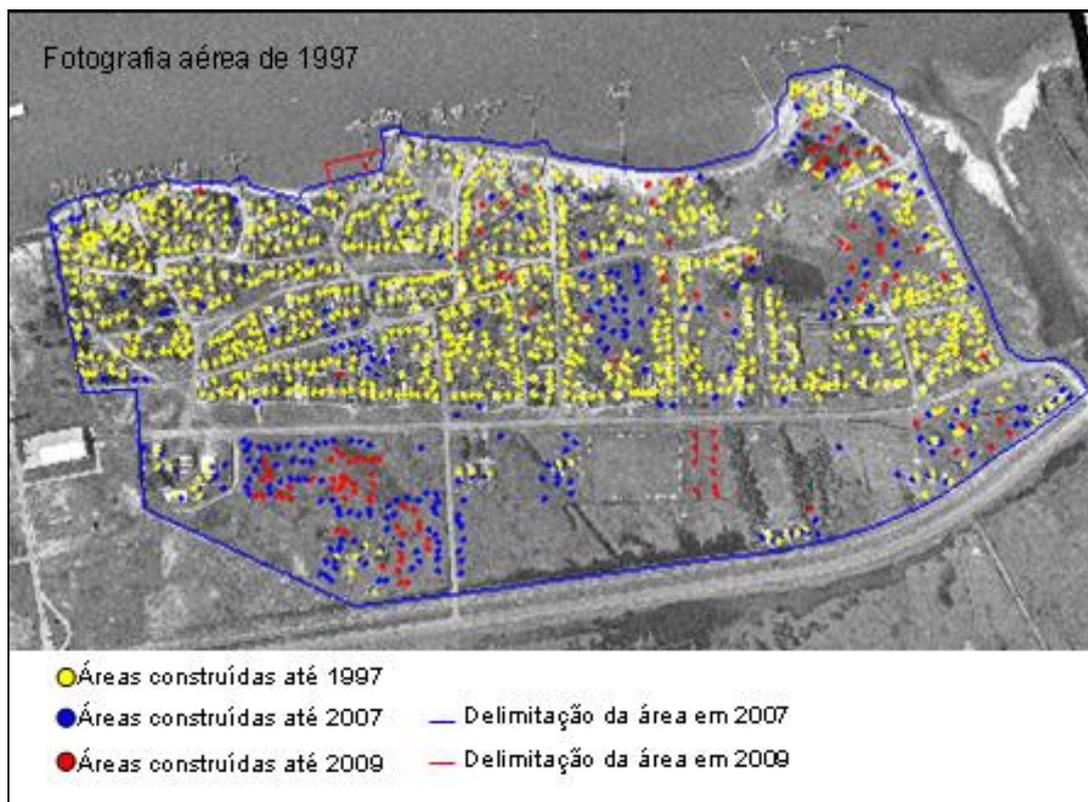


Figura 19: Mapeamento realizado sobre uma fotografia aérea de 1997, com uma sobreposição de pontos correspondentes às construções realizados em diferentes anos. Autor: Matheus Oliveira. Fonte: (SANTANA, 2010).

Há um aumento significativo de construções após o ano de 1997 nas proximidades da Rua Principal. Além disso, do ano de 2007 até o de 2009, houve um acréscimo em uma parte da área localizada na linha de costa. Para apresentar de maneira mais clara essa expansão no sentido oeste da Rua Principal buscou-se duas fotografias, uma de meados da década de 90 (Fig. 20a) ainda sem a presença dessas moradias e outra, atual, da mesma área (Fig. 20b). Hoje os poucos locais que ainda não estão habitados é porque estão destinados, segundo informações da prefeitura, à construção de conjuntos habitacionais ou para a relocação de pessoas que foram ou serão retiradas de outras áreas que serão destinadas à expansão portuária ou empreendimentos industriais.



Figura 20: (a) Foto da Rua Principal, no final da década de 90, e (b) do mesmo local, em 2009. Fonte: João Dutra A autora.

Para a caracterização social e econômica da área de estudo, utilizou-se como banco de dados o Relatório Final do Levantamento Socioeconômico nas áreas de Expansão Portuária, que foi um estudo realizado na localidade, em 2008. Não foram utilizados os dados do censo de 2010, devido ao mesmo não contemplar as demandas relacionadas ao registro social e cultural da comunidade da Barra, porque no citado levantamento houve uma inclusão de uma realidade social pertencente a outra localidade/comunidade. A área onde se encontra historicamente inserida a comunidade da Barra, os dados do censo de 2010 não contemplam de forma qualitativa e quantitativa em suas dimensões sociais inerentes à comunidade da Barra. Acrescentamos que pensávamos que o censo de 2010 iria abraçar de forma peculiar e precisa a comunidade da Barra separada de outras realidades sociais e não realizamos a atualização dos dados depois de 2009 devido à sobreposição de atividades no cerne do nosso labor. Mas, acreditamos que os dados aqui apresentados são os mais atuais e legítimos sobre a referida comunidade.

Com relação aos serviços urbanos que a localidade possui, destacam-se:

- A rede de energia elétrica domiciliar que atende o lugar desde a década de 50. Esta rede só foi possível porque, segundo relato de um antigo morador, seu pai e mais alguns moradores pagaram a fiação elétrica até a Barra. O serviço de energia elétrica abrange 964 domicílios, ou seja, 90% da residências (Martins, 2008).
- A iluminação pública atende praticamente todo o bairro de maneira precária, devido à falta de manutenção.
- A rede de água potável existe desde 1988 e beneficiou, na época, 380 moradias e foi

estendida a quase todas as ruas. Antigamente, a água era fornecida pelo DEPREC para algumas casas e as demais utilizavam água de poço. Atualmente, não foi possível especificar o número de moradias atendidas pela CORSAN, pois a companhia informou somente que tem condições de atender toda a localidade. Porém, segundo Souza (2012), 860 domicílios possuem água canalizada em ao menos um cômodo, a que corresponde a 85% das residências.

- A coleta do lixo é realizada seis vezes por semana e atende aproximadamente 85% dos moradores. Quando não existia coleta de lixo, o que não era reutilizado era queimado ou enterrado e o material orgânico era utilizado em pequenas hortas.
- O posto de saúde (Dr. Nilo Corrêa da Fonseca) é de responsabilidade da Prefeitura Municipal desde 1996, mas já havia atendimento médico na localidade desde a década de 70, onde um enfermeiro morava e atendia aos moradores se ocorresse alguma emergência¹³. O posto funciona de segunda a sexta-feira das 7 horas e 30 às 17 horas, com dois enfermeiros, um técnico em enfermagem, um médico pediatra, que só atende algumas vezes por semana, e três médicos clínicos gerais também em horários específicos.
- O transporte coletivo que atende o local é realizado pela empresa de transporte Viação Noiva do Mar. A empresa disponibiliza duas linhas, uma saindo da Barra até o Parque São Pedro, e a outra, circular, denominada “Barra/Trevo”. Ambas realizam o percurso até o centro da cidade em aproximadamente meia hora. Esta empresa atende a Barra desde 1983.

Para finalizar esta parte do trabalho, podemos mencionar que na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas, estando deste modo relacionada com os hábitos e costumes enraizados no cotidiano da comunidade, envolvendo as relações familiares, de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc (BOTELHO, 2001).

¹³ Esse enfermeiro, conhecido por “Seu Marino”, foi tão significativo na comunidade, que a principal rua da Barra, conhecida como rua Principal, atualmente é denominada oficialmente como Av. Enfermeiro Marino Afonso Gomes, em homenagem aos serviços prestados por esse profissional já falecido.

Diante da demanda relacionada às bases de estrutura física e outras de conteúdo mais humanizado e civilizatório para uma maior dignidade humana dos habitantes dessa comunidade, fez-se, neste momento da pesquisa, uma descrição sobre a história de algumas instituições existentes na Barra. O relato sobre a infraestrutura existente atualmente na localidade é base primordial para o desdobramento do cultivo do processo de trabalho pesca artesanal de Bote como registro de uma cultura que cultua e cuida de seus “filhos” que deverão recriar e readequar a pesca artesanal no devir histórico e geográfico.

2.2 - O CULTO AO FILHO

Nesta parte do trabalho, será dado destaque às instituições de ensino que existem na comunidade. A primeira delas é a Escola Estadual de Ensino Fundamental Saldanha da Gama, que iniciou suas atividades no dia 02 de junho de 1934, com o nome de General Flores da Cunha, tendo como regente e única professora Maria Vizeu Pereira, que era filha do Engenheiro Álvaro Vizeu Pereira, que morava na Barra e trabalhava para o DEPREC. O local para a instalação da escola foi em prédio cedido por este órgão e era dividido em duas peças, onde apenas uma era utilizada como escola, em função do número reduzido de alunos. Em 15 de dezembro de 1941, iniciou o funcionamento como Grupo Escolar da Barra.

Em 1947, Válder Sá Jobim, que governou o Rio Grande do Sul de janeiro de 1947 até janeiro de 1951, pelo Partido Social Democrático (PSD), em visita à cidade do Rio Grande, com sua esposa Ana Niederauer Jobim, realizaram um coquetel beneficente para arrecadar fundos para a conclusão da construção de uma igreja na Barra e, como o valor arrecadado foi superior à necessidade, a Sra. Ana Jobim repassou parte do dinheiro para a construção de um prédio para ser destinado à escola, pois as instalações de então não comportavam mais o número de alunos (Fig. 21).



Figura 21: Fotografia do coquetel realizado na década de quarenta para arrecadar fundos para a construção da Igreja e da Escola. Fonte: Maria da Glória Maiato, moradora antiga da Barra e ex-diretora da escola Saldanha da Gama.

Na década de 70, através do círculo de pais e mestres e por votação popular, foi escolhido o nome atual da escola, Saldanha da Gama, como uma sugestão de um tenente da Marinha. Em 1975, a escola foi aumentada e recebeu mais quatro salas, um refeitório e banheiros junto ao prédio. Até esta data, devido ao número de alunos ser superior à capacidade das salas de aula, os estudantes eram distribuídos em dois prédios: o atual e em uma casa cedida pelo DEPREC. Na época, a escola possuía cerca de 300 alunos das localidades da Barra, Barraquinha e Mangueira, divididos em seis salas de aula.

Até o ano de 2000, a escola oferecia apenas até a 6ª série do Ensino Fundamental. Isso provocou na comunidade um grau de escolaridade baixo, pois muitos estudantes que não tinham condições financeiras de se deslocar até outras escolas para conseguir concluir os estudos. Isso se comprova através de dados obtidos por Martins (2008), onde mais de 50% da população entrevistada possuíam o ensino fundamental incompleto, como mostra o gráfico a seguir (Figura 22).

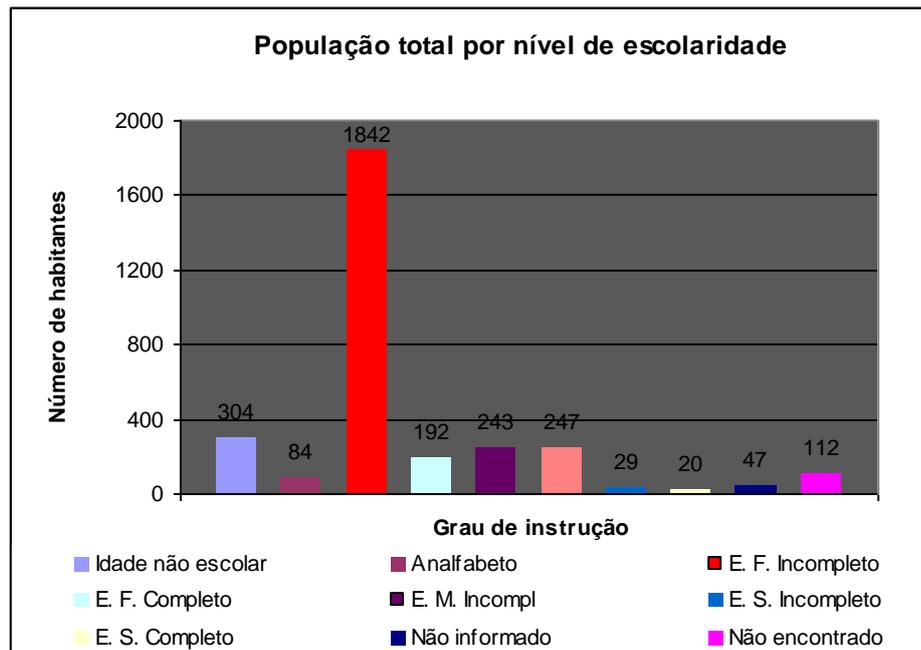


Figura 22: Gráfico da população total por nível de escolaridade. Fonte de dados: MARTINS (2008), modificado pela Autora.

Atualmente, a escola, além do prédio central, possui dois anexos. No total, a escola possui 12 salas de aula e seis banheiros, oferecendo o Ensino Fundamental regular, e o Ensino Fundamental em Educação de Jovens e Adultos (EJA), no período noturno. A diretora é a professora Raquel Jardim da Silva. A escola conta com 44 professores e funcionários que integram o quadro de recursos humanos, no atendimento de 670 alunos da própria localidade e da localidade da Barra Nova, distribuídos em três turnos (Figura 23). Segundo a direção, a escola tem como objetivo a formação do aluno através de uma ação pedagógica contínua, visando formar uma consciência crítica, para que ele possa desenvolver suas potencialidades e participar da vida em sua comunidade e fora dela.



Figura 23: Fotografia atual da escola Saldanha da Gama. Fonte: Autora, em novembro de 2009.

Acrescentamos que, como forma de viabilizar o atendimento desta demanda que consiste em uma reflexão mais crítica referente às relações sociais e ambientais, no cerne da comunidade de pescadores artesanais a população consolidou a Escola Municipal de Educação Infantil Profª Maria da Graça Reyes como uma instituição que soma na busca por uma sociedade mais justa e igualitária nas suas várias instâncias estruturais.

Assim sendo, ressaltamos que a Escola Municipal de Educação Infantil Profª Maria da Graça Reyes surgiu em 13 de setembro de 1993, com o nome de Núcleo de Recreação Infantil. Funcionava no salão paroquial da igreja Nossa Senhora da Paz, em dois horários, um pela manhã (das 8h às 11h) e outro, pela tarde (das 14h às 17h). Duas professoras eram responsáveis em atender as 50 crianças, sendo que 23 eram de três e quatro anos e 27, de cinco e seis anos. O Núcleo era assessorado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC).

O Núcleo de Recreação Infantil, da 4ª Secção da Barra, passa a ser, depois do Decreto de nº 7291/99, de 07 de maio de 1999, uma Escola Municipal de Educação Infantil, em que a primeira diretora foi a professora Delaci do Carmo da Rosa Cruz. Devido ao espaço que era utilizado pelas crianças no Salão Paroquial não ser usado somente por elas, houve a necessidade de buscar, neste mesmo ano, um outro local. Foi alugada, pela Prefeitura Municipal, uma casa situada na Rua 15, nº 110, onde a escola funcionou até o ano de 2002. Em 15 de agosto de 2002, com o nome de Escola Municipal de Educação Infantil Professora Maria da Graça Reyes começa a funcionar em seu atual prédio, que foi construído na primeira

gestão do prefeito Fabio Branco.

A E.M.E.I. Professora Maria da Graça Reyes, segundo o projeto político pedagógico está instalada em um prédio de alvenaria, recentemente construído, possui sala de secretaria e direção, três salas de aula, refeitório, cozinha, despensa, sala de atividades múltiplas e banheiros apropriados para as crianças, inclusive deficientes físicos. Seu pátio é amplo, com uma pracinha com brinquedos e um tanque de areia (Figura 24). Há água potável e energia elétrica. Os setores de limpeza e merenda são terceirizados pela mantenedora. Seu corpo docente é constituído por professores, regentes de classe, todos com formação pedagógica superior. Eles atendem a turmas de educação infantil e turmas do primeiro e do segundo ano do Ensino Fundamental. Atualmente a escola atende a 333 alunos nos turnos da manhã e tarde.

A escola realiza reuniões pedagógicas quinzenalmente para pensar e traçar metas e procedimentos necessários para dinamização do currículo escolar. Os setores pedagógicos, de merenda e o de limpeza trabalham integrados e atualmente a diretora é a professora Clara Lia Souto Soldera. Segundo seus documentos, a instituição de ensino tem, como princípios norteadores de suas atividades, a criatividade, o respeito, a ética, o amor, a interação, a ação e a cooperação. Tem, como objetivo geral, o de proporcionar um ambiente agradável, para a formação da criança, desenvolvendo-a nas áreas cognitiva, psicomotora e afetiva, para que se torne um cidadão consciente e integrado na vida social.



Figura 24: Fotografia da Escola de Educação Infantil Maria da Graça Reyes. Fonte: Autora, em novembro de 2009.

2.3 – A RELIGIOSIDADE NA COMUNIDADE

A construção da identidade vale-se da matéria prima fornecida pela memória individual e coletiva dos atores, ocorrendo sempre num contexto determinado também pela fé religiosa (SILVA, 2008, p.98). A religião é entendida como um sistema de símbolos que atua para estabelecer poderosas, penetrantes e duradouras disposições e motivações nos homens, através da formulação de conceitos de uma ordem de existência geral e vestindo essas concepções com tal aura de fatualidade que as disposições e motivações parecem singularmente realistas (GEERTZ, 2008). Ela representa um sistema de símbolos que atua para religar a transcendência, é um rito social fazer o religamento ao mundo que antecede a vida uterina. Ou seja, aborda-se como sendo a crença na existência de uma “energia” sobrenatural que anima o mundo, a qual tem como finalidade religar o homem ao universo mítico e natural dos deuses, contemplada na forma de comunicação entre o ente mítico e o seu devoto, o homem (PEREIRA, 2011). Portanto a religião refere-se a um corpo particular de crenças e práticas religiosas.

Apesar de possuírem praticantes de outras religiões, a comunidade ainda é reconhecida como uma comunidade católica. Visto que desde a sua origem com os portugueses, primeiros moradores, possuíam uma cultura muito ligada a essa religião, por isso eles, juntamente com a colônia de pesca, mobilizaram-se para a construção de uma igreja para suas práticas religiosas, pois essas práticas e as crenças fornecem comumente um refúgio das tribulações da vida cotidiana (GIDDENS, 1991). A igreja é um templo religioso, caracterizando-se como sendo um templo para missas, rituais de iniciação e confirmação de compromissos religiosos e sociais (LIMA, 2003).

Para a construção de um templo religioso, em oito de outubro de 1945, iniciou-se uma campanha promovida pela Colônia de Pesca, por alguns membros da colônia portuguesa e por moradores da Barra. O dinheiro para a construção da igreja foi adquirido através de doação realizada por diversas indústrias, como Torquato Pontes, Furtado & Dourado e Wigg, por embarcações (parelhas) e por um coquetel beneficente (Figura 25) realizado por Ana Niederauer Jobim, esposa do governador do Estado. Os donativos das embarcações correspondiam a $\frac{1}{4}$ de parte, enquanto as indústrias não possuíam um valor definido (Quadro 1).



Figura 25: Fotografia do coquetel para arrecadar fundos para a construção da igreja, com alguns pescadores da Barra e com o então governador de estado do Rio Grande do Sul Válter Sá Jobim. Fonte: Maria da Glória Maiato, antiga moradora da Barra.

Quadro 1: Quadro com o nome das indústrias que doaram para a construção da igreja.

Indústrias e Comércio	Valor doado
Indústrias Reunidas Leal Santos S.A.	Cr\$2.000,00
Torquato Pontes & Cia	Cr\$3.000,00
Cunha e Amaral & Cia Ltda.	Cr\$1.000,00
Luiz Lorea & Cia Ltda.	Cr\$500,00
Anselmi & Cia	Cr\$100,00
Francisco Gallo	Cr\$200,00
Furtado e Dourado	Cr\$100,00
Bromberg Sociedade Anônima	Cr\$100,00
Wigg & Cia. Ltda.	Cr\$100,00
Mendes Abreu & Cia. Ltda.	Cr\$50,00
Vaz Dias & Figueiredo	Cr\$20,00
Cedric W. Schmidt	Cr\$50,00
José da Silva & Irmão	Cr\$50,00
Companhia de Charutos Poock	Cr\$50,00
Pinto & Oliveira	Cr\$50,00
Moveis Canuso	Cr\$50,00
Cadaval & Cia	Cr\$50,00
Machado & Cia	Cr\$50,00
Wilson, Sons & Co. Limited	Cr\$50,00
Esquina da Sorte (Jornais)	Cr\$10,00
Timm & Cia. Ltda.	Cr\$20,00
Carvalho Barcellos Salva & Cia. Ltda.	Cr\$10,00
Abdalla Nader	Cr\$500,00

Fonte: 1º Livro ata da Igreja Nossa Srª da Paz

No dia 21 de Abril de 1946, foi feita a colocação da pedra fundamental da Igreja católica Apostólica Romana da Nossa Senhora da Paz. Na época, a Barra era o segundo distrito de Rio Grande e estavam presentes várias autoridades e representantes da imprensa, indústrias e comércio. A primeira colher de argamassa foi colocada pelo prefeito de Rio Grande, na época o Eng. Miguel da Costa Moreira. Após a cerimônia, a Banda de música da Brigada Militar executou o Hino Nacional que foi cantado por todos, segundo a Ata de nº3 do primeiro livro da referida paróquia.



Figura 26: Fotografias da construção da Igreja no ano de 1946. Fonte: 1º Livro ata da Igreja Nossa Srª da Paz.

Alguns empregados do DEPREC faziam parte da mão de obra utilizada na construção da Igreja. O Eng. Alfredo Vizeu Pereira, conhecido popularmente na Barra como Dr. Pereira, que era o responsável pelo DEPREC no local, foi quem sugeriu o nome da padroeira. Ele doou a imagem de Nossa Senhora da Paz e seu filho, que era um aviador e só vinha na Barra para visitar a família, doou a imagem de Santa Teresinha. As demais imagens foram doadas, na sua grande maioria, por famílias de portugueses que moravam na Barra. Há informações também que o nome foi dado porque estava acontecendo a II Guerra Mundial na época da construção da igreja e isso seria uma manifestação do desejo que a população possuía de que a guerra acabasse.

A fotografia a seguir demonstra a realização da primeira comunhão de algumas crianças residentes do local. Segundo Lima (2003), somando-se à realização do ritual de lavagem da alma através do corpo, que ocorre com o batizado, temos a primeira comunhão, caracterizada pelo fato de o morador simbolicamente receber o corpo e o sangue da entidade mitológica localizada no mais elevado nível espiritual (Figura 27).



Figura 27: Fotografia tirada na frente da Igreja de Nossa Sr^a da Paz em 1964. Todas as crianças eram moradores da Barra. Fonte: Edi Nascimento (*In memoriam*), antiga moradora da Barra.

Atualmente, a Igreja realiza dois festejos na localidade: a festa da padroeira, Nossa Senhora da Paz, realizada no mês de janeiro, e a em comemoração a São Pedro, padroeiro da cidade e dos pescadores, no mês de junho (Figura 28). Em ambas as festa é possível observar a fé e a alegria dos moradores em missas, procissões e almoços com a tradicional anchova na brasa ou o churrasco. Em 2001, foi construído um ginásio para ser usado pela comunidade para a prática de esportes e também para a realização de comemorações religiosas ou não.



Figura 28: Procissão durante a festa de São Pedro de 2012. Fonte: Flavia Nunes, 01/jun/2012.

A Igreja da Nossa Senhora da Paz é aberta para a realização de missa, batizado¹⁴, primeira comunhão, crisma, casamento e missa de sétimo dia de falecimento. Na Barra não mora nenhum padre; este reside no centro do município e frequenta a comunidade duas vezes por semana, aos sábados, para missas, batizados, crismas, primeira comunhão e às quartas-feiras para o que os católicos denominam como “Grupo de Oração”.



Figura 29: Fotografia da Igreja Nossa Senhora da Paz e do ginásio. Fonte: Autora, em 10/11/2009.

2.4 – O LAZER DO TRABALHO

Dentro do conteúdo cultural do lazer, segundo Dumazedier (2004), destacam-se também os interesses artísticos como, por exemplo, manifestações artísticas através do samba¹⁵. O Samba e o futebol são fatores que podem ser associados à dimensão de divertimento e de desenvolvimento social dos pescadores que também necessitam disso, pois qualquer trabalhador deve ter momentos de lazer, momentos que não estejam ligados diretamente ao labor.

¹⁴ Na comunidade há o batizado na Igreja Católica que consiste num ritual religioso de iniciação dos homens nos mistérios sagrados do cristianismo católico, como o grande mistério da Santíssima Trindade. O batizado, além de ser um registro cultural de um processo de iniciação à prática e à doutrina católica, sinaliza que os moradores acreditam numa intermediação entre os homens e a Santíssima Trindade que reina no céu (Lima, 2003, p. 615).

¹⁵ Samba é um gênero musical, do qual deriva um tipo de dança, de raízes africanas, que surgiu no Brasil e é considerado uma das principais manifestações culturais populares brasileiras.

Tanto o samba quanto o futebol sempre desempenharam um papel importante na vida social dos moradores da Barra, devido ao fato de serem sinônimos de interação entre eles. A realização de atividades que não estejam vinculadas a atividades profissionais ou domésticas representa atividades prazerosas, voluntárias e liberatórias, centradas em interesses culturais, físicos, artísticos, etc. que são realizadas num tempo livre, tempo esse “roubado” ou conquistado historicamente sobre a jornada de trabalho. Cabe ressaltar que essas atividades são importantes, porque interferem no desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos (CAMARGO, 1989).

Devido à necessidade de haver mais uma opção de lazer na comunidade, foi criada, em 24 de setembro de 1988, a Escola de Samba Unidos da Furiosa, que foi fundada por Malgrair S. do Nascimento, Julio César Sá, José da Mata, Rodolfo Silva e Elida Nascimento, todos moradores da Barra. Antes da Furiosa existiam, na Barra, duas outras escolas de samba a “Tamandaré” e a “Última Hora”; ambas encerraram suas atividades praticamente ao mesmo tempo e os antigos foliões não conseguiam aceitar isso. Foi então que decidiram criar a Unidos da Furiosa. No início, a Furiosa era apenas uma Charanga que percorria as ruas da localidade com o objetivo de não passar em branco o carnaval da Barra. O primeiro desfile ocorreu em fevereiro de 1989 (Figura 30). Segundo o presidente/fundador Malgrair S. do Nascimento, a Furiosa também participava do carnaval do Balneário Cassino. Como charanga, o grupo desfilaria até o ano de 1996.



Figura 30: Fotografia do primeiro desfile realizado pela escola, na Barra. Ano: 1989. Fonte: Malgrair Nascimento, atual presidente da escola.

Uma boneca gigante (Figura 31) tornou-se o símbolo da entidade. Foi essa personagem a responsável por dar nome e personalidade à escola (JORNAL AGORA, 09-fev-2009, p.6). O nome “Furiosa”, segundo um dos fundadores, foi escolhido porque a ideia é que ela passasse a impressão de que ao entrar na avenida, ela seria a fúria da passarela. Suas cores são o verde e o rosa, pois um dos fundadores fez uma homenagem à Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.



Figura 31: A boneca Furiosa que é o símbolo e dá nome à Escola. Fonte: Malgrair Nascimento fundador e atual presidente da escola.

No ano de 1996, a entidade participou do carnaval oficial do Rio Grande como convidada. No ano seguinte, concorreu na categoria Grupo II (atualmente grupo de acesso), ficando na 3ª colocação. Conquistou quatro vezes o 1º lugar do Grupo de Acesso. Isso ocorreu nos anos de 1998, 2004, 2006 e 2009. A escola esteve duas vezes no Grupo Especial. Em 2005, por falta de componentes, foi rebaixada para o Grupo de acesso e, em 2007, conquistou o 3º lugar, permanecendo neste grupo. Porém no ano seguinte, por motivos internos, a escola não desfilou e assim voltou para Grupo de acesso.

No carnaval de 2009, a Furiosa da Barra, como é popularmente chamada, voltou ao Sambódromo municipal com o samba-enredo “Porcelana – 20 anos de Paixão”, em homenagem aos 20 anos de sua fundação, trazendo quatro temas que marcaram sua trajetória nos carnavais de Rio Grande e se tornou campeã (Figura 32). Segundo o presidente da escola, o Sr. Malgrair do Nascimento (Nenê), “*o que foi apresentado na avenida foi um samba de comemoração, em homenagem aos 20 anos de uma escola que é acolhida por toda a sua comunidade*” (Jornal Agora, 09-02-2009, p.6). Neste carnaval, a Furiosa foi para a avenida com, aproximadamente, 200 componentes, número bem maior que o de quando começou, pois eram apenas 22 integrantes da charanga.



Figura 32: Fotografia da Furiosa desfilando no carnaval de 2009. Fonte: Autora, em 02/2009.

O carnaval de 2010 foi o último ano em que a escola desfilou no grupo especial e homenageou o Balneário Cassino. Novamente não atingiu o número mínimo de 300 componentes e foi rebaixada. Apesar de todas as dificuldades financeiras que a escola de samba enfrenta para exibir o seu carnaval, projeta manter suas atividades, porém faz três anos que não desfila no Sambódromo municipal.

Para Dumazedier (2004), lazer é entendido como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora, após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais. O pescador, como qualquer outro ser humano, precisa de lazer, pois necessita de descanso, divertimento e de desenvolvimento social.

Dentre os conteúdos culturais do lazer está o interesse físico-desportivo, o interesse por práticas esportivas. Devido a esse interesse, foram fundados dois times de futebol na Barra a Associação de Futebol Clube Mirim e a Associação Esportiva e Cultural Real Madrid. Os determinantes sociais da comunidade fizeram com que houvesse uma preocupação para também construir instalações físicas – o ginásio e o campo de futebol - que pudessem atender as explicitadas demandas de lazer e de jogar¹⁶. Estas necessidades sociais são oriundas do ato de trabalhar para ter as condições materiais de existência da comunidade da Barra.

¹⁶ Conduta social que impõem regras, ou seja, atividade coletiva e regrada (DANTAS, 2002, p.111).

Acrescentamos que a A.F.C. Mirim foi fundado em 30 de setembro de 1972, por dois moradores da Barra, os senhores Joel dos Santos Mourão e Marino Gomes. O nome de Mirim foi adotado porque os primeiros times eram formados apenas por crianças. E as cores foram escolhidas porque um dos fundadores era torcedor do Sport Club Internacional de Porto Alegre.



Figura 33: Fotografia dos jogadores do Mirim, na década de 80, em frente no pátio da antiga sede. Fonte: Antonio Amorim.

Até a década de 1990, o time disputava amistosos apenas em seu próprio campo e em campos de times adversário, mas não competia em nenhum campeonato. O primeiro título veio em 1992, com a conquista do título de campeão do Culturão¹⁷. Em 1995, deste mesmo campeonato amador, bicampeão. Em 1998, foi realizado 15º Culturão e o Mirim conquistou o tricampeonato e tornou-se o último campeão deste evento.

Nesta época, a torcida do Mirim destacava-se. Além de ser muito numerosa era muito animada. Os torcedores chegavam aos jogos em caminhões lotados de mulheres, homens e crianças, todos moradores da Barra. Em todos os finais de semana que havia jogos pelo Culturão no Cassino, era comum ver os torcedores do Mirim se deslocarem em direção ao Balneário, todos muito animados, para torcer pelo seu time do coração. A tradicional charanga tocava e as torcedoras cantavam para incentivar o time ou tentar intimidar os adversários. Dentre as rimas que cantavam, uma muito tradicional era: *“Vermelho e branco sinal de guerra o meu Mirim faz tremer a terra”*.

Os bailes realizados em sua sede eram conhecidos em diversos lugares do município,

¹⁷ Campeonato amador realizado no campo do Cassino Futebol Clube, localizado no Balneário Cassino – Rio Grande, em que compareciam cerca de 1500 pessoas por jogo.

visto que as pessoas se deslocavam até a Barra para frequentar tal diversão. Atualmente, sua sede encontra-se em precário estado de conservação e este tipo de atividade não ocorre mais há cerca de doze anos, infelizmente, pois era uma das poucas opções de lazer que tinham os moradores dessa localidade.

Em 2000, com o seu time principal, foi campeão amador da cidade do Rio Grande e também vice-campeão com a categoria de base deste mesmo campeonato. Em 2004, foi campeão do 4º Pinherão, que foi um campeonato de veteranos de futebol de campo que ocorreu no Balneário Cassino. O último título ocorreu na categoria para atletas com mais de 40 anos, da Liga de Veteranos do Rio Grande, título que conquistou no dia 28 de novembro de 2009, em seu campo.



Figura 34: Campo da Associação de Futebol Clube Mirim. Fonte: Antonio Amorim, em 2008.

O Mirim teve, como rival, a partir da década de 1990, o Real Madrid. Isso dividiu a comunidade, assim como ocorre com os times da capital gaúcha (Grêmio e Internacional), em torcedores do Mirim e torcedores do Real Madrid. Entre este time e o Mirim sempre houve uma grande rivalidade, pois ambos disputavam os mesmos campeonatos e o fato de serem ambos da Barra acentuava a rivalidade entre os dois times. Uma pessoa não poderia torcer pelos dois times. Através de conversas com os moradores, é possível perceber que existia uma grande competitividade entre esses times.

O Real Madrid foi fundado em 20 de novembro de 1993. Segundo o seu estatuto a instituição é uma sociedade civil com finalidade desportiva, recreativa e cultural, tendo como

atividade principal a prática do futebol. As cores do Real Madrid eram preto, vermelho e branco, sendo o pavilhão em branco, trazendo ao centro um leão. Esse time participou de campeonatos como o Culturão, no Cassino, na década de 90 e consagrou-se campeão em 1996 (Fig. 35), em um jogo contra o seu maior rival, o Mirim. O Real também foi campeão em 2006, da III Copa Cassino/Jornal Agora, campeonato similar ao antigo Culturão.



Figura 35: Imagem da entrega do troféu de campeão do Culturão de 1996, ao então presidente Renato Gonçalves. Fonte: Utalis Estabel.

O Real Madrid alterou a sua nomenclatura e suas cores em 2007, passando a ser denominado de Associação Esportiva e Cultural Real e com as cores azul e branco, sendo o amarelo a terceira cor. Em 2008, a Associação Esportiva Real foi campeã da Copa Jornal Agora, na categoria Sub 21, em um jogo realizado no campo do Esporte Clube Rio Grande. E atualmente o clube não possui uma sede nem um campo. Foca as suas atividades nas categorias de base e realiza, através da diretoria, um projeto na Barra, denominado Escolinha Real. O projeto tem como objeto proporcionar uma opção de lazer e recreação para as crianças em um ambiente saudável. A Escolinha Real atende a aproximadamente 150 crianças e jovens de sete a 15 anos, tendo o coordenador Utalis Peres Estabel, que é formado pelo Sindicato de treinadores profissionais e é um dos fundadores do Real Madrid. A escolinha tem, como atividades, o futsal e o futebol que são realizadas no Ginásio da Igreja Nossa Sra. da Paz e no

campo do Mirim. A meta é poder oferecer mais atividades como reforço escolar, artesanato, artes marciais e noções sobre o meio ambiente. Porém o projeto ainda necessita de recursos financeiros, uma área própria para a prática do esporte, de material esportivo e de voluntários.

Além do lazer através da prática esportiva e do samba, os moradores também possuem uma relação intensa com o “mar”. Porque, além de fornecer o alimento e o sustento de muitas pessoas que ali moram, o mar proporciona lazer através das pescarias nos trapiches e por meio do banho de mar. A Prainha (Fig.36), situada próxima ao início dos Molhes e de frente para o canal, é bastante frequentada pelos moradores no verão, pois é de acesso fácil e os veículos não circulam na beira da praia. O local também era frequentado por pessoas do centro da cidade do Rio Grande que se deslocavam até este local para apreciar um sossegado banho de “mar”, porque possui características de lagoa.



Figura 36: Fotos da Prainha. Fonte: Autora, em out/2009.

Dos trapiches situados na Barra é possível observar a localidade da 5ª Secção da Barra, em São José do Norte, os navios e as embarcações pesqueiras entrando ou saindo da Laguna (Fig. 37).



Figura 37: Trapiche da Barra com pescadores e as embarcações ancoradas no canal, em um dia de ventos fortes.
Fonte: Autora, em out/2009.

Para compreendermos a relação do pescador com o mar faz-se necessário, nesse momento da pesquisa, discutir a realidade da produção e da reprodução social dos pescadores, ao longo do tempo, com a valorização da questão pertinente ao universo do trabalho, de sua estruturação e desenvolvimento (RAMALHO, 2006). Portanto, o trabalho torna-se uma peça fundamental para que possamos entender a reprodução social dos pescadores artesanais da Barra, já que esse trabalho teve importância na construção da vida social na comunidade. A cultura deles surgiu de forma intrínseca com a gênese da atividade pesqueira, com o trabalho. A cultura e o trabalho deles consistem em realizar as pescarias, consistem na vivência no mar e na terra com os companheiros. O universo cultural da pesca é uma representação da arte de pescar, da linguagem específica do pescador, da religiosidade e da história cotidiana dos velhos e dos novos pescadores moradores dessa comunidade.

CAPÍTULO III – A PESCA DE OUTRORA E DE AGORA

3.1 – O PROCESSO DE TRABALHO

Neste capítulo, será realizada a reflexão acadêmica sobre o processo de trabalho existente no desdobramento das relações sociais de produção intrínsecas que permeiam a pesca artesanal de camarão, corvina, bagre e tainha, realizada por meio da embarcação Bote. Acrescentamos que serão abordados fatores relacionados à como é feita a remuneração dos pescadores, pensando-se no trabalho excedente, valor de troca, valor de uso e no trabalho socialmente necessário. Nesta parte de trabalho, pretende-se estudar como o trabalho do pescador é apropriado/transferido para a sociedade e como ele consegue as suas condições materiais/monetárias de existência.

Para compreendermos como o capital promove a sua reprodução na atividade pesqueira artesanal dos pescadores da Barra, é necessário que façamos algumas reflexões. O materialismo histórico, que é a ciência das leis gerais da evolução social, foi fundamentalmente elaborado por Karl Marx que, para tanto, partiu da constatação elementar segundo a qual a vida da sociedade humana assenta na produção material (OHLWEILER, 1985, p. 7).

No início da sociedade, quando a caça e a pesca se constituíam na principal atividade produtiva, o homem iniciava os primeiros passos no domínio da natureza e, frequentemente, a reprodução era interrompida por períodos de fome e regressão. Ao contrário das demais espécies zoológicas, que vivem em estado de equilíbrio passivo com o meio ambiente, o homem sobrevive atuando sobre a natureza exterior, submetendo-a e transformando-a (OHLWEILER, 1985, p. 7).

Desde os primórdios da humanidade, o ser humano não é mero objeto da natureza. Ele atua como sujeito transformando as coisas da natureza em objetos úteis através do trabalho, da atividade humana, ao mesmo tempo consciente e social, viabilizada pela comunicação e cooperação entre membros da coletividade. Eis o mito com que conta a espécie humana para afirmar o seu domínio sobre as forças naturais com vistas a assegurar sua sobrevivência (OHLWEILER, 1985). O trabalho ocupa e cumpre um papel crucial na construção e organização da sobrevivência de homens e mulheres (RAMALHO, 2006). Sendo assim, ele é

condição necessária para que haja a apropriação e o diálogo entre o ser humano e a natureza, pois é através do trabalho que o homem confere utilidade humana aos recursos naturais.

Toda produção caracteriza-se por dois elementos inseparáveis: o processo de trabalho que dá conta da transformação da natureza que o homem realiza para convertê-la em um objeto útil; e as relações de produção que dão conta da forma histórica concreta, na qual se realiza o processo de trabalho (HARNECKER, 1983, p. 32). Ohlweiler (1985) vem ao encontro disso, quando afirma que:

A descrição do processo de trabalho deve, pois, ser entendida como passo inicial apenas da análise do processo da produção e ser empreendida em duas direções; a) as *forças produtivas*, entendidas como totalidade dos meios de produção e das forças de trabalho da sociedade, que expressam o modo de apropriação da natureza pelo homem, o grau de domínio técnico do homem sobre a natureza e; b) as *relações de produções*, que expressam as relações entre os homens no processo de produção social e na distribuição dos produtos do trabalho. São distintas formas históricas de articulação destes dois elementos que se caracterizam os modos de produção das diferentes épocas econômicas ou formações sociais (OHLWEILER, 1985, p.15).

Iniciaremos pela busca do entendimento sobre o processo de trabalho dessa pequena produção pesqueira. Chamaremos de **processo de trabalho**, em geral, a todo processo de transformação de um objeto determinado em um produto determinado. Essa transformação é efetuada por uma atividade humana determinada, utilizando instrumentos de trabalho determinados (HARNECKER, 1983, p. 32). A atividade pesqueira enquanto processo de trabalho vai envolver a força de trabalho (pescador e demais trabalhadores envolvidos na atividade), objeto de trabalho (os peixes e crustáceos) e os meios de trabalho (embarcação, redes, motor e etc.).

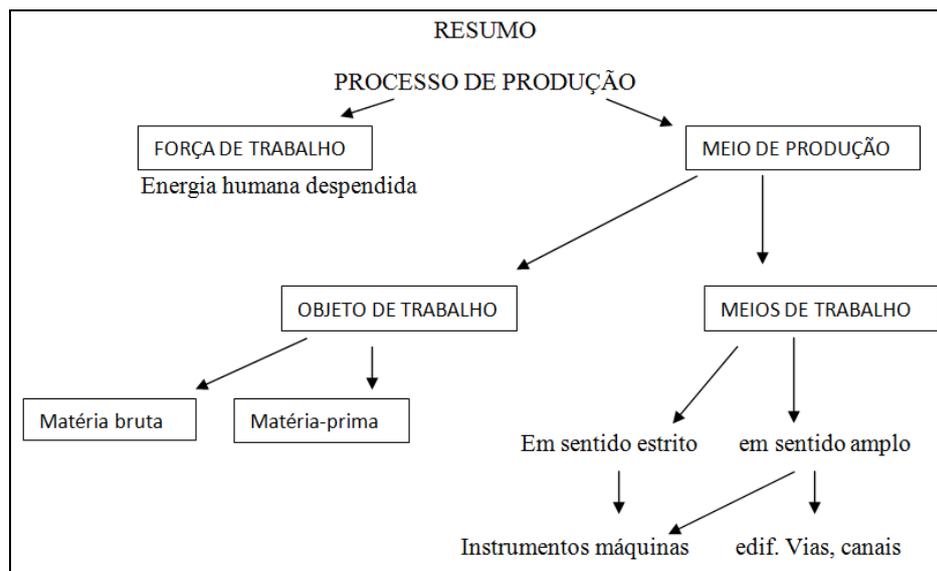


Figura 38: Resumo do Processo de produção (HARNECKER, 1983, p. 40).

O ponto de partida é a concepção do trabalho como um processo entre o homem, atuando como sujeito, e a natureza exterior, com seus variados materiais, comportando-se como objeto, em que entre um e outro interpõem-se os meios de trabalho, servindo como condutor da atividade do sujeito sobre o objeto do trabalho (OHLWEILER, 1985, p. 9). Não se pode confundir o conceito de trabalho com o de força de trabalho. A energia humana, ou força de trabalho, diferencia-se totalmente do trabalho realizado, que é o rendimento dessa força de trabalho. Conforme Harnecker (1983, p.34), a atividade humana desenvolvida no processo de produção de bens materiais é chamada de **Trabalho**. Ou seja, o trabalho é entendido como sendo o desgaste físico e mental oriundo da natureza e materializado na mercadoria. No trabalho, o homem converte a energia potencial acumulada em seu organismo em energia cinética, que se traduz em movimento do corpo, braços e pernas, cabeça e mãos e pode ser usada para fins da apropriação dos materiais naturais sob uma forma útil (OHLWEILER, 1985, p.9). Trabalho é a utilização da força de trabalho, é a aplicação dessa força (SOARES, 1985).

A análise do processo de trabalho “em seus elementos simples e abstratos”, empreendida por Marx, conduz á noção do trabalho como uma relação metabólica entre o homem e a natureza, o homem como sujeito e a natureza como objeto, em que a ação daquele sobre esta é realizada com o auxílio de meios de trabalho e tem como finalidade a produção de valores de uso (OHLWEILER, 1985, p. 15).

O trabalho humano é, por excelência, uma atividade consciente, orientada na consecução de fins estabelecidos com antecedência e conforme a determinação do momento. No trabalho humano, o mecanismo de comando envolve um ato de volição¹⁸, o processo de trabalho, abrange a concepção e a execução (OHLWEILER, 1985, p. 9). O trabalho é a atividade vital própria do trabalhador/operário, a maneira que lhe é própria de manifestar a sua vida e é esta atividade vital que vende a um terceiro para se assegurar os meios de subsistência necessários (MARX, 1990). Por isso, a sua atividade apenas é para ele um meio de poder existir, ele trabalha para viver. Além disso, através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação, pois o próprio homem que trabalha é transformado por seu trabalho, atua sobre a natureza externa e muda ao mesmo tempo sua própria natureza e por outro lado os objetos e as forças da natureza são transformados em objeto de trabalho, matéria-prima (RAMALHO, 2006).

Porém o trabalho não é uma mercadoria não podendo ser vendido, porque ele só existe como utilização da força de trabalho, o trabalho não possui valor, pois ele é a fonte e a medida do valor e também se o capitalista não comprasse a força de trabalho, mas o próprio trabalho, e remunerasse o trabalho comprado, não obteria mais-valia, o que tornaria impossível a própria existência do sistema capitalista (SOARES, 1985, p.32).

A força de trabalho ou capacidade de trabalho é o conjunto das faculdades físicas e mentais de um ser humano, postas por ele em atividade todas as vezes que são produzidos os valores de uso de qualquer espécie (SOARES, 1985, p. 29). Ou seja, a força de trabalho é a capacidade produtiva do homem. Marx chama de força de trabalho à energia humana empregada no processo de trabalho (HARNECKER, 1983, p.35). E o seu uso só é limitado pela energia e pela força física do trabalhador (MARX, 2010, p. 114).

O valor da força de trabalho é determinado, precisamente como para qualquer outra mercadoria, pela quantidade de trabalho necessário a sua produção, ou melhor, para a sua conservação e reprodução. A força de trabalho de um homem consiste apenas na sua individualidade viva que, para poder desenvolver-se e manter a sua vida, é necessário que consuma uma determinada quantidade de meios de subsistência (MARX, 1990, p.42).

¹⁸ Desejo, vontade, anseio de fazer ou ter algo.

Com isso o valor da força de trabalho de um homem é igual ao valor dos meios de subsistência consumidos por ele, mais os necessários para criar determinado número de filhos, de forma a produzir, conservar e reproduzir essa força de trabalho. [...]. A força de trabalho transforma-se em mercadoria na sociedade capitalista. Ela possui valor de troca e valor de uso. O valor de uso, para o capitalista, é a propriedade que tem a força de trabalho para produzir mais-valia. Já o valor ou valor de troca da força de trabalho é igual ao valor dos meios de subsistência necessários à produção, conservação e reprodução da força de trabalho (SOARES, 1985, p.30).

A força de trabalho une-se aos meios de produção, através da compra e venda, por intermédio do mercado, no qual o capitalista adquire essas mercadorias. Em consequência disso, o trabalho é um processo de consumo, por parte do capitalista, da força de trabalho do pescador que, ao vender seu pescado para o atravessador, que é o intermediário do mercado, transfere trabalho vivo contido no pescado. Ao receber por quilo de pescado capturado, o pescador é induzido a pensar que ele é remunerado pelo produto final e não pela sua força de trabalho. Conforme Lima (1995), o pescador proprietário da embarcação é “camuflado e disfarçado” de pequeno pescador artesanal autônomo. Ao manter contato com os atravessadores na venda de pescado, encontra-se vendendo a sua força de trabalho e a do proeiro/ajudante, pois o pescado é a substantificação do trabalho de ambos.

Como já mencionamos anteriormente, todo processo de trabalho é uma estrutura constituída por três elementos fundamentais: a força de trabalho, os meios de trabalho e o objeto de trabalho, que estabelecem entre si determinadas relações. Porém, segundo Harnecker (1983, p.36), os elementos mais significativos do processo de trabalho são os meios de trabalho, pois eles assinalam o tipo de atividade que os indivíduos devem realizar. “O uso e a criação de meios de trabalho – observa Marx – ainda que já pertençam em germe a certas espécies animais, caracterizam o processo de trabalho especificamente humano, razão pela qual Benjamin Franklin define o homem como a *toolmaking animal*, um animal que fabrica instrumentos” (OHLWEILER, 1985, p. 12).

Existem dois tipos de meios de trabalho: os meios de trabalho em sentido estrito (rede, embarcação, motor) que são as coisas ou conjuntos de coisas que o trabalhador interpõe diretamente entre ele e o objeto sobre o qual trabalha, ou seja, servem de intermediário entre o trabalhador e o objeto sobre o qual trabalha a matéria bruta (HARNECKER, 1983, p. 34). Através dos meios de trabalho é possível entender qual tipo de pesca é praticada pelos pescadores; e os meios de trabalho em sentido amplo que compreendem, além dos

assinalados, todas as condições materiais que, sem intervir diretamente no processo de transformação, são indispensáveis à realização deste (HARNECKER, 1983, p. 34). A água (o ambiente lagunar e o oceano próximo à costa) pode também ser entendida como um meio de trabalho geral do pescador que se enquadra nesta espécie de condição; é ela que oferece ao homem o seu lugar de estar e seu campo de ação para o processo de trabalho. O pescador deve ter o conhecimento sobre as dinâmicas naturais desses ambientes aquáticos para conseguir realizar da melhor forma possível a captura do pescado.

Os meios de trabalho do pescador artesanal foram se modificando. No decorrer do tempo, houve mudanças nas redes, nas embarcações, nos motores e até mesmo na estrutura física do local. Segundo Marx: “O que distingue as épocas econômicas entre si não é o que se faz, mas como se faz, com que instrumentos de trabalho se faz” (El capital, I, p.132 *apud* HARNECKER, 1983, p. 36). Portanto as ferramentas e apetrechos com as quais o homem trabalha são meios de produção úteis e os bens resultantes do trabalho possuem valores de uso, isto é, bens de serventia prática para a satisfação das necessidades concretas dos homens, no caso o pescado como fonte de alimento.

O objeto de trabalho é tudo aquilo sobre o qual pode recair o trabalho e os meios de trabalho através dos quais a ação do homem é transmitida ao objeto com vistas a dar a este último a forma de um valor de uso (OHLWEILER, 1985, p.9). Os objetos, que são produtos do trabalho humano, atestam unicamente que, para sua produção, foi necessário um esforço de trabalho humano, que um trabalho humano se acha aí acumulado (MARX, 1982, p.25).

A grande fonte primordial de onde são extraídos os objetos de trabalho é a natureza exterior, isto é, o habitat do homem. Todas as coisas, que o trabalho não faz mais que separar da sua imediata conexão com a terra, são objetos de trabalho naturalmente preexistentes, como o pescado que, ao ser separado do seu elemento vital, a água tornasse o produto do trabalho. O objeto ao ser separado da natureza com a utilização dos meios de trabalho transforma-se em um produto que é entendido como sendo um objeto final criado no processo de trabalho que acrescenta um novo valor ao objeto (MARX, 1990).

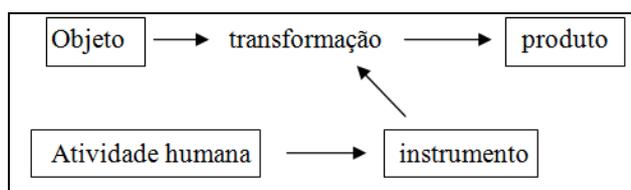


Figura 39: Diagrama demonstrando a transformação do objeto em produto.

Segundo Diegues (1983), as inúmeras características do processo de produção na pesca, ao contrário de outras atividades humanas, estão marcadas pela natureza dos recursos a serem explorados; por isso há uma grande instabilidade com relação à produção diária, visto que retira da natureza uma matéria-bruta¹⁹ móvel e incerta. Portanto a pesca encontra no meio natural seu objeto de trabalho que possui uma produção irregular. O produto do trabalho do pescador é desvalorizado, ou seja, a desvalorização do pescado é a desvalorização do trabalho, porque o mesmo encontra-se materializado na mercadoria e esse processo determina a apropriação de sobretrabalho pelo capital (LIMA, 1995, p. 41).

A pesca artesanal pode ser classificada como sendo uma produção mercantil simples, realizada por pequenos produtores independentes, donos dos seus meios de produção e vivendo do produto de seu trabalho (DIEGUES, 1983). Os produtores independentes operam isoladamente e vendem o que produzem para conseguir dinheiro com o qual compram o que necessitam (OHLWEILER, 1985, p.139). Ou seja, o objetivo do trabalho é o fornecimento dos meios de subsistência para si e sua família, e o excedente é incerto e irregular. Portanto produto do seu trabalho é uma mercadoria, aquilo que para si próprio produz não é o peixe, é um salário que irá determinar os meios de subsistência.

Um homem que produz um objeto para seu uso pessoal imediato, com a finalidade de ele próprio o consumir, cria um produto, mas não uma mercadoria (MARX, 1990, p.33). Um produto só é uma mercadoria se possuir valor de uso e valor de troca. Deste modo, mercadoria é uma coisa com valor de uso; este último existe em todas as formas de sociedade, mas na sociedade capitalista, o valor de uso é o suporte material do valor de troca (MARX, 1990, p.34).

A mercadoria é de início um objeto externo, uma coisa que satisfaz para seus proprietários uma necessidade humana qualquer. É a utilidade de uma coisa que lhe dá um valor de uso, ela deve atender a uma necessidade social. Marx afirma que essa utilidade é determinada pelas propriedades físicas das mercadorias e não existe sem isso e completa dizendo que a mercadoria em si é, pois, um valor de uso, um bem (MARX, 1982). Com isso, o trabalho é direcionado para que se criem valores de uso, sendo um mecanismo prioritário para uma constante apropriação do ser social em relação à natureza (RAMALHO, 2006, p.

¹⁹ Quando a matéria aparece como objeto e o processo de trabalho se resume na coleta direta de um alimento, ou seja, quando os objetos de trabalho são diretamente oferecidos pela natureza como tais, eles podem ser chamados de *matéria-bruta* (OHLWEILER, 1985, p. 11).

102). O valor de uso do pescado ocorre devido a sua utilidade social enquanto alimento que será inserido no mercado de consumo.

Já o valor de troca de uma mercadoria é a quantidade de trabalho materializado nela. Quando falamos do valor de troca de uma mercadoria, temos na ideia as quantidades relativas que podem ser trocadas com todas as outras mercadorias (MARX, 1990, p.31). Além disso, é a quantidade de trabalho socialmente necessário incorporado nas mercadorias que determina o seu valor de troca (MARX, 1990, p.36). O valor de troca dos peixes e crustáceos será determinado no momento da sua troca pela mercadoria dinheiro através da comercialização. Vale salientar que comercialização é entendida como ato de comercializar, como um processo de troca, onde o pescador vende o produto do seu labor e recebe em troca dinheiro.

Por não possuir meios de conservar o produto que é extremamente perecível e nem tempo disponível para venda posterior do pescado para futura comercialização, os pescadores artesanais são extremamente prejudicados com relação ao valor pago pelo produto. Com exceção do camarão rosa, que pode receber algum tipo de beneficiamento (em geral realizado na própria residência do pescador, por seus familiares), as demais espécies costumam ser vendidas aos compradores/atravesadores *in natura*, ou seja, não agregando valor ao produto (CALDOSSO *et al*, 2006).

Tabela 1: Tabela com o preço do pescado vendido pelos pescadores. Fonte de dados: KALIKOSKI, *et al*, 2013.

TABELA DE PREÇO		
ESPÉCIE	PREÇO ATUAL POR QUILO	PREÇO MÍNIMO COSIDERADO JUSTO PELOS PESCADORES
Camarão (in natura)	R\$ 5,00	de R\$ 6,00 a R\$ 10,00
Tainha	R\$ 2,00	R\$ 4,00
Corvina	de R\$ 2,30 a R\$ 3,50	R\$ 4,00
Bagre	R\$ 2,50	R\$ 4,00

Os pescadores possuem uma relação de dependência aos compradores/atravesadores no contexto da pesca local, a maioria destes é da própria localidade. Sem possuir os equipamentos necessários para a conservação do pescado, o pescador tem que submeter-se ao valor estipulado pelos compradores/atravesadores. Além disso, a dependência é reforçada devido ao empréstimo fornecido pelos compradores/atravesadores como o fornecimento de

óleo diesel, gelo, redes e consertos na embarcação. Essa dependência contribui para que ocorra uma diminuição dos ganhos do pescador.

Essa é uma dependência que ocorre desde o tempo das canoas de pranchão, porém naquela época a dependência era com as indústrias de pescados. Elas emprestavam o dinheiro para o pescador comprar uma embarcação; com isso o pescador tinha que vender o peixe para eles, independente do preço pago. *“Enquanto eu estava devendo para eles, eles sabiam que eu ia entregar meu pescado para eles, o que eles queriam era ganhar em cima do peixe”* (pescador Sr. Eduardo).

A crescente *commoditização* da atividade pesqueira, além dos evidentes resultados de sobreexploração dos recursos, tem gerado transformações profundas na vida das comunidades pesqueiras, que, integradas ao mercado, se tornam crescentemente subordinadas ao capital e aos processos de diferenciação social e empobrecimento, característicos das economias mercantis, gerando diversos problemas e dificuldades para sua reprodução social (AZEVEDO, 2012, p. 30).

Uma mercadoria só tem valor porque é uma materialização do trabalho social²⁰, do trabalho humano. Por isso a substância social comum a todas as mercadorias é o trabalho (SOARES, 1985, p.23). Para produzir uma mercadoria, é necessário aplicar-lhe, nela fazer entrar uma determinada quantidade de trabalho e não apenas de trabalho, mas de trabalho social (MARX, 1990, p.31). A quantidade de trabalho existente em uma mercadoria é determinada pelo tempo de duração do trabalho necessário para produzi-la, medido em dias, horas, minutos, segundos e etc. (SOARES, 1985). O valor propriamente dito do pescado é a quantidade de trabalho humano necessário para pescá-lo e transformá-lo em uma mercadoria, isto é, ser possuidor de um valor de uso e simultaneamente de um valor de troca, enquanto substantificação de trabalho não pago (e pago) do pescador (LIMA, 1995, p. 45).

O valor da mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário à sua produção. Esse trabalho socialmente necessário é o tempo que o trabalhador leva durante a sua jornada de trabalho para adquirir as suas condições materiais de existência,

²⁰ Quando dizemos que o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho aplicado ou cristalizado (materializado) nela, queremos nos referir à quantidade de trabalho necessário para produzir essa mercadoria numa dada situação social e sob determinadas condições sociais médias de produção, com uma determinada intensidade social média e com uma destreza média do trabalho utilizado (MARX, 2010, p.104).

o mínimo necessário para se reproduzir enquanto coisa. A soma dos artigos de consumo necessários para que o trabalhador possa restaurar as energias gastas no trabalho, manter uma família média e assegurar um certo nível cultural, tem um valor definido que é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção (OHLWEILER, 1985, p.141). O tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho exigido para se produzir um valor qualquer de uso nas condições normais dessa produção, sendo o trabalho feito numa média social de habilidades e de intensidade (MARX, 1982, p.26).

É a quantidade de trabalho socialmente necessário, isto é, o tempo de trabalho socialmente necessário de qualquer valor de uso, o único a determinar o valor de uma mercadoria. O pescador não possui um tempo de trabalho socialmente necessário estipulável, pois o tempo necessário para a produção é muito variável devido à instabilidade do seu objeto de trabalho que é móvel e de livre acesso. Além disso, está sujeito às intempéries climáticas. Registramos que não existe uma legislação trabalhista que estabeleça os limites da jornada de trabalho dos pescadores.

Todo processo de produção não só produz produtos materiais como também produz e reproduz suas condições sociais de produção e, ao mesmo tempo que produz mercadorias, reproduz as relações capitalistas de produção: o capital e o trabalho (HARNECKER, 1983, p.63). A dominação do capital sobre o trabalho reflete-se tanto no plano da organização da produção quanto no plano da distribuição do produto; as relações de produção são relações de exploração num e noutro (OHLWEILER, 1985, p.123).

O que o marxismo sustenta é que os homens não estão sós e isolados em sua luta pela transformação da natureza, que ao efetuarem o processo de trabalho estabelecem entre si determinadas relações: relações de colocação e ajuda mútua, relações de exploração, ou relação de transição entre ambos os extremos. Estas relações que os homens estabelecem entre si no processo de trabalho são as que determinam o caráter que este processo assume em uma sociedade historicamente determinada. Marx dá a essas relações o nome de **relações de produção** e insiste em que todo processo de trabalho se verifica sob determinadas relações de produção, isto é, que a forma pela qual os homens transformam a natureza nunca está isolada, mas ao contrário, está determinada pelo tipo de relação que estabelecem no processo de trabalho (HARNECKER, 1983, p.37).

A atividade pesqueira artesanal, em estudo, constitui-se em uma forma recriada pelo capitalismo moderno, e a ele articulada de modo constante e dependente. O modo de produção capitalista apresenta-se como necessidade histórica para transformar o trabalho

isolado em trabalho social; mas, nas mãos do capital esta socialização só aumenta as forças produtivas para, com maior lucro, as explorar (MARX, 1990, p.92). A atividade produtiva se faz privadamente com o objetivo de maximizar os lucros, busca essa que é ilimitada e leva ao aumento crescente da produção e do consumo, o que implica na necessidade cada vez maior de recursos naturais (AZEVEDO, 2012, p. 50).

As relações sociais de produção determinam uma Divisão social do trabalho que é a distribuição das diferentes tarefas que os indivíduos desempenham na sociedade, que se realizam em função da situação que eles têm na estrutura social (HARNECKER, 1983). Dentro do processo de trabalho da pesca artesanal existem alguns atores determinantes que são: o pescador proprietário dos meios de produção, o proeiro e o atravessador/comprador.

Com isso existem dois tipos de trabalhadores na pesca artesanal, envolvidos na captura do pescado: i) o pescador proprietário dos seus meios de produção que pode decidir quando, como, onde, que tipo de pescado vai pescar sem depender do comprador, e por isso, de certo modo, pode decidir o que vai fazer da sua força de trabalho e; ii) o proeiro que é um trabalhador direto, livre e despossuído dos meios de produção, e por isso vende apenas a sua força de trabalho como mercadoria para o proprietário da embarcação; esse pescador é obrigado a trocar sua força de trabalho pela mercadoria dinheiro, com o qual irá comprar seus meios de subsistência.

Além desses dois trabalhadores, existe também outro ator chave que é o comprador, intermediário do mercado, que é quem determina o preço da mercadoria (pescado), que é sempre inferior ao preço de mercado. Esse agente provoca uma dependência até mesmo do pescador que é proprietário dos meios de produção. Porque age de uma forma que incentiva o pescador a se endividar com ele para aumentar o grau de dependência. Porém, todos esses atores envolvidos são interdependentes e isso ocorre porque na produção capitalista é totalmente impossível movimentar a produção sem a combinação dos meios de produção – trabalho morto – e da força de trabalho – trabalho vivo.

As relações de produção capitalista assentam, dentre outros fatores, no estabelecimento de um mecanismo de apropriação do produto excedente com base na troca de mercadorias ou, dito de outra forma, na troca da mercadoria pescado pela mercadoria dinheiro²¹ que oculta o trabalho gratuito do pescador. O dinheiro é a única mercadoria que se

²¹ Com o incremento das forças produtivas, o aparecimento dos metais e a separação dos ofícios artesanais da agricultura, ampliaram-se ainda mais a produção mercantil e o mercado, o que favoreceu a concentração da

troca por qualquer outra mercadoria. Conforme Ohlweiler (1985, p.122), o mecanismo de apropriação do produto excedente utiliza a diferença entre o valor da força de trabalho e o valor que pode ser criado com o uso desta; o excedente assume, então, a forma de mais-valia. Sendo assim, essas relações de produção capitalistas definem um tipo de apropriação do produto excedente na forma de mais-valia que é a parte do valor total da mercadoria em que está realizado o sobretrabalho, ou o trabalho não pago do trabalhador (MARX, 2010, p.118).

A remuneração em dinheiro nesse tipo de pesca ocorre pelo sistema de *partes* e sem um mínimo fixo garantido. O pescador pode trabalhar por conta própria ou em regime de economia familiar. Afirmamos, contraditoriamente, que a atividade pesqueira artesanal em estudo constitui uma forma recriada pelo capitalismo moderno, pois entendemos que o tipo de relação de trabalho em questão, desenvolve um específico processo de trabalho reproduzido historicamente pelo modo capitalista de produção.

Eles se constituem na história pela sociedade capitalista, determinados como produtores de mercadorias e criadores de trabalho excedente num desdobramento secular da força motriz primária, espaiada na interminável acumulação de trabalho roubado que desdobra-se constantemente na contradição em processo substantificada na humanização dos pescados e nas coisificações dos proeiros e patrões da pesca artesanal [...], que só existe enquanto resultado e condição para a acumulação básica (LIMA, 2003, p. 89).

O trabalho roubado do pescador ocorre, principalmente, durante a primeira comercialização, que acontece quando o pescador vende o produto do seu trabalho a algum atravessador que revende a um terceiro. Esse atravessador, em alguns casos, recebe o produto e não efetua o pagamento no ato da venda e sim posteriormente. Na maioria dos casos estudados, o pescador recebe a remuneração do seu trabalho da semana às sextas-feiras. Ou seja, sem mesmo ter pago pelo pescado, esse atravessador já se apropriou do trabalho do pescador, pois revendeu esse pescado por um preço muito superior ao que será pago ao pescador.

função de equivalente geral numa única mercadoria, daí surgindo a forma DINHEIRO do valor, a qual via de regra foi desempenhada pelos metais preciosos (ouro e prata).[...]. O advento do dinheiro representou um grande progresso, pois seu uso permitiu ao produtor vender sua mercadoria tão logo pronta e comprar outras quando melhor lhe conviesse (OHLWEILER, 1985, p.138).

Com relação à divisão da remuneração entre os pescadores da embarcação, esta é feita pelo sistema de partes, que ocorre da seguinte maneira: depois de descontar as despesas, divide-se o total em seis partes iguais; três partes são da parelha, ou seja, da embarcação, uma parte é do pescador proprietário e as outras duas são uma para cada proeiro. Para Diegues (1983):

O dono do barco e seus companheiros e camaradas defrontam-se com as condições naturais da produção enquanto produtores diretos. [...] A produção dos valores de uso é, no entanto, limitada, concentrando-se os pescadores artesanais na produção da mercadoria. O peixe é aí um valor de troca, mas o trabalho não se transformou ainda em mercadoria, em objeto de compra e venda. Daí não existe a extração da mais valia absoluta, mesmo quando no processo de trabalho os agentes de produção permaneçam no mar por mais tempo que previsto [...] (DIEGUES, 1983, p. 258).

A mais-valia é uma categoria específica da produção mercantil capitalista; o seu aparecimento está ligado, historicamente, a certas premissas fundamentais, que somente se configuram plenamente como tudo nas condições da economia capitalista (OHLWEILER, 1985). A mais-valia é uma relação de exploração específica entre o capitalista e o trabalhador. Ela é o valor excedente que o trabalhador cria, acima do valor de sua força de trabalho da qual o capitalista se apropria gratuitamente, a mais-valia, ou o lucro, é o produto do trabalho não pago do trabalhador, do sobretrabalho.

No fragmento de *O Capital* Marx enfatizou: “E o processo de produção capitalista consiste essencialmente na produção de mais-valia expressa no produto excedente ou na parte alíquota das mercadorias produzidas nas quais se materializou o trabalho não pago”. Nunca se deve esquecer que a produção desta mais-valia – e a retransformação de uma parte da mesma em capital, ou seja, a acumulação [...] – é o objetivo imediato e o móvel determinante da produção capitalista (OHLWEILER, 1985, p.133).

A mais-valia pode ser dividida em “mais-valia absoluta”, que é à mais-valia produzida pelo prolongamento do dia de trabalho; e a “mais-valia relativa”, que é à mais-valia que, ao contrário, provém da redução do tempo de trabalho necessário e da modificação correspondente na grandeza relativa das duas partes de que se compõem o dia (MARX, 1990, p.79). Assim o tempo de trabalho do operário compreende duas partes bem definidas: a primeira, chamada *tempo de trabalho necessário*, é usada pelo operário para reproduzir o valor da sua força de trabalho; e a segunda, que constitui o *tempo de trabalho excedente*, que

é a parte em que o operário cria a mais-valia ou o lucro (OHLWEILER, 1985, p.142). Devido a isso, o desenvolvimento da força produtiva de trabalho, na produção capitalista, tem como finalidade diminuir a parte do dia em que o operário deve trabalhar para si próprio, a fim de assim prolongar a outra parte do dia em que pode trabalhar grátis para o capitalista (MARX, 1990, p.81). Devido às peculiaridades da atividade pesqueira, não é possível determinar o tempo de trabalho, pois pode variar de algumas poucas horas até eventualmente passar a noite no mar.

Como já afirmava Marx, o capital só tem uma tendência natural, um móbil único; tende a crescer, a criar mais-valia, a absorver, por meio da sua parte constante a maior massa possível de trabalho extra. O capital é trabalho morto, que, qual vampiro, só se anima sugando o trabalho vivo, e a sua vida é tanto mais alegre quanto mais ele suga (MARX, 1990, p.75). Os pescadores são trabalhadores explorados pelos atravessadores que compram o pescado por um preço muito abaixo do valor de mercado, apropriando-se do trabalho excedente. Essa subordinação está ligada, em alguns casos, apenas no nível da comercialização e em outros, também no próprio processo de trabalho, com o endividamento do pescador junto ao intermediário, antes mesmo de possuir algum produto. Apesar de serem trabalhadores segregados e marginalizados e, muitas vezes, desvalorizados tanto pelo capital quanto pelo estado, a sua associação ao capital não representa o fim da pequena produção pesqueira, mas a possibilidade que ela continue a existir, mesmo que de forma precária, pois o capitalista sempre vai precisar de mão de obra para ser explorada.

Quando se observa o pescador artesanal percebe-se que há uma profunda especificidade em sua lógica de trabalho. O espaço crucial, que define sua singularidade, encontra-se presente na própria existência de seu principal meio de produção. É a partir do espaço livre mar/estuário que se elabora e constrói o pescador artesanal forjado na interação constante com os recursos naturais aquáticos, permitindo-lhe distinguir-se de qualquer outro grupo socioeconômico e cultural, ao edificar uma organização social bastante peculiar (RAMALHO, 2007, p. 104).

A atividade pesqueira artesanal, até a década de 1970, constituiu-se na mais importante fonte de renda local; porém, a partir desse período, houve na Barra, a inserção da pesca industrial, composta pelos denominados “barcos de malha”, que tiveram incentivos governamentais, cujo objetivo era a intensificação da atividade pesqueira industrial. A atividade pesqueira em todo o mundo experimentou um acelerado processo de crescimento

durante todo o século XX, especialmente a partir da década de 1960, com o desenvolvimento da pesca industrial (AZEVEDO, 2012, p. 29). Os incentivos recebidos pelo setor pesqueiro industrial, particularmente durante o período de existência da Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), levou a um crescimento excessivo do esforço de pesca industrial e um decréscimo da abundância das espécies compartilhadas com a pesca artesanal (VASCONCELLOS, DIEGUES e SALES, 2007, p. 55).

Outro fato que contribuiu para que a atividade pesqueira artesanal perdesse importância na comunidade foi a construção do Distrito Industrial de Rio Grande (DIRG) que facilitou o acesso até a localidade e proporcionou uma nova alternativa de emprego, visto a sua proximidade. Nos anos de 1970, a instalação de um parque industrial na área litorânea, dedicado principalmente à produção de fertilizantes e de óleos vegetais, causou um aumento na poluição e a degradação ambiental. Os problemas gerados por essas indústrias e seus portos ocasionaram impactos importantes sobre os habitats, a biodiversidade marinha e o modo de vida dos pescadores artesanais (VASCONCELLOS, DIEGUES e SALES, 2007).

Apesar da pesca artesanal de Bote não se constituir como a principal fonte de renda local, ela ainda contribui para a cultura da Barra, pois essa atividade de forma intrínseca ainda possibilita a produção das condições materiais de existência de uma parcela significativa da população que faz parte da comunidade desde sua origem e por isso contribui para a constituição social local. Além disso, a atividade pesqueira além de ser uma atividade econômica é também geradora de elementos particulares, formadores de uma cultura que interage com a natureza e são produtores de traços característicos, que permeiam por toda a comunidade e permitem identificá-los enquanto grupo social.

Embora estando inseridos em um território onde existam moradores que não são pescadores, os modos de vida adotados nessa comunidade ainda são os encontrados em locais onde residem, majoritariamente, pescadores, tais como a reciprocidade, a afetividade, a contraprestação, o parentesco entre outros fatores. Isso demonstra que apesar de não ser, atualmente, uma comunidade exclusivamente pesqueira, ainda mantém, no seu cerne, traços dessa cultura e dessa identidade.

3.2 – A PESCA, AS REDES E AS PESCARIAS



Figura 40: Fotografia da pesca de tainha utilizando a rede feiticeira. Fonte: Matheus Marques, maio/2012.

O universo cultural da pesca, ou seja, o mar, a Laguna e o território em terra, é o espaço de vida dos pescadores. A representação baseada nos fatos da arte de pescar, da construção das redes, da linguagem específica do pescador, da religiosidade e da história diária dos velhos pescadores, é marcada pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada por fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução, etc. A vida nesses locais é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços e pela extrema precibilidade dos pescados que, uma vez capturados, devem ser vendidos rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis (DIEGUES, 1999).

A atividade pesqueira artesanal, atualmente, é marcada pela diminuição dos recursos pesqueiros, competição desigual entre pesca artesanal e pesca industrial, concentração de capital nas mãos de poucos produtores, a atuação dos intermediários e os conflitos de uso com outras atividades, como por exemplo, o conflito com a atividade portuária e a atividade agrícola. A pesca é uma forma das mais antigas de exploração dos recursos naturais, com fins sociais, desde os primórdios da ocupação humana.

A atividade pesqueira possui importância socioeconômica no país e constitui-se no que é oficialmente chamado de Setor Pesqueiro, com variações definidas pela pesca artesanal e pesca industrial. Segundo a lei Nº 11.959, de 29 de junho de 2009, a pesca consiste em toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. Considera-se pesca artesanal toda a desenvolvida em águas interiores, estuarinas e costeiras, com embarcações de menos de 20 t de registro bruto (HAIMOVICI *et al.*, 2006). E no caso das embarcações artesanais que são utilizadas para pescar na Lagoa dos Patos, não podem possuir mais do que 12 metros de comprimento, conforme a legislação que rege a pesca neste local. As pescarias artesanais encontram-se na categoria de pescarias de pequena escala, explorando muitos dos estoques capturados por pescarias comerciais (BERKS, 2006, p.30). Porém de todas as pescarias são as que têm maior biodiversidade de espécies, porque usam artes de pesca pouco seletivas, o que repercute em uma variedade grande de espécies capturadas.

Nesta parte do trabalho, vamos registrar os diversos tipos de redes e as variadas pescarias artesanais de camarão, tainha, corvina e bagre, que são momentos do processo de trabalho onde o pescador artesanal, ao se apropriar do fruto do mar por meio do trabalho, transfere trabalho para o pescado, fazendo com que este fruto do mar adquira valor de troca e passando a ser uma mercadoria fundamental para a reprodução das condições materiais de existência da comunidade pesqueira e, conseqüentemente, de sua cultura, porque se não houver o proletário – de prole da comunidade – trabalhando, não existe a materialização das manifestações de cultura da referida comunidade que cultiva a pesca artesanal do camarão, da tainha, da corvina e do bagre.

Para Diegues (1983), na pesca artesanal, o processo de trabalho organiza-se dentro da unidade familiar ou grupo de vizinhança, a tecnologia caracteriza-se pelo baixo poder de predação (redes, aparelhos de arrasto semimecanizados e móveis), o nicho ecológico é relativamente restrito (áreas costeiras), o proprietário participa da pesca, realiza-se a captura do pescado em pequenas embarcações motorizadas ou a vela e o tempo que ficam pescando pode se estender de algumas horas até eventualmente passar a noite no mar. A remuneração se dá pelo sistema de partes sobre o valor da captura (remuneração em dinheiro). O pescado é vendido para intermediários que são comerciantes especializados na pesca. O excedente é reduzido e irregular. A baixa capacidade de acumulação, a dependência total do intermediário, a propriedade dos meios de produção, o domínio de um saber pescar baseado na experiência

(que constitui sua profissão) são elementos que caracterizam ainda a pequena produção mercantil. De acordo com Vasconcellos, Diegues e Sales (2007), a dependência do intermediário e a falta de organização representativa de seus interesses são alguns dos problemas comuns à pesca artesanal. Além disso, a fragilidade do sistema de armazenamento a bordo, o transporte e a comercialização são responsáveis por uma parcela de perda, ou deterioração do produto, muito alta (VASCONCELLOS, DIEGUES e SALES, 2007, p. 41).

Mas pescar, para quem é pescador, é um atributo que faz dessa pessoa homem/mulher do mar, pescador, a passar horas num barco mar adentro, vivenciando ansiedades, no limite entre a vida e a morte. A escolha o aproxima dos companheiros. Seu imaginário é o imaginário de todos eles, que esperam concretiza-lo tão logo estejam em terra. As pescarias dão-lhes ganhos, realizam seus sonhos [...] (SILVA, 2008, p. 89).

No estado do Rio Grande do Sul, a atividade pesqueira concentra-se na região lagunar/estuarina, na região costeira e em alto mar. A cidade do Rio Grande por mais de um século configurou-se como um polo pesqueiro de importância destacada no sul do Brasil (Reis, 1999). O estuário da Lagoa dos Patos possui importância relevante, porque constitui a área de criação, reprodução e alimentação de boa parte dos peixes e crustáceos que ocorrem no litoral sul do Brasil e são mais acessíveis aos pescadores artesanais.

Desde 1870, imigrantes lusos inflexionaram a pesca como atividade mercantil, demonstrando a riqueza natural do estuário da Lagoa dos Patos e do litoral adjacente (Martins, 1997). Ou seja, a pesca só teve um grande impulso com a chegada de pescadores do norte de Portugal, que ocorreu no final do século XIX. Segundo Estudo de Impacto Ambiental do Porto de Rio Grande (1997), esses pescadores introduziram novas técnicas e materiais (parelhas de pesca), permitindo o forte desenvolvimento da indústria pesqueira. Portugal e Brasil, países de cultura atlântica, têm na captura de produtos marítimos um modelo de cultura artesanal e de trabalho em que os pescadores se lançam ao oceano/mar em seus barcos de pesca, e ao fim do dia estão retornando aos seus familiares, efetivando uma situação real e significativa (SILVA, 2008, p.101).

Por mais de um século, a atividade pesqueira no estuário e na costa adjacente constituiu-se na base socioeconômica da região (HAIMOVICI *et al.*, 1997 *apud* SEELIGER; ODEBRECHT, 2010). O canal de acesso à Lagoa dos Patos é o único escoadouro das águas de uma bacia hidrográfica que abrange 172.251 km², sendo 154.655 em território rio-grandense e 26.596 no território uruguaio (PIMENTEL, 1944). A Lagoa dos Patos abrange

uma área de 10.360 km², interligando-se com o Oceano Atlântico por um canal delimitado pelos molhes da Barra do Rio Grande. Forma com suas lagoas adjacentes um sistema lagunar, constituindo-se na mais importante área de criação, reprodução e alimentação. A região estuarina²² deste sistema é caracterizada por ilhas, ilhotas, canais e sacos²³. Com exceção dos canais de navegação, onde pode ultrapassar os 10 m, nas demais áreas, as profundidades são inferiores a 2 m (MONTEIRO; CALDASSO, S/D). A seguir, um mapa de localização que mostra a delimitação dessa área (Figura 41).

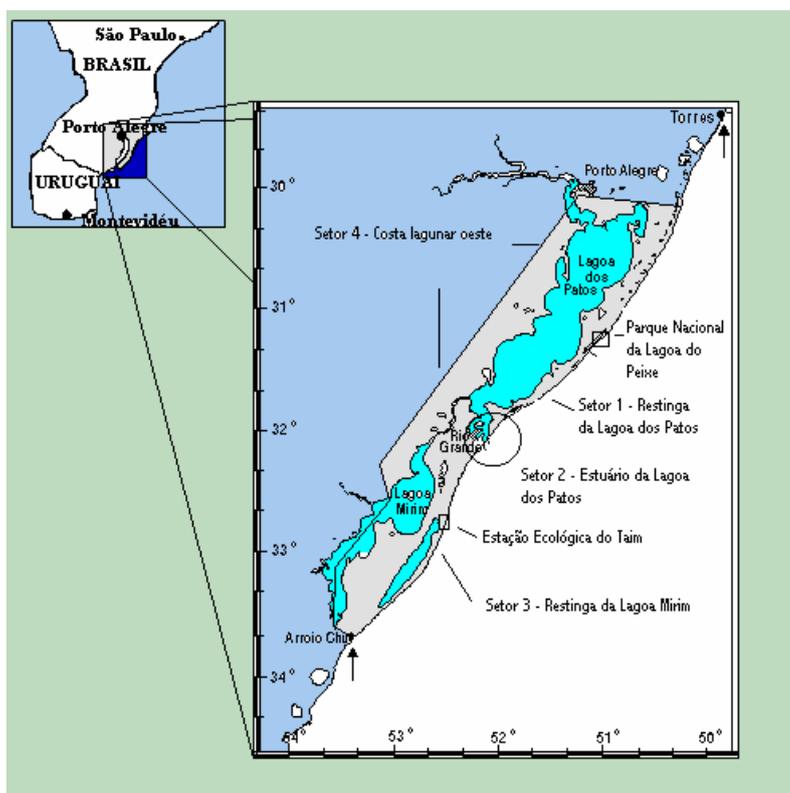


Figura 41: Mapa da localização da Lagoa dos Patos e Mirim. Fonte: Paulo Roberto Tagliani, Laboratório de Gerenciamento Costeiro - LABGERCO / FURG.

O canal é o encontro das águas do Atlântico com a correnteza vinda do sistema Guaíba e é um confronto da correnteza oceânica com as águas da Laguna dos Patos (Lima, 2003, p. 590). O largo e profundo Canal do Norte, ao lançar-se ao mar, tinha a sua foz obstruída por uma barra com bancos de areias, através da qual situavam-se passos navegáveis, de posição variável com os ventos, com as correntes, e onde as profundidades oscilavam em torno de 15 palmos. Segundo dados antigos, citados pelo eng^o Honório Bicalho, em seu relatório de 1883,

²² Área que sofre influência de água salgada

²³ Enseadas

a profundidade da barra seria provavelmente de cerca de 20 palmos (4,40 m). No começo do século XIX, em 1849, achava-se ela reduzida a 3,60 m e, em 1883, segundo sondagens da Comissão de Melhoramento da Barra, a profundidade era de apenas 2,75 m. A barra, além de restringir o acesso de embarcações, tinha seu leito sinuoso e por isso causava inúmeros acidentes. No final do século XIX, a capacidade máxima de cargas das embarcações que entravam pelo canal na época era de 300 toneladas, com calado máximo de 2,5 m.

Acrescentamos que, por vários anos, muitas propostas de melhoramentos da barra foram experimentadas, porém todas sem o mínimo sucesso. Finalmente, na lei do orçamento do exercício de 1882-1883, o Governo Imperial foi autorizado a mandar proceder aos estudos necessários à organização de um projeto definitivo para o porto do Rio Grande. Bem como mandar executar os trabalhos de desobstrução da barra ou quaisquer obras provisórias que facilitassem o movimento comercial da Província. O único meio para tentar dominar e aprofundar a água, seria a construção de quebra-mares, partindo do litoral para o oceano e dispostos de um e outro lado da barra. Esses quebra-mares, porém, deveriam ser extensos e pelo menos medir 2 milhas (3.220 m) de extensão cada um.

Em 1908, tomaram impulso os trabalhos preparatórios para a execução desta obra, que, na época, só encontrava similar nas gigantescas obras de abertura do Canal do Panamá. Sob a direção do engenheiro inglês Elmer Lawrence Corthell e de numeroso pessoal técnico, deu-se início aos estudos do terreno, de levantamentos topo e hidrográficos, sondagens do subsolo, pesquisas de pedreiras, estudos e projetos de linhas férreas de ligação das pedreiras com os locais das obras etc.

Os Molhes da Barra do Rio Grande foram construídos pela *Compagnie Française des Oeuvres du Port de Rio Grande do Sul*, empresa de capital misto com participação ativa dos europeus (NEVES, 1980, p.41). Início-se a construção dos molhes em 1911.

Em 1915, completou-se o molhe leste com 3.940 metros, três metros acima do nível do mar, mas prolongado em forma de dique submarino até 4.300 metros, enquanto que o oeste com a extensão de 4.012 metros, três metros acima do nível do mar, sendo prolongado mais 288 metros em forma de dique submarino (NEVES, 1980, p.44).

Esses dois braços de pedras partiam do litoral em direção ao eixo do Canal do Norte, a desembocar no Oceano Atlântico. Eles têm como objetivos principais dar segurança à entrada e saída dos navios do Porto e proteger o canal dos bancos de areia. O canal de acesso ao porto marítimo de Rio Grande é guarnecido, portanto por dois molhes intraoceânicos, contendo o

molhe leste e oeste. Foram despendidos 60 anos entre os estudos e a construção dos dois paredões rochosos e consumidos quatro milhões de toneladas de rochas. A construção tornou possível o aumento do calado artificial do canal de acesso para 9 m de profundidade, permitindo assim a entrada de embarcações com calado de até 7,5 m. O marco deste feito foi a entrada, em 1º de março de 1915, do navio-escola, da armada nacional, Benjamin Constant com um calado 6,35 m. Esse navio transpôs a barra e atracou no cais do novo porto do Rio Grande. Após sucessivas dragagens, o calado do canal aumentou para 14 m, o que possibilita o acesso de embarcações de grande porte com calado de 12 m e capacidade de carga entre 60 e 100 mil toneladas.

Entretanto, passados quase cem anos, essa grande obra de engenharia começou a mostrar suas limitações frente ao avanço e as mudanças da indústria naval, capaz de construir embarcações cada vez maiores que, por sua vez, exigem das instalações portuárias e suas adjacências, constantes adequações para que possam garantir assim a navegação (Magalhães, 2009).



Figura 42: Fotos de diferentes épocas do molhe oeste: a 1ª do início do século XXI; e a 2ª do início do século XX, mais precisamente em 1915. Disponível em <<http://www.baixaki.com.br/papel-de-parede/7577-molhes-da-barra-cassino-rio-grande-do-sul.htm>> e <<http://www.st.rs.gov.br/novosite/noticias/index.php?id=426>>. Acessados em 15/11/2009.

O prolongamento dos molhes começou em maio de 2001, mas foi paralisado em dezembro de 2002. Em janeiro de 2007 deu-se o reinício da obra, em caráter emergencial, para que fossem eliminados os possíveis riscos à navegação acarretados pela desproteção das pedras lançadas anteriormente (Filho, 2008). Os Molhes foram prolongados em 370 m no molhe leste, e passou a ter então uma extensão total de 4.570 m, e de 700 m no molhe oeste,

que ficará com 3.800 m (Filho, 2008). Além do prolongamento, o canal de acesso ao Porto do Rio Grande foi aprofundado e hoje tem 18 m.

Com o investimento, o porto gaúcho poderá atender embarcações de maior porte para cargas secas e líquidas, com capacidade de até 200 mil toneladas. Também estará apto a receber navios de maior porte que atuam no transporte de celulose e madeira. Além disso, o Porto do Rio Grande poderá captar, concentrar e tratar de forma mais otimizada cargas oriundas de outros países e estados federativos.

Para fugir de uma visão reduzida do todo, que entenderia a pesca artesanal, como um sistema acabado, que existe e se explica por si mesmo, é necessária a análise do contexto, ou seja, dos outros sistemas existentes também na zona costeira que conflitam com essa atividade, como é o caso da atividade portuária. Na região existe um conflito de uso entre a pesca artesanal e a atividade portuária. Conforme alguns pescadores, o prolongamento dos molhes pode estar afetando a entrada de cardumes e da água salgada no estuário da Lagoa dos Patos e, portanto, vir a prejudicar a atividade pesqueira na região.

Além disso, segundo Seeliger e Odebrecht (2010), a antiga barra da desembocadura da Lagoa dos Patos, com cerca de 3 m de profundidade e com posição variável dos bancos de areia, representava um obstáculo para a entrada e saída de navios, porém possuía condições ideais para o estuário realizar a sua função de berçário. Com a construção dos molhes, a movimentação dos navios tornou-se segura, mas o estreitamento da boca da barra e a alta na velocidade de vazão dificultaram a entrada da cunha salina e também a entrada de juvenis de crustáceos, como o camarão-rosa²⁴ (*Farfantepenaeus*), e de peixes marinhos.

A alteração da profundidade do canal, somada a períodos chuvosos de longa duração provoca um aumento na vazão de água doce que também pode inibir a entrada de espécies marinhas que dependem da penetração da água salgada no estuário. Em contrapartida, segundo o Relatório de Impacto Ambiental realizado para as obras de dragagem de aprofundamento do Canal de acesso ao Porto de Rio Grande, há um aumento da vazão na região dos molhes, permitindo a entrada de um maior volume de águas salgadas e elevando, automaticamente, a velocidade das correntes. Esse fato, conforme os pescadores, aumenta

²⁴ A pesca do camarão-rosa, esporadicamente, é a que garante melhores retornos econômicos aos pescadores durante condições ambientais propícias à sua produção.

também a velocidade de vazante da água do estuário para o oceano que, combinada com vento nordeste, dificultam a entrada de embarcações de pesca de pequeno porte.

Porém nenhum desses impactos para a pesca impediu que fossem realizados o prolongamento dos molhes e o aprofundamento do calado do canal de acesso, porque a atividade portuária forma a base econômica do município de Rio Grande, sendo o porto de Rio Grande o único porto marítimo do Estado.

As consequências diretas destas novas condições ambientais será a utilização, ainda menor, do estuário por organismos marinhos e a queda nas capturas da pesca artesanal. Logo, as tendências do século XX de redução da importância econômica da pesca artesanal estuarina e do aumento das atividades portuárias na região serão mantidas ao longo do século XXI (SEELIGER E ODEBRECHT, 2010, p.148).

O Superporto de Rio Grande emprega milhares de pessoas, porém a vulnerabilidade dos ecossistemas, o potencial de conflitos de usos com a pesca, aliado à ampliação da área da atividade portuária, elevaram o risco socioambiental na região. O complexo portuário ocupa atualmente grande parte do estuário, e vai se ampliar para São José do Norte (Barros *et al.*, 2010).

O conflito de maior destaque na zona costeira é entre a pesca artesanal e a atividade portuária e se manifesta de diferentes formas: na priorização de usos das áreas do canal para a navegação (estas eram áreas de pesca tradicionais dos pescadores artesanais); nos impactos da atividade portuária sobre os ecossistemas estuarinos através da dragagem e disposição dos sedimentos dragados, contaminados por derramamento de óleo e produtos químicos e modificação dos molhes da barra e canal de acesso, o que pode ter alterado a hidrodinâmica das águas estuarinas e sua produtividade (HAIMOVICI *et al.*, 2006, p.174).

Esse é um conflito de desiguais, porque de um lado temos a atividade portuária com uma importância econômica de destaque na região e que atualmente é potencializada pela inserção de um Polo Naval. Por outro, temos uma pesca artesanal, que é vista como um subsistema do sistema pesqueiro e também como uma atividade sobreexplorada, com algumas espécies colapsadas, com poucos investimentos e com um futuro incerto. O cenário desse conflito de uso recomenda a necessidade de implementação de políticas públicas que gerem uma alternativa sustentável e que mantenha os laços econômicos e socioculturais dos pescadores com o estuário.

A atividade pesqueira representa o único meio de sobrevivência para aproximadamente quatro milhões de brasileiros que vivem ao longo da zona costeira, gerando emprego e renda (COSTA, 2007, p.5). A pesca é responsável por parte dos empregos das áreas litorâneas não só no setor de captura, como também de beneficiamento e comercialização do pescado. A FAO (2010) estima que, para cada pescador na atividade de captura, outras três pessoas estão envolvidas na atividade de pré-captura e pós-captura, como na construção de embarcações, confecção de redes, produção de gelo, beneficiamento e comercialização. Além disso, cada um desses trabalhadores mantém o sustento de uma família ou um domicílio, na média com três pessoas (FAO, 2010).

Vale salientar também que a pesca artesanal garante a manutenção da cultura das comunidades pesqueiras litorâneas (Diegues, 1988) e esses trabalhadores identificam-se enquanto grupo possuidor de uma profissão. Conforme Vasconcellos *et al* (2007), existem mais de 500 mil pescadores marinhos no Brasil, sendo eles, majoritariamente, pescadores artesanais, os quais foram responsáveis, em 2002, por 52,5% das 535.403 toneladas de recursos pesqueiros produzidos em estuários e no ambiente marinho.

Os pescadores artesanais que, geralmente, sobrevivem unicamente da pesca segundo o conhecimento que possuem sobre os recursos naturais lidam com um ambiente natural distinto, o “mar”, e fazem da atividade pesqueira seu ofício (Ramalho, 2007). Ser pescador é possuir um conhecimento, muitas vezes passado de geração em geração e adquirido pela experiência de vida, pelo trabalho cotidiano, e uma herança sociocultural que possibilita o entendimento sobre as dinâmicas dos recursos e do ambiente aquáticos onde realiza o seu trabalho. Sem esses conhecimentos e experiências, não se faz um pescador. Visto que o objeto de trabalho (o pescado) e o ambiente de trabalho exige um constante aprendizado, pois lida com um recurso móvel e de livre acesso, disponível em um ambiente em constante transformação e movimento. Sendo assim:

“A pesca artesanal não depende apenas da posse de condições materiais necessárias à sua realização. O ato de saber pescar envolve um conjunto de conhecimentos, experiências e códigos culturais transmitidos de pai para filho, recriados individualmente ou socialmente, através dos quais a parceria se realiza” (CUNHA, 1988, p. 57 *apud* RAMALHO, 2007, p. 105).

Além desses fatores, os pescadores são, aparentemente, autônomos, ou seja, produtores independentes, porém encontram-se ligados e subordinados ao capital devido à

dependência, principalmente, com relação à comercialização e ao endividamento com o intermediário do mercado que se mostra na figura do atravessador.

Segundo Kalikoski; Vasconcellos (2012), na Lagoa dos Patos existem, aproximadamente, 3.200 pescadores, vivendo predominantemente da pesca artesanal (Tabela 1). Os pescadores artesanais constituem uma categoria social que se utiliza dos recursos aquáticos como fonte de sua sobrevivência social, mediante o emprego de tecnologias simples (CUNHA, 1989, p. 173).

Tabela 2: Tabela com as cidades em que foi realizado o “Censo da pesca artesanal”

Cidade	População total	Quantidade de pescadores artesanais	Área total do município (Km²)
RIO GRANDE	197.228	1.098,0	2.709,5
ARAMBARÉ	3.693	16,0	5.19,1
CAMAQUÁ	62.764	14,0	1.679,4
MOSTARDAS	12.124	14,0	1.983
PELOTAS	328.275	703,0	1.610,1
SÃO JOSE DO NORTE	25.503	1.129,0	1.118,1
SÃO LOURENÇO DO SUL	43.111	143,0	2.036,1
TAPES	16.629	54,0	806,3
TAVARES	5.351	81,0	604,3
Total geral	694.678	3.252,0	13.065,9

Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012) e Sinopse do Censo demográfico de 2010 (IBGE). Adaptado pela Autora.

Dentre os municípios que margeiam a Lagoa dos Patos e possuem uma quantidade expressiva de pescadores, destaca-se São José do Norte, Rio Grande e Pelotas (Figura 43).

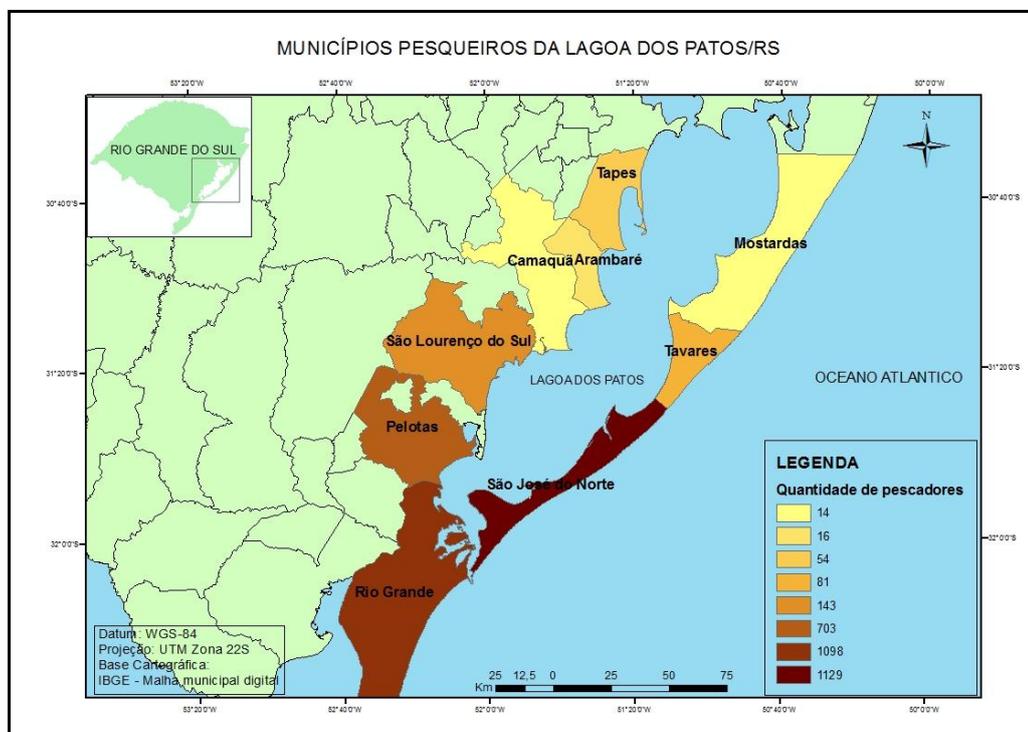


Figura 43: Mapa temático sobre a quantidade de pescadores existentes em nove municípios da Lagoa dos Patos. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012), adaptado pela Autora.

Nesses municípios existem algumas localidades onde a pesca representa uma importante fonte de renda. Apesar de serem, algumas vezes, desconsiderados pelo poder público no que se refere à proteção dos territórios de pesca e propriedades de uso comum e prejudicados por uma legislação elitista e excludente, os pescadores e suas famílias representam uma importante parcela da população localizada às margens desse ambiente lagunar. A seguir, três mapas temáticos, construídos para demonstrar as principais localidades de pesca do estuário da Lagoa dos Patos (Figuras 44, 45 e 46).



Figura 44: Mapa temático das principais localidades de pesca de São José do Norte. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012), adaptado pela Autora.



Figura 45: Mapa temático das principais localidades de Pelotas. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012), adaptado pela Autora.

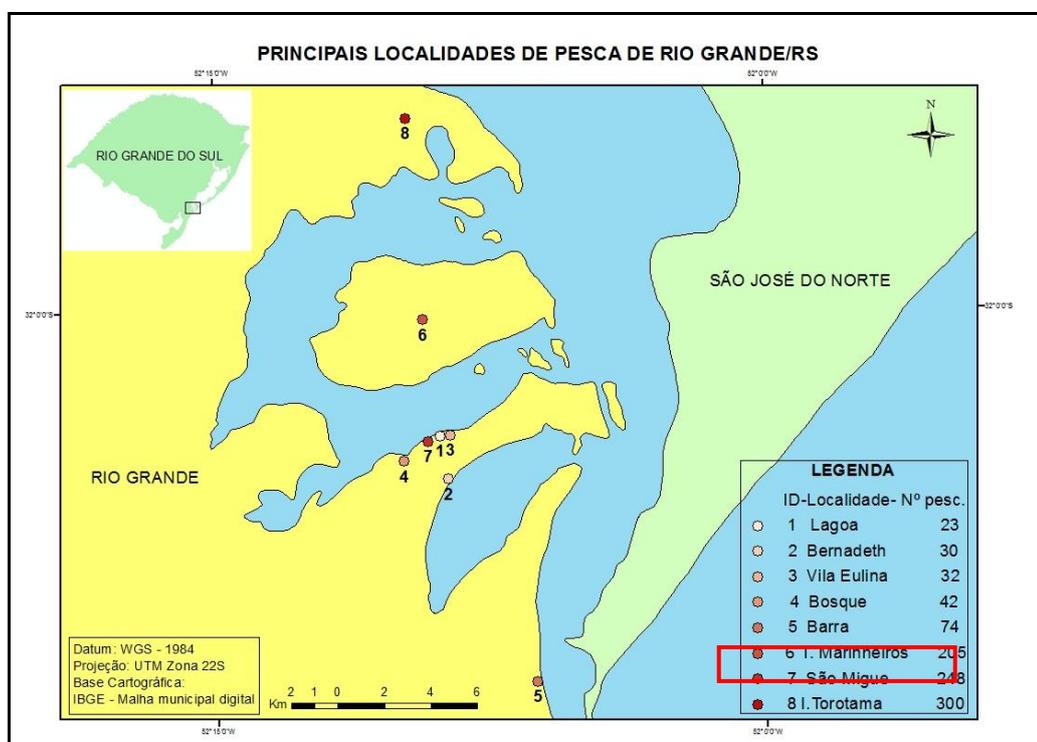


Figura 46: Mapa temático das principais localidades de pesca de Rio Grande. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos (2012), adaptado pela Autora.

Dentre as principais localidades onde vivem pescadores em Rio Grande/RS encontra-se a Barra, que é conhecida, popularmente, como uma comunidade de pescadores e onde a pesca representa uma importante atividade não apenas econômica, mas também sociocultural. Pois como já foi mencionado, nessa localidade de pesca, ao longo da sua trajetória histórica, constata-se o forte poder de identificação e significação que tem a pesca na vida laboral e cultural da comunidade. Através da identidade no território, é possível verificar as marcas do pertencimento e do significado construído na temporalidade pela gente da pesca (Silva, 2008, p.101).

Atualmente existem na Barra cerca de 70 pescadores artesanais envolvidos na captura e vivendo principalmente da pesca artesanal (Kalikoski; Vasconcellos, 2012). Entre eles apenas 6% são do sexo feminino, portanto são majoritariamente pescadores do sexo masculino (94%). Possuem idade entre 17 e 71 anos, com 51% deles estando na faixa etária de 31 a 50 anos (Figura 47). Dentre os pescadores da Barra, 33 deles possuem embarcação de pesca, digo, possuem os meios para realizar a pesca.

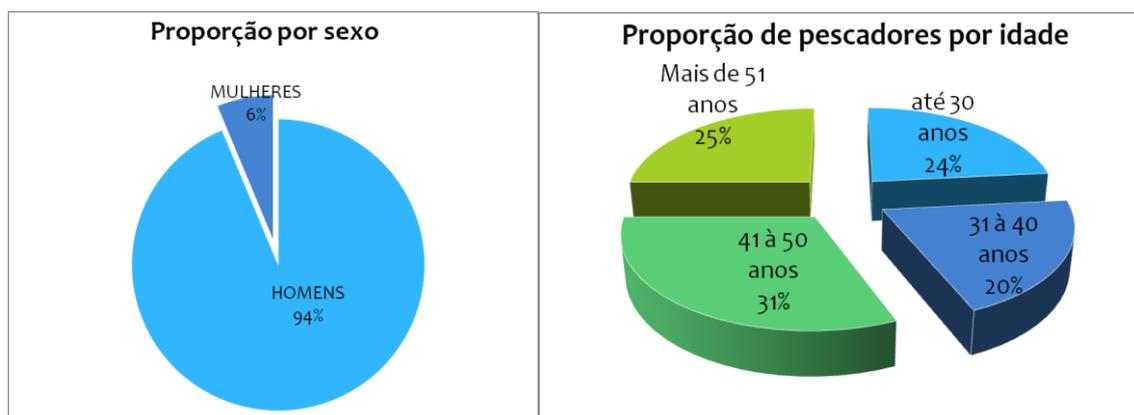


Figura 47: Gráficos utilizados para demonstrar a proporção de sexo e idade dos pescadores artesanais da Barra. Fonte de dados: Kalikoski; Vasconcellos, 2012, adaptado pela Autora.

Por viverem em uma comunidade localizada na desembocadura do estuário da Lagoa dos Patos, os pescadores da Barra pescam dentro e fora da Laguna, por isso são considerados pescadores do “mar de dentro” e também do “mar de fora”. Devido a isso, eles se diferenciam da maioria dos pescadores do estuário por possuírem uma maior mobilidade, porque exploram concomitantemente os recursos pesqueiros disponíveis na Laguna e os disponíveis no oceano.

Portanto os pescadores da Barra orientam-se para a pesca artesanal no estuário e no oceano nas áreas próxima à costa, utilizando embarcações motorizadas e tendo como artes de

pesca mais utilizadas: as redes de emalhar fundeadas ou de fundo, as redes de emalhar boiadas (bomboio, manjoada e de cerco) e as redes de arrasto de fundo (arrasto de prancha). As artes de pesca são muito variadas e a pesca artesanal é marcada pelo uso de uma grande variedade de petrechos de pesca, adaptados aos tipos de habitats, correntes e marés, tipos de fundo, tipos e comportamentos de peixes e crustáceos (Vasconcellos, Diegues e Sales, 2007, p. 39).

As redes de pesca, na comunidade da Barra, desde os primórdios da atividade pesqueira neste local, em meados da década de 1930, eram feitas nos galpões pelos pescadores proprietários e pelos proeiros. Cada um tinha uma “ponta” (local onde era preso o fio para fazer as redes) dentro do galpão. Segundo os pescadores entrevistados, esse local, geralmente, era na cabeceira ou no pé dos beliches. Para a confecção delas eram utilizadas malheiras e agulhas de madeira (Figuras 48 e 49). Atualmente os pescadores utilizam agulhas e malheiras de plástico. As de madeira são muito difíceis de serem encontradas. As figuras a seguir mostram uma malheira e algumas dessas agulhas de madeira da década de 1950 que pertenciam à parelha de pesca do Sr. José Maiato.



Figura 48: Malheira de madeira utilizada para confecção das redes de tainha. Fonte: Eduardo Maiato (*in memoriam*).



Figura 49: Agulhas feitas de madeira de diferentes tamanhos de acordo com o tipo de rede. Fonte: Eduardo Maiato.

Para confeccionar as redes, é preciso ter um conhecimento específico sobre a pesca, pois para cada espécie as redes são produzidas de uma maneira, desde a distância entre um chumbo e outro até a distância entre as boias; para cada pescaria há um tipo de rede e um tamanho de malha. Além de tecer as malhas, o pescador tem que “entralhar” a rede, ou seja, colocar o chumbo na corda, prender a corda na rede e na outra extremidade da rede prender outra corda que será utilizada para prender as boias. Para prender as malhas na corda, utilizam um fio denominado de “fio de seda” amarram o fio na corda e com a agulha colocam três malhas em cada encala (espaço entre uma amarração e outra), com um pauzinho medem para saber onde vai fazer a próxima amarração. Esse pedaço de madeira é chamado de “bitola”. O pescador prende-o em um pedaço de fio e depois pendura no pescoço, às vezes coloca o pedaço de madeira na boca. O tamanho da encala é de acordo com o tamanho da malhagem da rede. Cada encala corresponde a uma malha e meia. Se for utilizar três malhas na encala, por exemplo, se a malha possuir um tamanho de 100 mm entre nós opostos, a encala terá 15 cm. Porém, se o pescador optar por colocar 4 malhas por encala, o tamanho da encala será o

de duas malhas. Além disso, o tamanho da encala não é ao acaso; ela possui esse tamanho, porque com essa medida a mão do pescador entra exatamente na encala para facilitar o trabalho na hora de colher a rede.

As boias podem ser colocadas na corda no meio da encala ou amarrada por fora da corda e são colocadas de 6 em 6 encalas. O tamanho das boias é denominado por nome e número, por exemplo, linguado 36. Com boias maiores, a distância entre elas também será maior, ou seja, terá mais encalas entre boias e, por consequência, boias menores, menos encalas entre boias. A Figura 50 demonstra o que foi relatado acima.

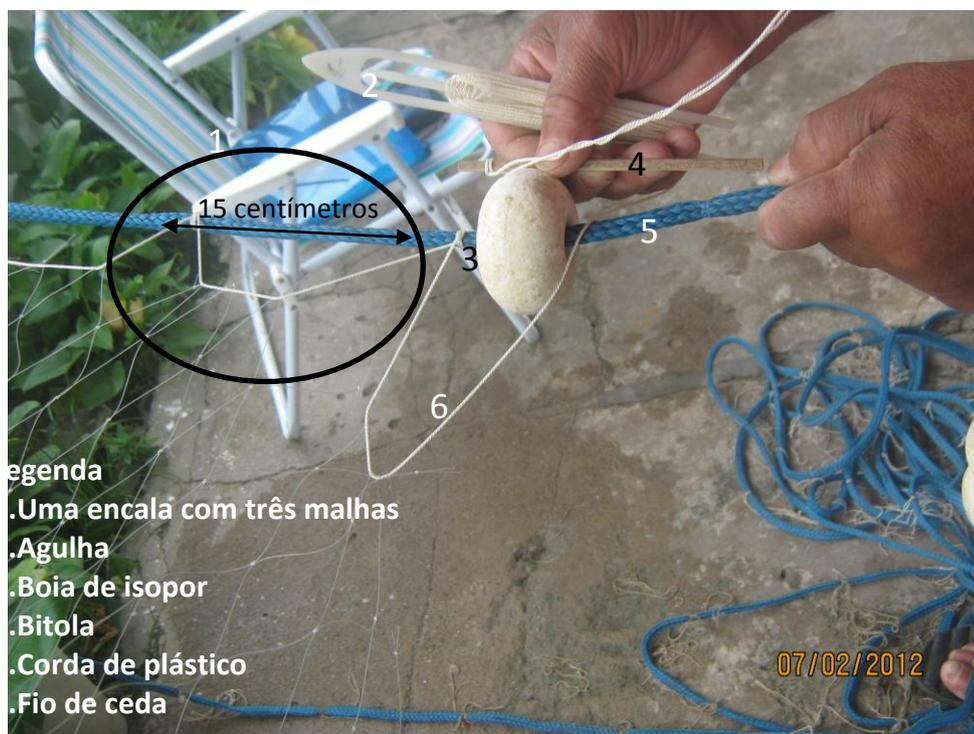


Figura 50: Fotografia de uma rede sendo entalhada. Fonte: Autora

Já para a colocação do chumbo, o pescador utiliza um pedaço de madeira (pau) ou de plástico redondo com aproximadamente 10 cm para fazer o buraco na corda para enfiar o chumbo (Figura 51). Também é feita encala onde o chumbo fica posicionado dentro dela, porém a distância entre um chumbo e outro é menor. Para a rede de corvina utilizam 90 gramas por chumbo e em cada duas encalas colocam um chumbo, às vezes pode variar, de acordo com a desejo do pescador, um chumbo por encala ou mais encalas entre chumbos vai depender da finalidade da rede, digo, para qual espécie a rede está sendo confeccionada. No final, na ponta da rede, a encala é feita duas vezes no mesmo local para reforçar na ponta.

Com relação à altura da rede, pode variar de 50 a 100 malha de altura para trabalhar na barra, ou seja, dentro do estuário.



Figura 51: Fotografia mostrando como o chumbo é colocado na corda. Fonte: Autora.

Atualmente estão sendo vendidas as redes prontas, o que pode vir a contribuir para a perda desse conhecimento. Os pescadores antigos mencionam que alguns pescadores novos não sabem arremendar nem confeccionar as redes, algo impensável a décadas atrás, pois os pescadores que não soubessem fazer isso, não encontravam emprego. Segundo os pescadores entrevistados, ele até era empregado, mas tinha um tempo para aprender; se não conseguisse aprender, era dispensado, pois não tinha vaga (emprego) para aquele que não soubesse confeccionar as redes. *“Porque todo mundo tinha que saber confeccionar e consertar as redes de pesca. Mês de maio dava tainha; quando terminava a tainha a gente ficava no galpão fazendo rede. Eles não compravam rede; eram 15, 20 homens no galpão, fazendo as redes. Tinha até 22 homens no galpão fazendo rede todo o dia”* (pescador Seu Odécio). Esse fato contribuía para que não fosse perdido o conhecimento sobre a arte de fazer redes.

Com relação à limpeza das redes, elas podem ser lavadas apenas no mar para tirar a lama e a sujeira, e também com água potável na própria casa do pescador. Geralmente as redes são lavadas em casa no final da safra para serem guardadas limpas. Uma rede pode durar até 15 anos, se for feita a manutenção constante.

Aconteceram algumas mudanças nas últimas décadas na forma de realizar a pesca artesanal, em virtude da diminuição dos estoques das espécies exploradas por essa atividade. Além das mudanças nas redes, ocorreu a inclusão de instrumentos como sondas e guinchos, porém esse fato ainda não descaracteriza a atividade como sendo realizada através de instrumentos simples e que necessita de conhecimento para ser feita.

Frisamos que, neste momento do estudo, será exposto como era realizada a pesca, quando surgiram os primeiros botes até os dias atuais, os principais locais de pesca, quais redes utilizam, quais espécies capturam, como ocorria a confecção das redes e quais as técnicas de pesca. Por se tratar de um trabalho que busca demonstrar fatos culturais da atividade pesqueira, consideramos de suma importância relembrar como eram essas pescarias, artes de pesca, locais de pesca e principais espécies nos períodos anteriores à utilização da embarcação Bote.

Por viverem em uma comunidade localizada na desembocadura do estuário da Lagoa dos Patos, os pescadores da Barra pescam dentro e fora da Laguna, por isso são considerados pescadores do “mar de dentro” e também do “mar de fora”. Devido a isso, os pescadores dessa localidade diferenciam-se da maioria dos pescadores do estuário por possuírem uma maior mobilidade, porque exploram concomitantemente os recursos pesqueiros disponíveis na Laguna e os disponíveis no oceano. A pesca de Bote na Barra tem, como finalidade principal, a captura do Camarão-rosa (*Farfantepenaeus*) (Figura 52), Tainha (*Mugil platanus*) (Figura 53), Corvina (*Micropogonias furnieri*) (Figura 54), Bagre (*Netuma barba*) (Figura 55) e Viola (*Rinobathos Horkellii*) e utilizam para captura as redes de emalhe de fundo ou boiadas (bomboio, manjoada e cerco de lance), feiticeira; e arrasto de prancha, somente para o camarão (Figura 56).

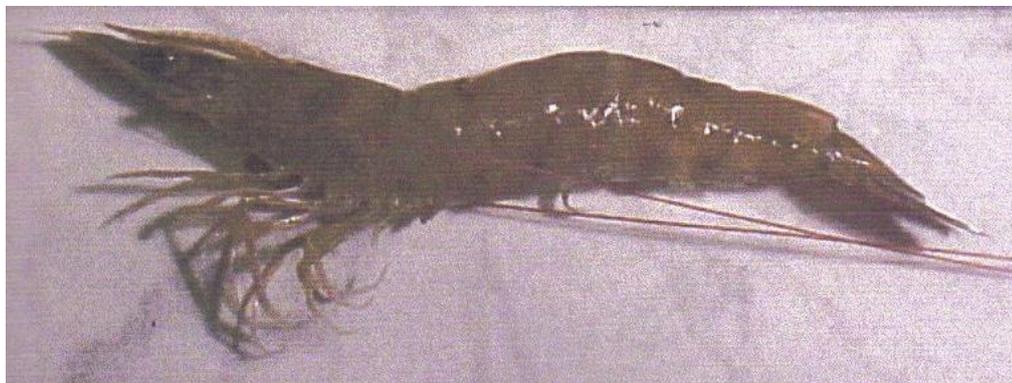


Figura 52: Fotografia do Camarão Rosa (*Farfantepenaeus Paulensis*)



Figura 53: Fotografia da Tainha (*Mugil platanus*)

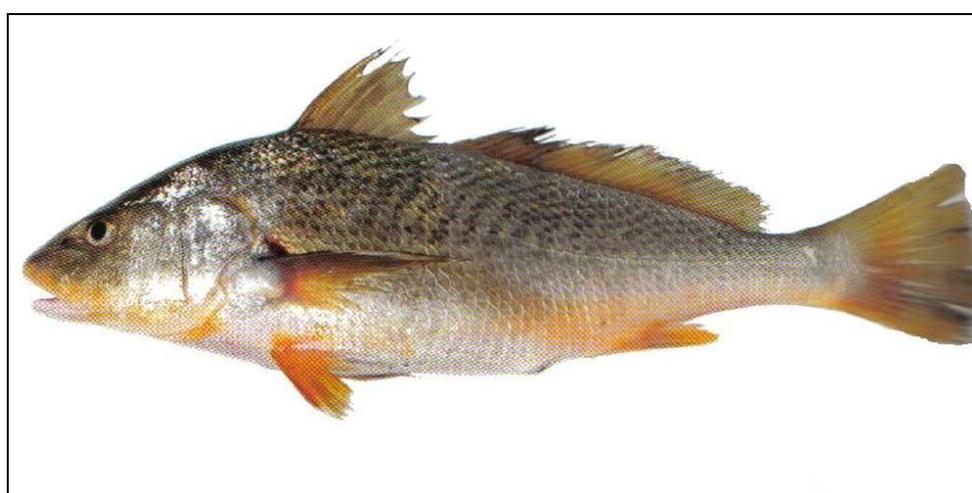


Figura 54: Fotografia da Corvina (*Micropogonias furnieri*)



Figura 55: Fotografia do Bagre (*Genidens barbatus*)

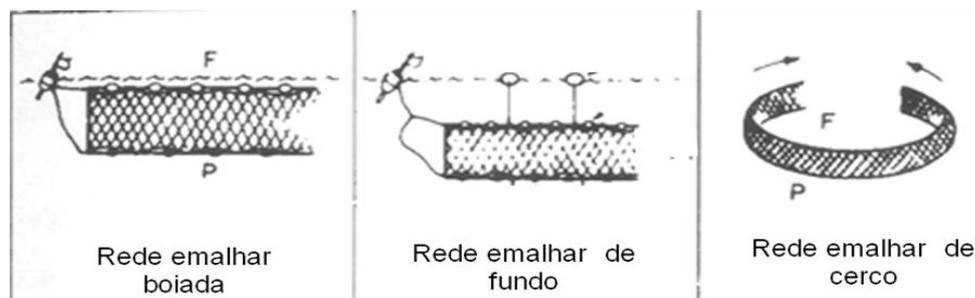


Figura 56: Ilustração para demonstrar como as redes podem ser usadas. Fonte de dados: FAO, 1990, adaptado pela Autora.

Ao longo da história da pesca artesanal na Barra, os pescadores utilizaram diferentes técnicas de pesca. A seguir serão explicitadas algumas dessas técnicas. Com relação à pesca da tainha, utilizavam a rede chamada de “*terno de costa*” que era uma rede de arrasto com aproximadamente 200 braças²⁵ de rede, que para ser puxada para terra, eram necessários vinte homens. Na época da “corrida da tainha” chegavam a pescar 40 toneladas em um único dia. Nas pescarias de arrasto de praia, a embarcação era a remo e utilizada apenas para lançar. Esse tipo de pesca foi sendo substituída pela pesca de “cerco de lance”, porque em épocas de vazante o peixe saía do estuário em direção ao oceano e passava longe da costa. Por isso os pescadores não conseguiam pescá-lo utilizando o arrasto de praia, por consequência tendo que modificar a arte de pesca, visto que a pesca da tainha sempre representou uma importante safra para os pescadores dessa localidade, portanto não podiam deixar de pescá-la.

Por isso os pescadores também criaram outra estratégia de pesca. Utilizavam, na década de 1960, um sistema de rodízio. Antes do início da safra, os pescadores da Barra e da localidade da 5ª Secção da Barra, em São José do Norte, iam até o escritório da antiga SUDEPE (Superintendência de Desenvolvimento da Pesca) para colocar seus nomes em uma lista com os nomes dos pescadores que desejavam pescar na área situada entre as duas localidades, ou seja, na desembocadura do estuário. A ordem da lista e, por consequência, do lance era definida por sorteio. O sistema funcionava na forma de um rodízio, onde o primeiro da lista tinha o direito de fazer o lance primeiro; se por caso ele não quisesse lançar, o próximo pescador da lista poderia fazê-lo. Ele tinha o direito de lançar quando achasse que conseguiria pegar uma boa quantidade de peixe. Esses trabalhadores sabiam se seria um bom lance ou não somente pela movimentação dos peixes na água e pela quantidade que batia ou

²⁵Segundo as normas atualmente em vigor e dispostas da Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP nº 03, de 9 de fevereiro de 2004 : cada braça de rede corresponde a 1,83 m.

não na embarcação. Cada pescador poderia pescar uma determinada cota que era de mil peixes por dia; quando atingia essa quantidade, a vez era do próximo pescador da lista. Esse sistema durou até o início da década de 1970 e era utilizado apenas na pesca da tainha. Segundo Diegues (2004), a essência da pesca artesanal é um conjunto de conhecimento sobre o meio ambiente, condições de marés, identificação dos pesqueiros e manejo dos instrumentos de pesca. Ao utilizar esse sistema, os pescadores demonstravam um conhecimento relevante sobre a espécie e também sobre a dinâmica do estuário.

Já para a pesca do camarão-rosa utilizavam o “*arrastão de praia*” que necessitava de pelo menos dez homens para conseguir puxar a rede para a costa. Depois, com a inserção das embarcações a motor, utilizavam para a captura desse crustáceo uma rede de arrasto denominada de “pauzinho” que era realizado por duas embarcações emparelhadas. Esse tipo de pesca era denominada de “*parelhinha*”. Na década de 1960 foi introduzida a pesca de “prancha”. Essa pescaria de arrasto foi trazida por pescadores catarinenses. As redes eram do mesmo tipo das redes de arrasto de prancha de hoje, porém eram menores, porque os motores possuíam poucos cilindros (de 8 a 10 cilindros). Essa arte de pesca foi introduzida para facilitar a pescaria, pois com a prancha os pescadores possuíam uma maior mobilidade, segundo um pescador: “*com a prancha, aonde tá o camarão a gente vai*”.

Depois de 1975, os pescadores começaram a migrar para a “*lagoa*”²⁶, principalmente durante a safra de camarão. A mudança para outras áreas de pesca ocorreu devido a safras frustradas por causa da diminuição do recurso no entorno da localidade. Os pescadores comentaram que as capturas próximas à localidade dependiam da correnteza da água, enquanto na lagoa o camarão era capturado mesmo com calmaria. Além disso, eles alegam que o deslocamento era e ainda é necessário devido ao aumento no número de pescadores durante a safra do camarão.

²⁶ Áreas de pesca localizadas próximas às cidades de Pelotas e São Lourenço do Sul.

Outra adaptação ocorreu na década de 1990. Por causa da diminuição dos recursos naturais, os pescadores começaram a utilizar a sonda. Atualmente parte dos pescadores artesanais da Barra usa essa tecnologia na hora de pescar. Infelizmente algumas práticas tradicionais como a utilização de um artefato denominado de “*Timãozinho*”, que era arrastado enquanto o bote navegava para descobrir se existia peixe, hoje não é mais utilizado e só é possível de ser encontrado na memória de pescadores mais velhos.

Dentre as últimas adaptações está a utilização de guincho e os pescadores alegam que o seu emprego é necessário, pois é cada vez mais difícil encontrar proeiros para trabalhar e com o uso desse equipamento não precisa mais do que dois pescadores em uma embarcação. Porém é relevante pensar que a utilização desse novo apetrecho de pesca pode vir a contribuir não apenas para facilitar o manuseio da rede como também aumentar o esforço de pesca e tornar a atividade pesqueira desigual entre os pescadores que possuem guincho e os que não têm.

Atualmente utilizam, para a pesca da tainha, redes de emalhe “lisa”, ou seja, apenas um pano, utilizando a técnica de bomboio (a rede fica amarrada na embarcação e a água vai levando a rede e o bote, que fica com o motor desligado ou seja, à deriva, e a rede é colhida sempre à tarde) boiada (Figura 57) e manjoada (a rede fica presa com o ferro/âncora, ou seja, o pescador deixa a rede no “mar” e vai buscar mais tarde ou no outro dia). Segundo os pescadores, atualmente pesca-se mais de bomboio. “*Hoje em dia se trabalha mais de bomboio, porque se pescar de manjoada o lobo come o peixe que cair na rede*” (Pescador Sr. Eduardo).

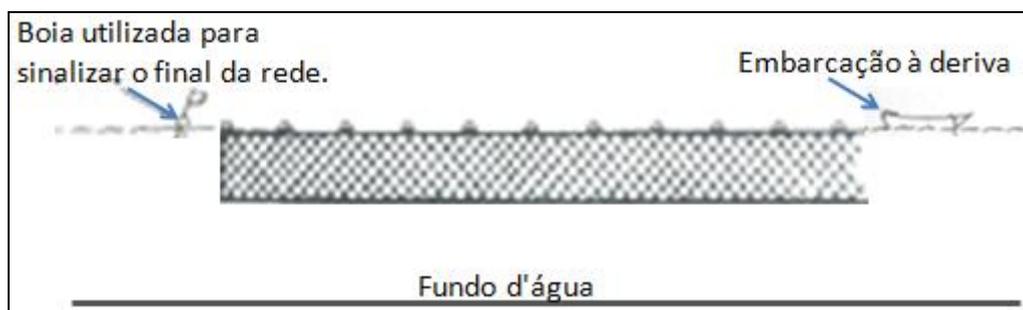


Figura 57: Desenho demonstrando a rede de emalhar boiada, utilizando a técnica de bomboio.



Figura 58: Rede de emalhe de poliamida (náilon de plástico) utilizada na pesca de tainha com 100 mm de distância entre nós opostos. Fonte: Autora.

Com relação ao formato, as redes de emalhe são retangulares, com aproximadamente 30 braças de comprimento cada rede e com 10 m de altura (em média as redes possuem de 80 a 90 malhas de altura), no caso da rede de tainha. Possuem aproximadamente 30 redes, porém não utilizam todas ao mesmo tempo; sempre tem que ter redes sobressalentes, porque se capturam o peixe enquanto estão desmalhando²⁷, colocam as redes sobressalentes na água. As redes de emalhe são utilizadas na pesca de tainha, corvina e bagre (Figura 59).

²⁷ Desmalhar é o ato de retirar o peixe da rede, depois de capturado.

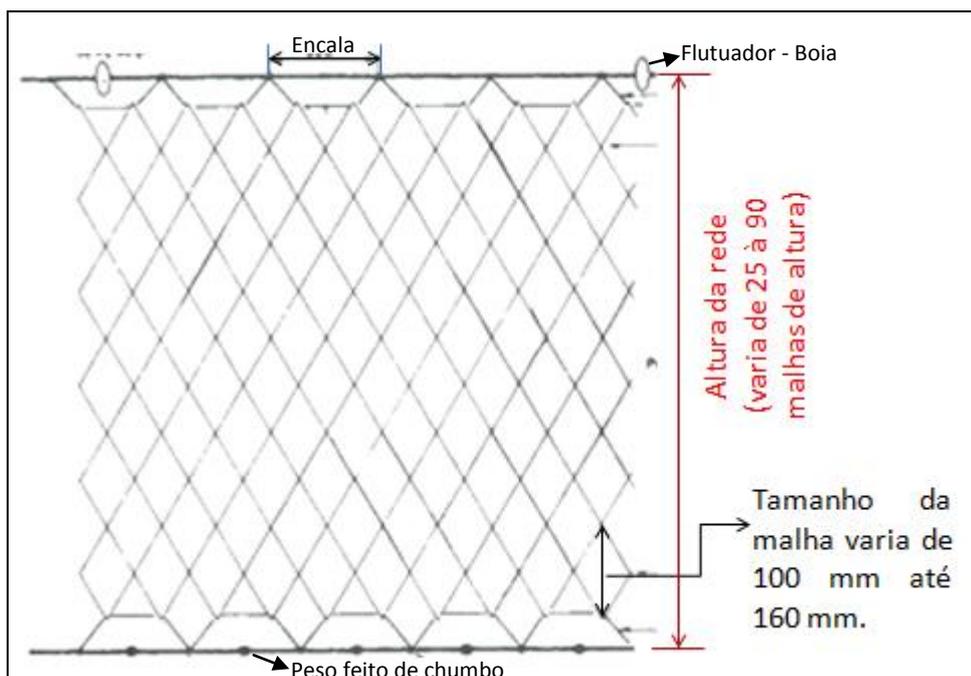


Figura 59: Formato da rede de emalhe lisa.

Além da rede de emalhe lisa, utilizam para a pesca da tainha e do bagre a rede feiticeira com três panos (três redes juntas): a rede de dentro é de 160 mm, ou seja, 16 cm, entre nós opostos; e o pano/rede de fora, digo, a “Albitana”, é quatro vezes maior que a de dentro (são duas redes de fora e uma de dentro). A rede feiticeira foi inventada para o aprisionamento do bagre e diferencia-se das demais por ter três panos de rede, onde dois são de malha larga, albitana (4 vezes o tamanho da malha de dentro tem essa malha de fora) e entre ambos há uma rede com uma malha menor. Esse tipo de arte de pesca é usado também na pesca da tainha (Figura 60). Os pescadores dizem que a rede do meio, com malha menor, forma uma espécie de saco, de onde o peixe não consegue sair, por isso o nome “feiticeira”, pois é como um feitiço, de onde o pescado não consegue se libertar.



Figura 60: Pesca da tainha utilizando rede feiticeira com três panos.

Além dessas artes de pesca, utilizam para a pesca do camarão a rede de arrasto de prancha. As portas de madeira possuem de 22 kg até 35 kg conforme o tamanho da rede e são feitas de madeira no formato retangular com algumas correntes presas (Figura 61).

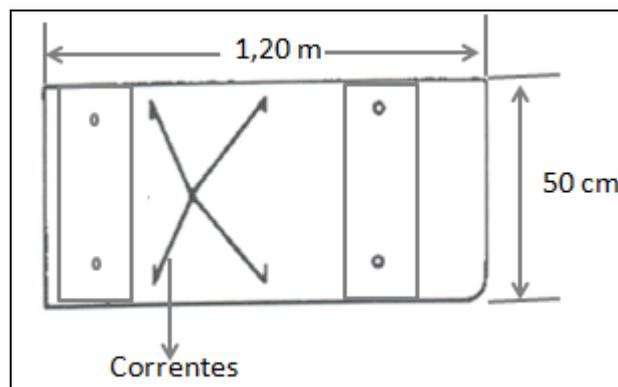


Figura 61: Desenho utilizado para demonstrar as pranchas utilizadas na rede de arrasto

As redes de arrasto de prancha ou porta (Figura 62) recebem essa denominação, porque possuem duas placas mais ou menos planas muito parecidas com a porta de uma casa. Elas ficam presas transversalmente ao cabo, com correntes enroladas, que mantêm a boca da rede aberta durante o arrasto; é como uma rede de saco. A rede fica levantada, porque tem

boia e, no fundo fazendo peso, ficam as correntes. As portas ficam na ponta da rede. O saco é como fosse um saco utilizado para passar café em pó, de boca tem de 6 a 9 m. De comprimento a rede tem no mínimo 7 e, no máximo, 15 m; quanto mais comprida a rede for, mais sentada no fundo ela fica, segundo os pescadores. No início, próximo da boca, a malha é um pouco maior e vai diminuindo de 3 em 3 m até chegar a uma malha que varia de 10 a 15mm entre nós opostos no final da rede, ou seja, no ensacador que é feito com fio 36 e possui 2 braços de comprimento. Somente no fundo (ensacador), é possível pescar 100 kg de camarão (Figura 63).

A rede é dividida em panos que vão diminuindo o tamanho das malhas, para não fazer muita força na água. Depois que o camarão entra na rede de arrasto, ele não consegue sair mais; somente quando tem muito camarão ele ainda consegue sair nas proximidades da boca. O cabo de náilon (corda azul, porém tem alguns pescadores que usam o cabo de náilon de seda, porque não escorrega tanto na mão e, segundo eles, dá mais firmeza) é preso na porta e na embarcação para prender a rede de arrasto no bote.

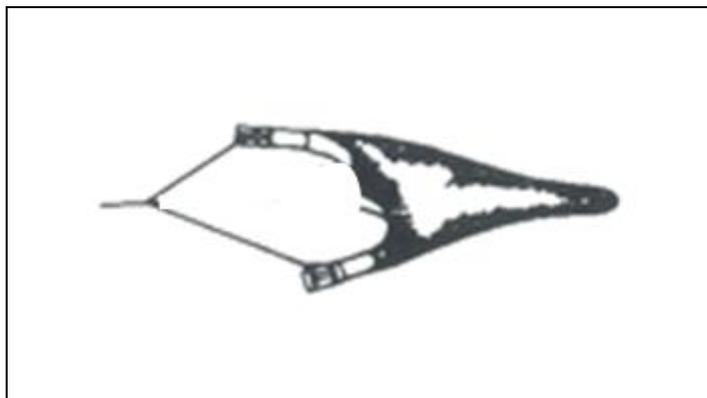


Figura 62: Rede de arrasto de prancha.



Figura 63: Ensacador da rede de prancha. Fonte: Autora.

Com relação ao rejeito do camarão, o que o pescador chama de “sujeira”, pode variar com relação à quantidade. Às vezes a “sujeira”, que são algas, peixes pequenos, siri, peixe espada e etc. pode chegar a 5% do que foi pescado, porém outras vezes pode chegar a 90% do que foi capturado. Quando questionado com relação a isso, o pescador respondeu: *“dependendo do dia, pode pegar 200 kg de camarão e 10 kg de sujeira; ou tem dia que pesca 200 kg de sujeira e 10 kg de camarão.”* Segundo relato de alguns pescadores, esse tipo de pescaria é praticada apenas em locais com maior profundidade e é uma das mais rentáveis financeiramente.

As seguir, tabelas com as principais artes de pesca de acordo com a espécie alvo:

Tabela 3: Tabela com as principais redes utilizadas para pescar a Tainha

REDE LISA - BOMBOIO					
Tam. Rede	Quant. Redes	Tam. Malha ²⁸	Malhas de alt	tipo de rede	
25 Braças	200 até 500 braças	50 até 55	80 até 90	Boiada	
REDE FEITICEIRA -3 PANOS - BOMBOIO					
Tam. Rede	Quant. Redes	Tam. Malha	Malhas de alt.	Albitana - pano de fora	tipo de rede
20 até 24	200 até 400 braças	40 até 55	50 até 100	4 por 1	Boiada

Tabela 4: Tabela com a principal rede utilizada para pescar a Corvina

REDE LISA - BOMBOIO					
BOMBOIO – LISA					
Tam. Rede	Quant. Redes	Tam. Malha	Malhas de alt	tipo de rede	
25 braças	600 até 1500 braças	55 até 80	25 até 30	Fundo	

Tabela 5: Tabela com a principal rede de utilizada para pescar o Bagre

REDE FEITICEIRA -3 PANOS - BOMBOIO					
BOMBOIO - FEITICEIRA -3 PANOS					
Tam. Rede	Quant. Redes	Tam. Malha	Malhas de alt.	Albitana - pano de fora	tipo de rede
20 braças	200 até 600 braças	70 até 80	40	4 por 1	Boiada

²⁸ O tamanho da malha é baseado no que os pescadores falaram: malha 50 corresponde ao tamanho de uma malha de 100 milímetros entre nós opostos, ou seja, o tamanho correspondente é o dobro do valor em milímetros.

Tabela 6: Tabela com a principal arte de pesca utilizada para pescar o Camarão

ARRASTO DE PRANCHA					
Tam. prancha	Peso prancha	Largura de boca	Comprimento rede	Malha ensacador	Malha do corpo da rede
1,20 m/50cm	22kg até 35kg	6 metros até 9 braças	7 metros até 15 metros	10 até 15	13 até 20

Essas artes de pesca sofreram mudanças ou longo da história da pesca artesanal na Barra, desde mudanças no fio utilizado para confeccioná-las, até mudanças no material utilizado para fundeá-las e boiá-las. Até a década de 1950, o fio utilizado nas confecções das redes de pesca era o barbante que era vendido em rolos na fábrica de cordas denominada de “Fábrica Luiz Loréa”, que ficava localizada no centro da cidade na Rua Domingos de Almeida. Lá se faziam os barbantes e com o resto que sobrava era feita a corda. Atualmente, os pescadores compram os materiais para a confecção das redes e até mesmo as redes já prontas em lojas especializadas nesses artigos e alguns compram as redes por telefone, de uma empresa do estado de São Paulo que as envia pelo Correio.

Com relação ao fio ou linha utilizado para confeccionar as redes, também foram se modificando ao longo do tempo. Nas décadas de 1930 e 1940, o fio mais utilizado era o fio de barbante que possuía diferentes espessuras (números), dependendo para qual pescaria seria a rede. O barbante e a corda eram feitos da fibra de uma planta chamada cânhamo²⁹ e também havia cordas de sisal.

²⁹ A fibra de cânhamo é considerada cinco vezes mais resistente que o algodão, e com seus longos feixes de até 4,5 m é usada para fabricar cordas e amarras, pois são bastante resistentes.



Figura 64: Rolo de barbante

O barbante era originalmente bege, porém os pescadores tinham que tingir as redes depois de prontas, por isso o dono da parrelha mandava vir do estado de Santa Catarina a casca da Aroeira ou alguma outra casca que soltasse uma tinta forte. Essas cascas eram colocadas com água em caldeirões de cobre, feitos por beduínos, com capacidade entre 300 e 400 litros. Deixavam ferver em fogo baixo por um determinado período, até que a casca soltasse bastante a sua cor. O líquido resultante ficava com a tonalidade de um vinho tinto. Depois disso, as redes sem terem sido entalhadas³⁰, eram então mergulhadas nos caldeirões, uma ou duas vezes, para serem tingidas, posteriormente colocavam-se para secar em cima de cavaletes de madeira.

Os pescadores relatam que, além das redes, as suas próprias mãos ficavam tingidas por até uma semana com a cor da tinta utilizada para pigmentação das redes. As redes tinham que ser tingidas de quinze em quinze dias ou de mês a mês e tingia tudo, rede, cortiça e corda, sempre realizavam a pigmentação das redes. Esporadicamente as redes tinham que ser colocadas para secar para que elas não apodrecessem com tanta facilidade, com isso aumentava a durabilidade delas. *“Cada canoa tinha 16 redes; trabalhava com quatro de cada vez; depois começaram a trabalhar com oito. De vez em quando, tinha que tirar aquela que estávamos trabalhando e coloca-lá para secar e pegar as redes que estavam no galpão”* (pescador Seu Zé Português).

O processo de tingimento das redes era denominado pelos pescadores como *“encascar o barbante”*. Isso era feito para que as redes não apodrecessem e para que aumenta-se a sua durabilidade. Segundo eles, isso era a proteção da rede. *“As mãos da gente ficava toda*

³⁰Entalhar significa, para o pescador, colocar a corda, o chumbo e a boia na rede.

pintada de roxo. Para o barbante durar tinha que encascar ele, que dar casca nele” (Pescador Sr. Eduardo). Essa técnica foi utilizada tanto no barbante como no gerbo. Quando surgiu a linha “*ursa*”, não se utilizou mais essa técnica. O modelo e as redes feitas de barbante foram trazidos por pescadores portugueses e foram utilizadas entre as décadas de 1930 e 1950.

Apesar de ser resistente, aos poucos, o uso do barbante na confecção das redes passou a ser substituído por outros tipos de fio devido ao peso da rede, quando ficava molhada e também devido ao fato de ter que colocar com frequência no sol para secar e realizar o processo de tingimento. Primeiro surgiu o gerbo, posteriormente a linha ursa, em seguida o náilon de seda. A primeira inovação na pesca foi a introdução das redes de náilon, por volta de 1956, que tinham a metade do peso das pouco resistentes redes de algodão, difíceis de serem manobradas manualmente (DIEGUES, 1983, p.69).

Os primeiros náilons seda surgiram na Barra na década de 1960 e eram produzidos em diversas cores. Esse tipo de linha teve o seu uso iniciado em um período em que existiam, concomitantemente, as canoas e também os botes. Segundo um pescador entrevistado, o primeiro a experimentar uma rede com esse tipo de linha foi um pescador catarinense que percebeu que conseguia capturar uma quantidade maior de pescados com a rede feita de náilon do que com as redes feitas com barbantes ou gerbo.

Na década de 1970, apareceu o náilon de plástico: “*aí viu-se que dava mais ainda peixe nas redes feitas com esse material. O pessoal aqui já chegou a usar redes de náilon de plástico verde, porém viram que arrebatava mais fácil do que a transparente*” (pescador Zé Português). Quando surgiram as redes de náilon, não era preciso mais realizar a troca, frequentemente, pelas redes que ficavam guardadas no galpão. Os pescadores podiam trabalhar sempre com as mesmas redes, porque não apodreciam e não encharcavam como as feitas de barbante e com cortiça.

Além das mudanças ocorridas no tipo de fio usado na confecção das redes, houve mudanças também nos pesos utilizados para fundeá-las e nos instrumentos usados para boiá-las. Com relação ao que era utilizado para fundeá-la, usava-se primeiramente um saquinho feito de tecido. Esses saquinhos eram feitos por costureiras ou por mulheres de alguns pescadores. Os pesos eram produzidos de forma artesanal, eram confeccionados do tecido de sacos de farinha, tinham um formato de um pastel um pouco mais fino, todos possuíam a mesma forma e tinham, aproximadamente, 10 cm (Figura 65).

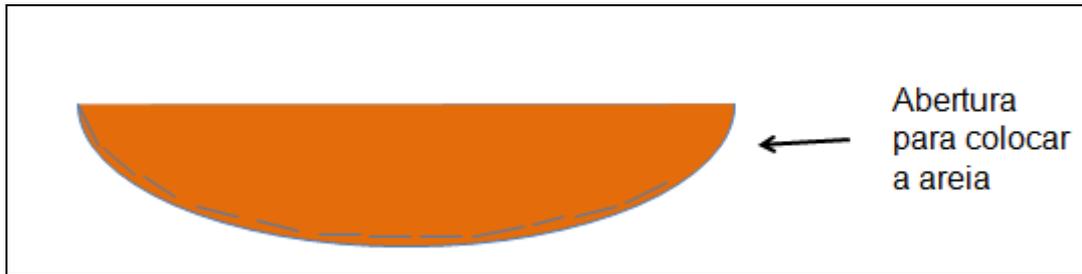


Figura 65: Figura de um saquinho de areia utilizado no passado para fundear as redes. Fonte: Autora, baseado em relato dos pescadores entrevistados.

Ao confeccionar os saquinhos, elas deixavam uma das pontas entreabertas. Os pescadores pegavam um pedaço de pau e viravam do avesso para que as costuras ficassem pelo lado de dentro. Enchiam com areia e costuravam, digo, arrematavam a ponta que tinha ficado aberta, para a areia não sair e depois pintavam com tinta antiferrugicida do tipo zarcão misturada com óleo com uma ou duas de mãos. Para pintar, os pescadores estendiam de 200 a 300 desses saquinhos sobre uma tabua. Segundo eles, a pintura deixava os pesos bem firmes e impedia que a areia saísse por entre os buracos da trama do tecido. Os saquinhos eram amarrados na corda da rede pelas suas duas extremidades e pelo meio, para ficarem bem firmes na rede. Nesse tempo, a rede era de barbante e a corda de sisal; não existia corda de náilon. *“Eu cheguei a fazer muito chumbo de pano; sempre tinha um molde que eu usava para cortar o tecido. Depois costurava um a um na máquina e só deixava um buraquinho para enchermos depois com a areia”* (Dona Isabel, esposa do pescador Seu Zé Português).

Para pescar o bagre e a corvina com a rede do tipo “Feiticeira”, além dos saquinhos de areia, usavam também pedras. A cada vinte braças de rede era colocada uma pedra de 1,5 kg até 2 kg. *“Nós ía lá nos molhes e com uma marretinha quebrava as pedras de acordo com o tamanho que queríamos fazer. Cada rede levava de 3 a 4 pedras; de acordo com a corrente da água, o padrão mandavam a gente fazer”* (Pescador Seu Odécio).

Posteriormente começaram a surgir os pesos feitos de barro, que já eram comprados prontos; conforme os pescadores, não eram muito bons, porque enredavam com facilidade e por isso os pescadores tinham que ter muito cuidado na hora de manusear a rede. Como nessa época ainda utilizava-se corda de sisal, a rede tinha que ser colocada para secar de três em três dias. *“O peso de barro era como uma linguiça com um buraco no meio para passar a corda, enredava fácil; por isso começaram a ser trocados pelo o peso de chumbo”* (pescador Zé Português).

Os pesos de barro foram utilizados nas redes de náilon de seda em substituição aos tradicionais saquinhos de areia (Figura 66). Os pesos feitos de barro tinham 10 cm de comprimento e com um buraco no meio de aproximadamente 2,5 cm, para que a corda passasse por dentro. Com relação à espessura, variava. “*Não quebrava fácil. Era feito como um tijolo*” (Pescador Seu Odécio).

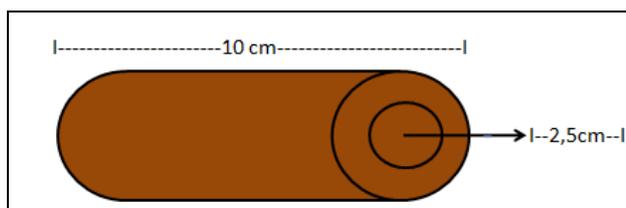


Figura 66: Desenho de um chumbo de barro.

Com relação ao material usado para que a rede ficasse boiada, começaram utilizando as cortiças (mesmo material usado para fazer rolhas) que vinham de Portugal e, segundo os entrevistados, o material não era caro para importar, porque lá em Portugal existia muita corticeira. A cortiça era comprada em uma loja no centro da cidade. Os fardos vinham com diferentes tamanhos. Os pescadores cortavam em pequenos quadrados, que eram colocados no peito para que fosse retirada a casca. Eles não sabem informar o porquê que o peito era usado como apoio. Sabem que foi assim que os portugueses ensinaram e o trabalho era feito dessa forma sem contestações. Pode-se dizer que esse foi um trabalho culturalmente construído. Depois eles moldavam com a utilização de uma faca para que ficasse com uma forma arredondada; as cortiças eram moldadas uma a uma.

Para fazer o furo por onde a corda era colocada, usava-se um ferro em brasa que era aquecido nos galpões. Para fazer o fogo, eram usadas madeiras colocadas entre dois trilhos e sobre os ferros eram colocados nas panelas de ferro onde era feita a comida para os proeiros da panelha. Enquanto a comida era preparada, o ferro utilizado para furar a cortiça esquentava e posteriormente eram furadas as cortiças, uma de cada vez. Se precisassem que o furo ficasse maior, por causa do tamanho da corda, iam mexendo a cortiça de um lado para o outro depois de espetada no ferro quente. O tamanho da cortiça variava de acordo com o tamanho e a finalidade da rede. Na parte central da rede da Tainha, por exemplo, as cortiças eram maiores devido ao fato de o pescado ficar mais concentrado no meio e por isso as cortiças tinham que ser maiores nessa parte para suportar o peso da rede.

Deixaram de utilizar essas cortiças, quando começaram a aparecer as redes de náilon de plástico. As cortiças quebravam com mais facilidade e com frequência a rede de pesca tinha que ser retiradas de dentro da água para secar, porque se não a cortiça encharcava demais e ficava muito pesada. As primeiras boias de plástico que surgiram eram ocas e depois passaram a ser maciças. Posteriormente surgiram as boias de isopor que não encharcam e por isso não pesam.

As redes de náilon surgiram na década de 1970: *“no início o pessoal ficou meio desconfiado com esse tipo de fio, achava que arrebentava mais fácil, que era ruim; depois começaram a usar e viram que as redes eram mais leves e não precisava colocar para secar”* (pescador Sr. Odécio). Além disso, começaram a aparecer as cordas de plástico, as boias de isopor e o chumbo, que poderia ser colocado por dentro da corda, o que facilitou muito o trabalho, pois a rede não enredava mais com tanta facilidade, não precisava mais ser colocada para secar com tanta frequência como no caso das redes de barbante, com cortiça e com corda de sisal.

Depois que chegaram as redes de náilon, começou a aumentar a quantidade de redes, porque não apodreciam tanto, eram mais leves e começaram a notar que, cada vez que saíam para o mar com as redes de náilon de plástico, pescavam uma maior quantidade de peixes.

“A gente notava que matavam mais. O camarada ía para o mar e a gente notava que matavam mais quantidade. Quando chegaram os botes, começaram a matar mais, porque aumentavam mais a quantidade de rede. No lugar de trabalhar com quatro redes, trabalhavam com oito redes e assim sucessivamente. Claro, cada um queira matar mais que o outro e aí aumentava a quantidade de rede. Se tu poderia pegar um pão e meio, por que tu ía pegar só meio? Foi assim, por causa da competição entre os pescadores foi aumentando a produção assim. Ninguém pensa que um dia vai acabar na hora do trabalho, ninguém pensa nada, cada um quer ganhar o pão de cada dia. Se eu posso pegar 100 kg, por que eu vou pegar só 10 kg. Tá certo que vai gastar mais material, mais em compensação, eu sei que na produção eu tiro o necessário para manter a casa, como se costumava dizer” (pescador Zé Português).

A seguir, um quadro demonstrativo sobre a evolução do material utilizado na confecção das redes.

Tabela 7: Quadro demonstrativo com os materiais utilizado para a confecção das redes.

Evolução do material utilizado na confecção das redes				
Década	30	50	60	70
Linhas	Barbante de cânhamo	Barbante de cânhamo e gerbo	Náilon de seda	Náilon de plástico
Corda	Corda de cânhamo ou sisal		Corda de sisal	Corda de plástico
Pesos	Saquinhos de areia		Peso de barro	Chumbo
Boia	Cortiça			Boia plástica e de isopor

Além do conhecimento sobre as artes de pesca, o pescador é aquele que conhece os caminhos e segredos do mar e isso produz um sentimento de pertencer a um grupo e, conseqüentemente, a um território. O uso desses espaços naturais aquáticos é resultado da experiência e do conhecimento de vida (Ramalho, 2007, p. 108). No mar, os territórios são mais do que espaços delimitados. São lugares conhecidos, nomeados, usados e definidos. (Maldonado, 1994, p. 105). O conceito de território, segundo Moraes (1984), é oriundo dos estudos de botânica e zoologia do final do século XVIII. Com a chamada Geografia Crítica, este conceito foi retrabalhado a partir da proposição marxista de que a definição do território passa pelo uso que a sociedade faz de uma determinada porção do globo, a partir de uma relação de apropriação, qualificada pelo trabalho social. Cabe ressaltar que, neste estudo, o território é entendido como sendo o espaço do grupo, no caso a comunidade da Barra, e também os pesqueiros (locais de pescarias).

(...) nas comunidades de pescadores artesanais do litoral, existem formas de apropriação articuladas em função de seus usos, significados e conhecimentos das águas. (...) o usufruto coletivo de áreas determinadas estendia-se para além da terra para incluir 'territórios marinhos'. Para esses grupos, a marcação é "um elemento fundamental à apropriação e ao usufruto do mar pelos pescadores. (...) A familiaridade de cada grupo de pescadores com uma dessas áreas marítimas, cria territórios que são incorporados à sua tradição. Na mesma medida em que é um recurso ou um espaço de subsistência, o território engloba também a noção de *lugar* mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar" (LITTLE, 2002, p.9)

Para Maldonado (1994), o conceito de território pesqueiro engloba também a noção de

lugar, mediante a qual os povos marítimos definem e delimitam o mar. Sob este aspecto, podemos dizer que território é conhecimento. Portanto, territórios pesqueiros são espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua faina pesqueira. Segundo Cardoso (2003), o pescador, através do processo de trabalho e de construção do conhecimento dos elementos naturais que interagem nas pescarias, apropria-se de parte da natureza e produz um primeiro nível de territorialidade na atividade pesqueira, que é aquele do conhecimento, do pertencimento ao meio e da apreensão dos processos naturais.

Portanto as inter-relações específicas entre pescadores e ambiente aquático, que é um espaço dinâmico e arriscado, permite a elaboração de um conhecimento que acaba por delimitar territórios e locais produtivos para a extração das espécies. Com isso, ao sair para as pescarias, os pescadores não se dirigem a lugares aleatórios, mas sim a locais determinados como sendo pesqueiros, que são locais em que os peixes se alimentam e se protegem dentro do estuário. Os principais locais de pesca e mais tradicionais frequentados por pescadores artesanais da Barra dentro da Laguna são conhecidos como “Praia do Graxa”, “Praia do Amarante”, “Croa da Mariana”, “Ponta da Torre” e Canal de Navegação (Figura 67).

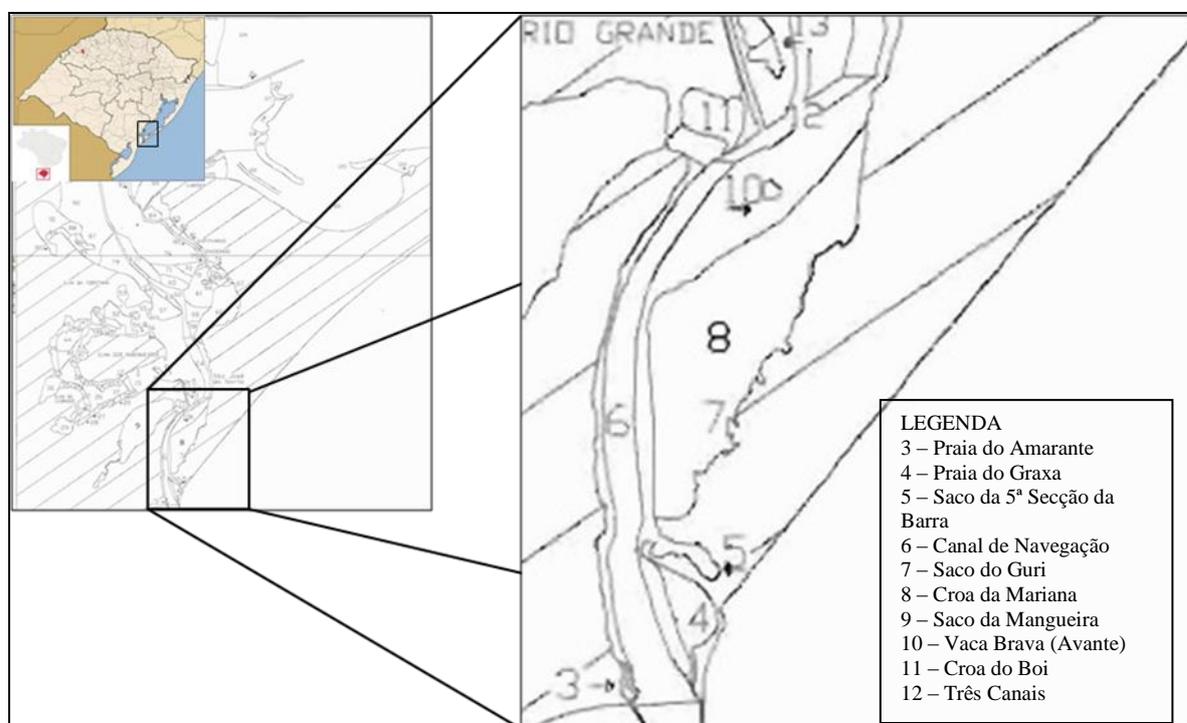


Figura 67: Ilustração dos principais locais de pesca utilizados pelos pescadores da Barra dentro do estuário da Lagoa dos Patos, baseado no Mapa com os locais de pesca do Estuário da Lagoa dos Patos (Anexo 2).

Realizar as pescarias nesses locais é uma prática tradicional, exercida desde os primórdios da pesca artesanal nessa comunidade, e isso possibilitou o conhecimento dos melhores locais de pesca que foram repassados para as gerações futuras, pelos antigos pescadores, através do conhecimento tradicional. Podemos concluir que, sem a marcação dos principais pesqueiros, não haveria a pescaria. Portanto, pertencer a um grupo significa, entre outras coisas, partilhar elementos que lhes são comuns, e o conhecimento é um desses fatores, que se (re)cria, ao longo do tempo, conferindo referências que se amparam na tradição, valores, hábitos [...](RAMALHO, 2007, p. 109).

Apesar de existirem importantes locais de pesca dentro do estuário, a pesca fora da “Boca da Barra” sempre esteve presente no labor dos pescadores da Barra (Figuras. 68, 69, 70, 71). Por serem artesanais, fazem o acompanhamento da linha de costa e navegam até duas horas dos molhes, tanto para o sul quanto para o norte, e pescam com uma profundidade de até 15 m. Essa prática tradicional iniciou-se com as canoas de pranchão a vela, na década de 1930 e continua até hoje, perpetuando também as áreas de pesca existentes no oceano.

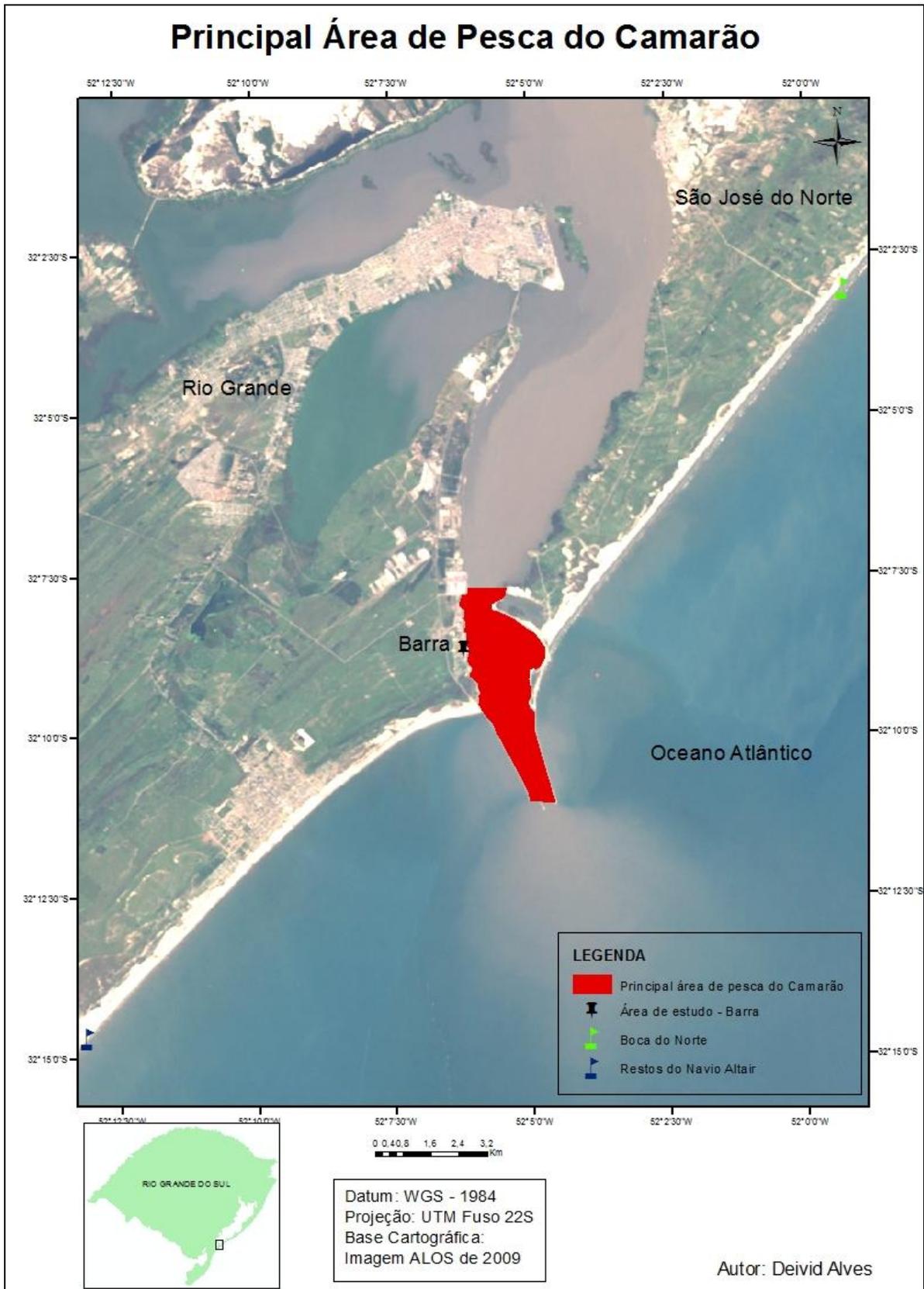


Figura 68: Principal área de pesca do Camarão

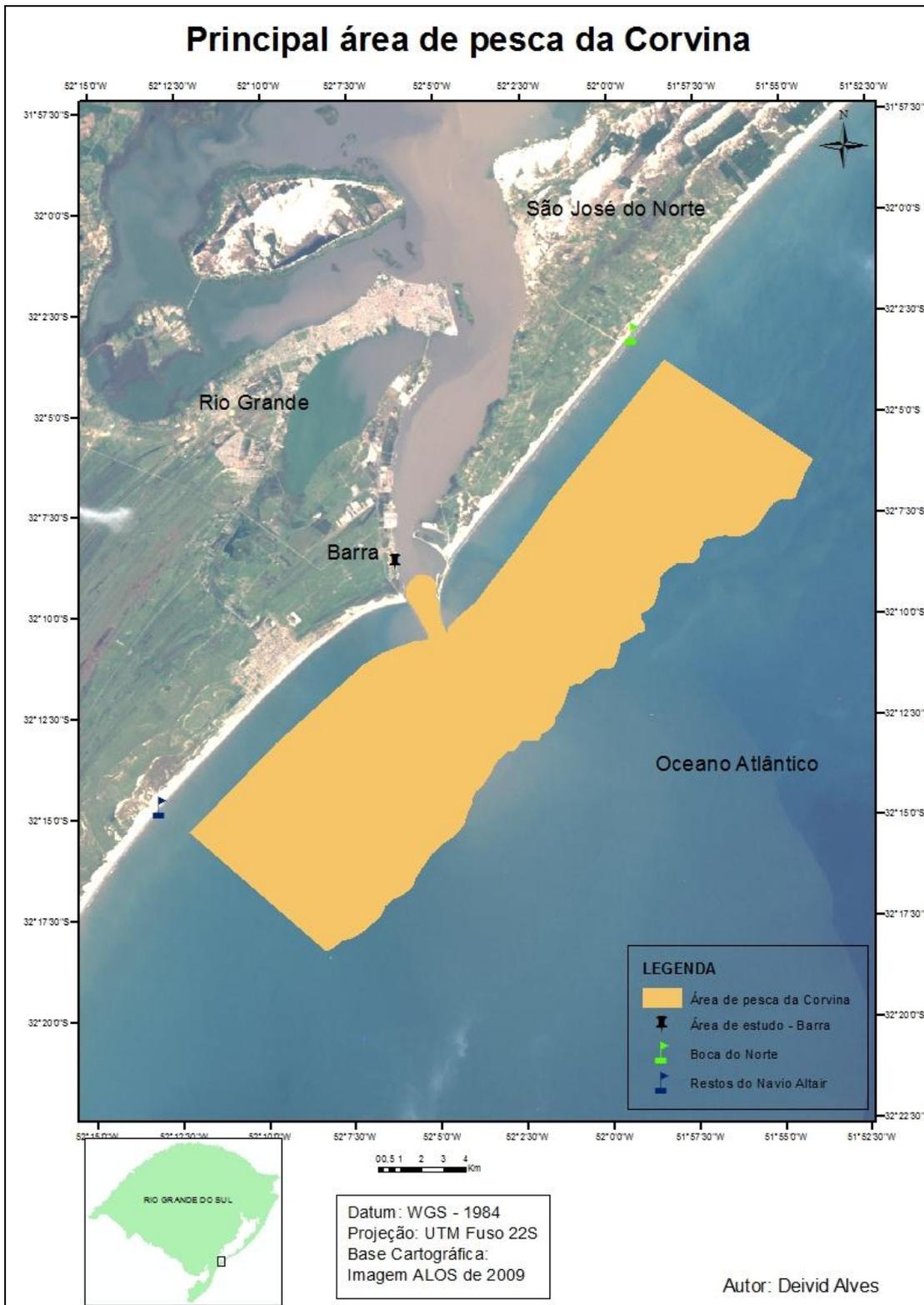


Figura 69: Principal área de pesca da Corvina

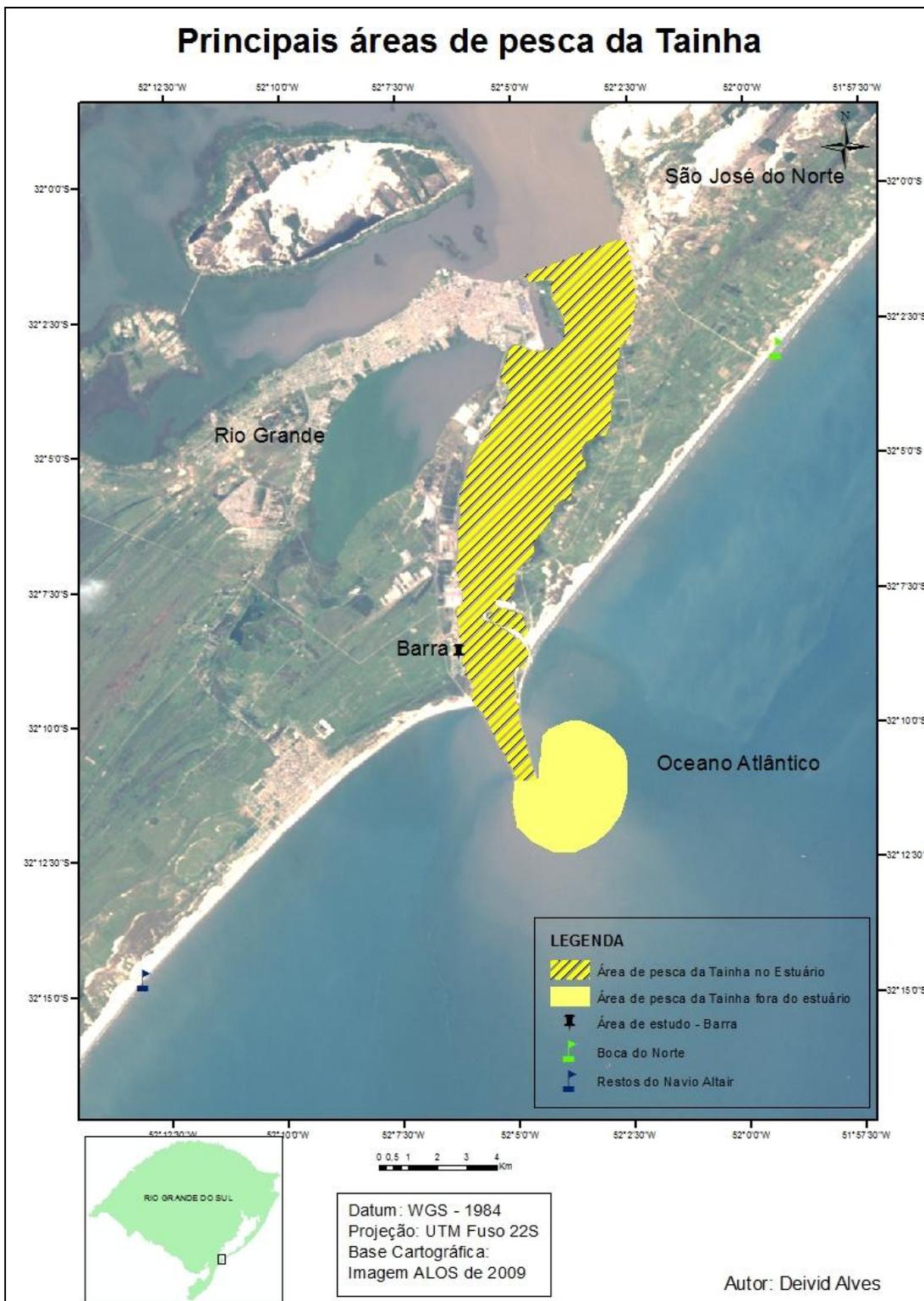


Figura 70: Principais áreas de pesca da Tainha

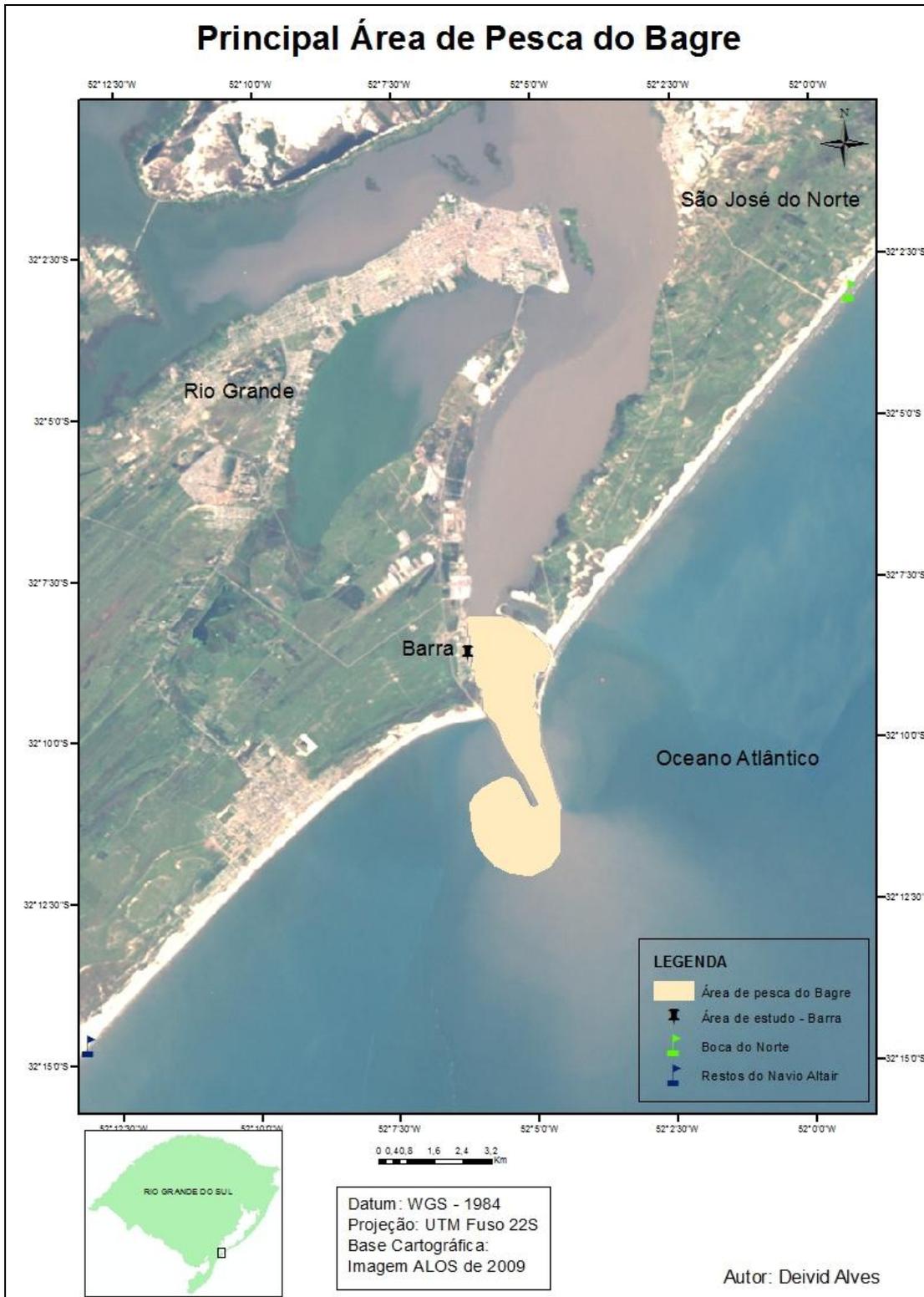


Figura 71: Principal área de pesca do Bagre

A delimitação das áreas de pesca foi baseada principalmente nas informações fornecidas pelos pescadores entrevistados. Apenas para a demarcação da área da Corvina foi utilizada a carta batimétrica da Lagoa dos Patos e zona costeira (Anexo 3), pois os pescadores informaram que pescavam até 15 m de profundidade. Portanto a área é delimitada ao sul pelos restos do navio Altair, ao norte pelo local denominado por eles como sendo a “Boca do Norte” e, em direção ao alto mar, a marcação respeita a linha batimétrica correspondente aos 15 m.

Podemos concluir que os pescadores da Barra possuem um conhecimento sobre as áreas de pesca tanto dentro do estuário quanto fora da Laguna, pois sabem exatamente onde estão localizados os melhores pesqueiros. Além disso, possuem uma mobilidade com relação aos locais de labor no ambiente aquático, visto que exploram os recursos de acordo com a dinâmica das espécies e do próprio ambiente em que realizam a atividade pesqueira. Um exemplo disso está no relato de um dos pescadores entrevistados sobre os locais onde pescam fora da Boca da Barra. *“A tainha, quando sai da lagoa, ela vai em direção ao norte; por isso a gente pesca na cabeça dos molhes, mais pro lado do Norte, cercando com a rede de malha”*.

Todo conhecimento dos pescadores, adquirido durante o labor na pesca, está servindo como alicerce para que o pescador encontre outra alternativa como meio de adquirir suas condições materiais de existência. Alguns pescadores estão buscando a sua inclusão nesse novo momento econômico do município. Os problemas enfrentados pela atividade pesqueira, como a instabilidade econômica e os perigos da vida no mar, ainda são uma realidade; por isso alguns pescadores da localidade estão tentando inserir-se na indústria naval. Aproximadamente vinte pescadores da localidade da Barra, que realizaram um curso de Moço de Convés, na Capitania dos Portos, em Rio Grande, já deixaram a pesca.

O curso de Moço de Convés é fornecido uma ou duas vezes por ano, dependendo das condições financeiras da instituição, com duração de três meses e possui uma prova de seleção. Ele não possui como pré-requisito ter algum conhecimento marítimo, porém os pescadores possuem certa vantagem no mercado de trabalho naval, devido à experiência adquirida na pesca com os anos de embarque.

Com isso a atividade em rebocadores e balsas para os pescadores que, depois de aprovados no curso, solicitam a mudança de categoria, ou seja, deixam de ser pescadores

profissionais para serem moços de convés ou marinheiro fluvial de convés, se torna uma oportunidade de emprego com mais estabilidade, principalmente porque essa atividade naval não está diretamente ligada à captura de recursos naturais. Como os pescadores, na sua maioria, enfrentam grandes dificuldades para se enquadrarem nas atividades econômicas atuais devido à falta de qualificação para outras atividades que não estejam ligadas à “vida no mar”, a opção por mudar para a profissão de moço de convés ou marinheiro fluvial de convés pode ser uma alternativa.

Porém essa opção, somada aos problemas relacionados com a pesca atualmente, podem contribuir para que ocorra um aumento da vulnerabilidade com relação à manutenção da atividade pesqueira. Como resultado poderá ocorrer a erosão de comunidades tradicionais devido á quebra do conhecimento tradicional e também das relações socioculturais baseadas na pesca.

Apesar de a grande maioria dos pescadores entrevistados mencionar que trabalham na pesca, porque gostam de exercer a profissão de pescar através de alguns relatos não apenas com os atuais pescadores, mas também com os pescadores já aposentados, percebemos um sentimento de arrependimento. Como no caso do Seu Zé, que já era pescador em Portugal e veio para Rio Grande, porque alguns parentes já tinham vindo. Seu Zé faz o seguinte relato:

“Eu vim com a ilusão, porque se os nossos velhos arrumaram a vida por lá, nós também vamos encher os bolsos por lá, afinal de contas, engano meu, se fico, eu hoje estava bem. Me arrependo e muito, muito... eu já tive duas vezes lá...(referência à terra de origem, Portugal) mas voltar para morar não dá, porque a gente é igual a uma árvore: cria raízes aqui, não tem mais jeito... voltar para ir e ficar já há tempos que eu era para ter feito isso, mas agora tenho eles (filhos, netos e bisnetos) aqui. Vim tentar a sorte, no final a sorte me escapou”.

Ao ouvir o relato desse vivido pescador, que deixou sua terra em um país distante e veio se aventurar nos mares de cá, percebo certa frustração, ou melhor, um sentimento de sonhos e desejos não realizados e uma vida com muitas dificuldades que nem mesmo a abundância de pescado encontrado nessas águas em meados do século XX pode possibilitar a realização.

Agora não vivemos mais na época de abundância de peixe, inclusive com algumas espécies desaparecias como, por exemplo, a miragaia, importante fonte de renda naquela época. Será que continuaremos a ver cada vez mais pescadores como o seu Zé que, ao

olharem para a sua própria história, percebem que fizeram escolhas talvez não tão acertadas, ou será que a única alternativa para os pescadores seja mudar de profissão para conseguir sobreviver enquanto ser humano com toda a dignidade.

3. 2 – AS EMBARCAÇÕES



Figura 72: Imagem de botes atracados em um trapiche da comunidade. Fonte Autora, jun/2012.

Antes de iniciarmos a falar sobre a embarcação “Bote”, é imprescindível discursarmos sobre as canoas de pranchão. Essas embarcações de pesca antecederam os atuais Botes e permitiram as primeiras aquisições para objetivar as condições materiais de existência dos pescadores artesanais e de seus familiares no interior da citada comunidade cujo conteúdo social são estes mesmos pescadores e suas famílias. As canoas de pranchão, como meio de trabalho, constituíram um ímpar e singular modelo de embarcação. Foi através delas que o peculiar labor dos pescadores dessa comunidade espriada na Barra da desembocadura da Laguna dos Patos moldaram as relações de trabalho intrínsecas e atreladas à história e à

cultura das pescarias de camarão, tainha, bagre e corvina. Portanto, nós entendemos que toda esta comunidade consolida-se por meio das relações de trabalho que fornecem as condições materiais de existência dos membros da referida comunidade, ou seja, o trabalho é que viabiliza a reprodução social primária dos habitantes de qualquer comunidade, localidade ou povoado. Diante deste pressuposto, resolvemos começar o registro dos meios de trabalho e suas contextualizações sociais e culturais da comunidade em pauta pela prática da pesca com canoas de pranchão, pois essa prática nos remete aos tempos pretéritos da comunidade da Barra.

Assim sendo, nesta parte do trabalho, será dado destaque para os primeiros pescadores e para uma embarcação de pesca que antecedeu o Bote, que são as canoas de pranchão, que são embarcações de pesca tradicionais do estuário, possíveis de serem encontradas, atualmente, apenas nos museus e na memória de antigos pescadores. Será abordada também como era a dinâmica de vida e trabalho antes de aparecerem os primeiros Botes, visto a necessidade de se buscar uma contextualização histórica e um entendimento sobre como e por que surgiram as embarcações que são o objeto de estudo deste trabalho.

Os primeiros pescadores surgiram entre as décadas de 1920 e 1930 e eram originários da cidade portuguesa Póvoa do Varzim, e do estado de Santa Catarina. Alguns destes primeiros habitantes vieram em busca deste alimento e fonte de renda tão abundante na região. Além disso, as famílias portuguesas também vieram fugindo da II Grande Guerra Mundial, com o objetivo de buscar melhores condições de vida.

Os poveiros dispunham de técnicas de pesca que lhes conferiam uma maior capacidade de captura em relação aos descendentes de açorianos, que se dedicavam, preferencialmente, à agricultura, sendo que poucos eram exclusivamente pescadores. Os pescadores nativos, por sua vez, dificilmente se sujeitavam a trabalhar para os portugueses, uma vez que alternavam agricultura e pesca, obedecendo a um ritmo de pesca diferenciado, que não se baseava na produção mercantil, mas no trabalho como unidade familiar voltada à subsistência (ADOMILLI, 2009, p.105).

Com isso os pescadores catarinenses tornaram-se uma importante mão de obra para os pescadores portugueses que eram, majoritariamente, proprietários de parselhas de pesca. Na década de 1950, existiam, na Barra, aproximadamente 15 parselhas de pesca de portugueses e 4 de “*catarinas*” (pescadores catarinenses). Essas parselhas possuíam de duas a oito embarcações cada uma delas. Segundo os pescadores entrevistados, os principais

proprietários de parelhas de pesca na década de 1950 eram os portugueses: Francisco Pivete, Joaquim dos Santos (*Quim*), Carlos *Chipé*, Antônio *Macaco*, Tobias, Zé Avanço, Chico Palhaço, Manuel Palhaço, Manuel e Davi Maiato, Américo e Adelino Santos, Pedro Rajão, Elis e Manuel Agonia; e os pescadores catarinenses Neri Santana, José de Almeida (*Joca*), Hercílio Souza e *Jaduca*.

Cada parelha de pesca possuía uma marca, que era feita nas cortiças das redes, nos instrumentos utilizados para confeccionar as redes e também nas embarcações, cujo objetivo era distinguir o proprietário. Pela marca os pescadores sabiam quem era o dono das redes e, se as perdessem, os pescadores podiam ir à procura em qualquer lugar, porque tinha como reconhecer a rede por causa da marca feita na boia. *“Quando estava moldando a cortiça, já colocava a marca; às vezes o próprio dono quando a gente estava tirando a casca da cortiça, ele já ia moldando com a faca na forma que ele queria e colocando a marca da parelha. Essas marcas ainda foram feitas nos botes”* (pescador Seu Zé Português). Os mastros das canoas também eram pintados de forma diferente; por isso, de longe, já era possível reconhecer a canoa. Porém hoje em dia ninguém faz mais marca nenhuma. A seguinte é a marca de uma das parelhas de pesca que existiam na Barra na época das canoas de pranchão (figura 73). Além das cortiças que recebia a marca da parelha, as agulhas (Figura 74) também tinham a mesma marca que era única e registrada em cartório. Conforme os pescadores, antes perdia-se mais a rede, por isso, além das marcas na cortiça, eles faziam marcações por terra, ou seja, quando colocavam a rede na água visualizavam pontos de referência em terra firme.

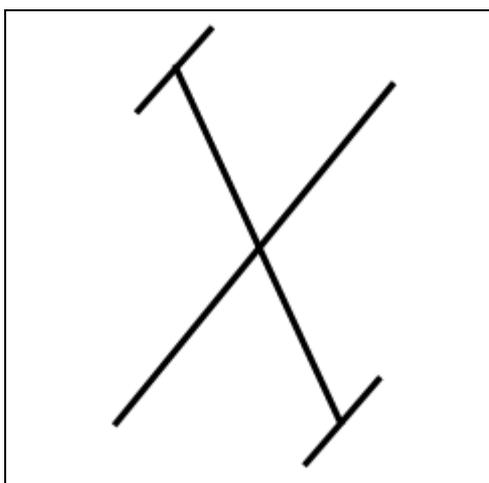


Figura 73: Marca da Parelha: Figura baseada no desenho feito pelo pescador Zé Português, da marca utilizada pela Parelha de pesca do pescador Carlos Chipé.

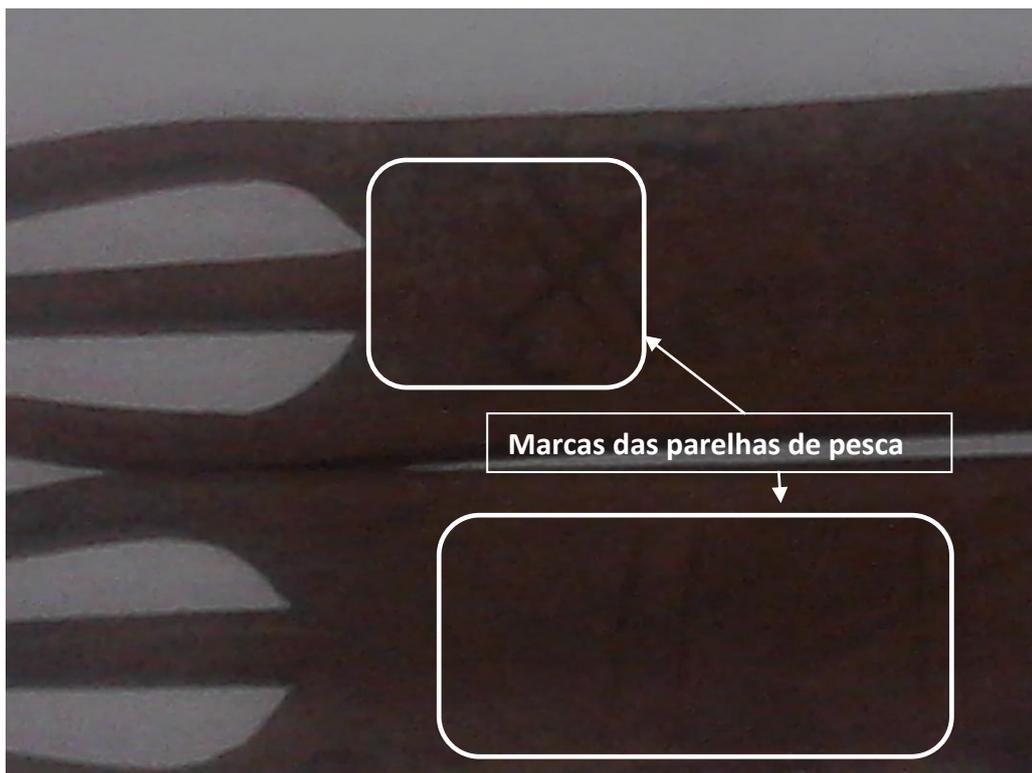


Figura 74: Agulhas da década de 50 com as marcas da Parelha da pesca do Sr. Manuel Maiato. Fonte: Eduardo Maiato.

Na época das canoas, tinham como principais safras a da tainha, do camarão e da corvina, mas também pescavam outras espécies como bagre, miraguaia e cação. Praticavam a pesca dentro do canal e também se aventuravam fora da barra.

“Na época da guerra, 1945, eles não podiam pescar fora da boca da barra, os que saíram foram metralhados. Eles metralhavam só o pano para dar medo. Não podia sair para fora de jeito nenhum. Tinha que ser da boca da barra pra dentro. Chegaram até a afundar chatas com o objetivo de dificultar a entrada de navios de guerra dos outros países. Alguns eles tiraram, outros não; os que ficaram transformaram-se nos pegadores. Ficou como pegador das redes. A gente chamava de pegador da chata. Agora não tem mais, já corroeu tudo. Nos molhes tinha os canhões; eles foram tirados na década de 1960. O canhão girava para todos os lados” (Pescador Eduardo Maiato).

Ao falar das pescarias no passado, os pescadores, nesta localidade, sempre mencionam a abundância de peixe existente naquelas águas. Sendo assim, o passado é visto como um

período de fartura de peixe³¹. “*Eu nunca quis estudar. Via tanto peixe na praia que queria ir pescar*” (Pescador Eduardo). O desaparecimento de algumas espécies, como a miraguaia, em ecossistemas extremamente produtivos como estuários e lagunas, atinge principalmente os pequenos pescadores que tiram daí seus meios de subsistência (DIEGUES, 1983).

As canoas de pranchão (Figura 75) são reconhecidas como o primeiro modelo de embarcação tradicional propriamente desenvolvido no Rio Grande/RS. Essas embarcações tinham essa denominação, porque seu casco era construído com pranchões de cedro de duas polegadas de espessura, falquejados a enxó e fixados uns aos outros com pregos e cavilhas, sobre um esparso cavername, com três a cinco cavernas mestras, construído preferencialmente de grápia ou angico e em seu velame as canoas apresentavam três velas (TOMASCHEWSKI, 2009, p.7).

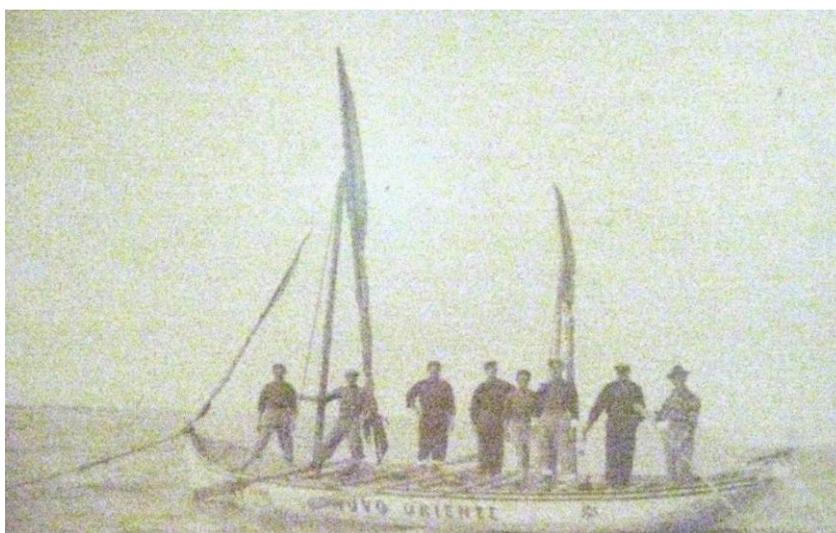


Figura 75: Fotografia de uma canoa de pranchão muito utilizada na Barra em meados do século XX. A canoa “*Novo Oriente*” era de propriedade de Manoel Ferreira Maiato (primeiro da direita), um dos primeiros moradores da Barra. Fonte: Eduardo Ferreira Maiato (SANTANA, 2010).

As velas, conhecidas como “*pano poveiro*”, eram trapezoidais com verga, excelentes para os ventos da região. Foram os pescadores portugueses que as trouxeram da Póvoa do Varzim e as adaptaram à realidade do estuário. Ainda para vencer as correntezas da entrada da barra durante o regime de vazantes, nas atracções e deslocamentos pelos canais sem a

³¹ O desaparecimento de inúmeras espécies de pescado se deu não somente pela sobrepesca, facilitada pela introdução do maquinismo e técnicas cada vez mais predatórias, como também pelos efeitos negativos da poluição proveniente dos dejetos urbano-industriais (DIEGUES, 1983, p.81).

presença de vento, os pescadores empregavam geralmente quatro remos.

As canoas de pranchão foram utilizadas na pesca do estuário e área oceânica costeira adjacente até meados do século XX, quando pouco a pouco foram sendo substituídas por outros modelos de embarcações. Em meados da década de 1950, surgiram as primeiras canoas a motor de popa com capacidade para até três toneladas. O tamanho das embarcações era menor por causa de pouca potência dos motores de popa, porém permitiam uma mobilidade maior em menor tempo (Figura 76).



Figura 76: Fotografia de 1957 de uma canoa utilizada na pescaria na região do canal e adjacências. Esta canoa primeiro foi à vela e remo e depois a motor. Fonte: Foto fornecida pelo Sr. Carlos Alberto Santos (Tuca). Ele ainda criança, é o primeiro da esquerda. A canoa “Sempre se fez” pertenceu a seu pai Sr. Américo Santos, que era português e junto com seu irmão Adelino possuía uma parrelha de pesca.

Cada pescador tinha a sua função dentro da canoa. Um cuidava dos pesos: pesos de areia e das pedras, outro cuidava das cortiças e outro cuidava da proa com o remo na hora de colher as redes. “*Se eu ficasse de responsável pelo chumbo, tinha que ter as pedrinhas sobressalentes, porque se perdesse alguma tinha que ter outra para colocar no lugar*” (Pescador Sr. Odécio). Além dos três proeiros, a canoa tinha um patrão de pesca; essa função também poderia ser desempenhada pelo proprietário da embarcação.

O processo de trabalho na pesca artesanal tem sua origem em um passado longínquo e é carregado de saberes, conhecimentos, técnicas de pesca que foram acumulados ao longo do tempo e que foram transmitidos de uma geração a outra. Como vimos, a cultura da arte de pescar não é um conjunto fechado e imutável. Ela transforma-se sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio. Ao documentarmos que a embarcação Bote como

sustentáculo sólido imediato para a realização das pescarias é um dos meios de trabalho para a objetivação das condições materiais de existência desta comunidade de pescadores artesanais, constatamos as mudanças ocorridas no meio de trabalho, ou seja, na embarcação de pesca.

Segundo o estudioso Kelvin Duarte, no Brasil, Bote é um termo genérico que normalmente designa uma embarcação de pequenas proporções e de boca aberta. No entanto esse tipo de embarcação possui características diferentes, dependendo da região litorânea do país. Segundo a Enciclopédia Boating, os botes têm sido parte da vida humana desde a primeira aventura selvagem sobre um tronco para cruzar as águas. No Brasil, não encontramos esta designação nos barcos mais antigos. Os termos genéricos encontrados nos países de cultura lusa, normalmente restringem-se a barcas, barcos, bateiras e lanchas.

O Bote, no Sul do Brasil, é originário da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul e destaca-se que São José do Norte, São Lourenço do Sul, Rio Grande e Pelotas são os principais municípios onde os botes atuam e são fabricados. Acrescentamos que as pescarias de camarão, tainha, corvina e bagre, que são realizadas através da embarcação Bote, caracterizam-se como sendo artesanais, porque se utilizam de técnicas rudimentares fundamentadas no trabalho braçal, embora as referidas pescarias atualmente estejam agregando alguns novos valores tecnológicos em relação à pesca totalmente braçal. Hoje temos cerca de 60% das embarcações com a inserção de um guincho mecânico movido por um pequeno motor localizado na proa da embarcação e algumas com a implantação de uma sonda simples, movida por uma bateria elétrica de padrão comum, para o rastreamento visual de pescados. Praticamente, todas as embarcações utilizam rádio PX amador para a comunicação durante as pescarias.

Ressaltamos que todas as embarcações, digo, absolutamente todas que pescam camarão, tainha, bagre e corvina, realizadas com Bote, não navegam em alto mar, porque de forma limitada fazem o acompanhamento da linha de praia e também estão atreladas à pesca no interior do estuário da Laguna dos Patos. Então, podemos registrar que é uma pesca artesanal passando por um processo lento e gradual de inserção de alguns novos valores tecnológicos para embarcações de pequeno porte.

Em função da facilidade de construção e boa navegabilidade, os Botes foram progressivamente substituindo as tradicionais canoas de pranchão. Eles possuem como característica a proa vertical com um prolongamento denominado de *capelo* (Figura 77) que serve para amarração do cabo de atracação; a borda é baixa, a boca é larga e a popa pouco

erguida em forma de “vê” (Figura 78). O fundo pode ser arredondado ou achatado. O costado é construído com tábuas inteiras e largas de pinho e o cavername (conjunto de cavernas, esqueleto de madeira que forma a estrutura da embarcação) é feito de grápia (*Apuleia leiocarpa*), uma espécie florestal nativa do sul do Brasil, que se encontra atualmente em processo de extinção (NICOLOSO *et al.*, 1999). Essa madeira de lei é utilizada por ser mais resistente que o pinho. Os pregos no início eram de cobre, depois passaram a ser galvanizados. Nota-se que o costado abre-se acentuadamente a partir do fundo, aumentando a boca da embarcação, e por consequência a capacidade de carga e a segurança no mar.



Figura 77: Fotografia do capelo. Fonte: autora.



Figura 78: Fotografia da popa do Bote. Fonte: Autora.

O Bote é uma embarcação de pesca artesanal motorizada, utilizada por pescadores artesanais na captura de pescados e crustáceos de origem marinha no estuário da Lagoa dos Patos e em áreas oceânicas próximas à costa e começou a ser utilizado na Barra na década de 1960. Esse tipo de embarcação começou a ser usados porque as canoas eram feitas em pranchões de cedro aos pedaços, que tinham que ser modelados e, conforme os pescadores entrevistados, era muito trabalhoso moldar o cedro; além disso, começou a se tornar muito cara a sua construção e manutenção devido à grande quantidade de placas de cobre usadas na sua edificação. *“As canoas foram deixadas de lado, porque era difícil ter estaleiros para arrumá-la;, além disso, não existiam muitos cedros por causa dos móveis e também gastava-se muito dinheiro”* (Pescador Zé Português). Os calafetos das canoas eram feitos com massa de vidro, jornal e, por cima, uma chapa de cobre que acabava por encarecer o produto final. Além disso, os pranchões de cedro iam encharcando e apodrecendo, porém isso não significa que duravam menos que os botes, só que sua manutenção era mais complicada. Segundo os pescadores, as canoas podiam durar até 70 anos, se bem conservadas.

Com o surgimento dos Botes começaram a desaparecer todas as canoas. *“O pessoal começou a fazer embarcações mais fáceis de serem feitas, mais leves e mais baratas que foram os botes”* (Pescador Eduardo). Desde o início, na década de 1960, os Botes eram feitos com o mesmo formato de hoje, apenas em menor tamanho, assim como as canoas que sempre tiveram o mesmo formato. Então começaram a surgir novas ideias: no lugar de arrumar as canoas, começaram a fazer os Botes. *“Depois de 1965 começou a epidemia de botes e começaram a descartar as canoas. Aí todo mundo começou querer ter o seu botizinho”* (pescador Seu Odécio).

Os primeiros Botes foram construídos no município de São Lourenço do Sul/RS, e na localidade da Marambaia, na Ilha dos Marinheiros, em Rio Grande/RS, no estaleiro do velho Milton; porém, o melhor estaleiro, segundo os pescadores entrevistados, era dos *Irmãos Santos*, localizado no Prado, em Rio Grande³². O feitiço era um só no Prado e na Marambaia. Os Botes possuíam o fundo em um formato achatado. Já as embarcações construídas em São Lourenço do Sul eram feitas com fundo achatado ou com fundo arredondado. Segundo os pescadores, o formato era o mesmo em forma de “u”, só mudava o fundo da embarcação.

As linhas das pinturas seguem os contornos das tábuas largas, tornando os Botes pouco coloridos. São tradicionalmente pintados com cores mais sóbrias, embora não sejam incomuns as tonalidades claras e vivas. A parte interna é comumente pintada de laranja, muitas vezes resultante de tintas antiferrugens do tipo zarcão, mas existem algumas embarcações, de outras cores na parte interna, como o azul. É usual que o espaço proporcionado pela proa alteada seja utilizado para pintura de símbolos, números e sinais característicos como, por exemplo, a colônia de pesca ao qual são filiados (Figura 79).

³² Esse estaleiro não existe mais e não foi possível encontrar nenhum representante dessa família.



Figura 79: Fotografia utilizada para demonstrar o local onde são pintados alguns símbolos na embarcação. Autora, em jul/2012.

Os primeiros Botes utilizavam também uma vela, denominada de traquete, para auxiliar na locomoção. Ela deixou de ser usada, quando apareceram os primeiros barcos de malha, na década de 1970. Quase todos os Botes preservam os encaixes de mastro, próximos à proa da embarcação, mas nenhuma embarcação da Barra utiliza a vela. O encaixe preso no fundo do Bote é denominado pelos pescadores como “*carlinga*” e está localizada em baixo do banco, próximo à proa, que possui um buraco, que era utilizado para colocar o mastro, onde o pano (vela) era preso (Figura 80).



Figura 80: Fotografia da parte interna de um Bote demonstrando, os encaixes para a colocação do mastro. Fonte: Autora.

A vela deixou de ser utilizada, quando começaram a usar os motores de centro. “*A motor é mais fácil de trabalhar, já a pano tinha que andar bordejando (em zigue-zague); a motor podia andar em linha reta, independente da correnteza da água ou do vento*” (Pescador Seu Zé Português) (Figura 81).

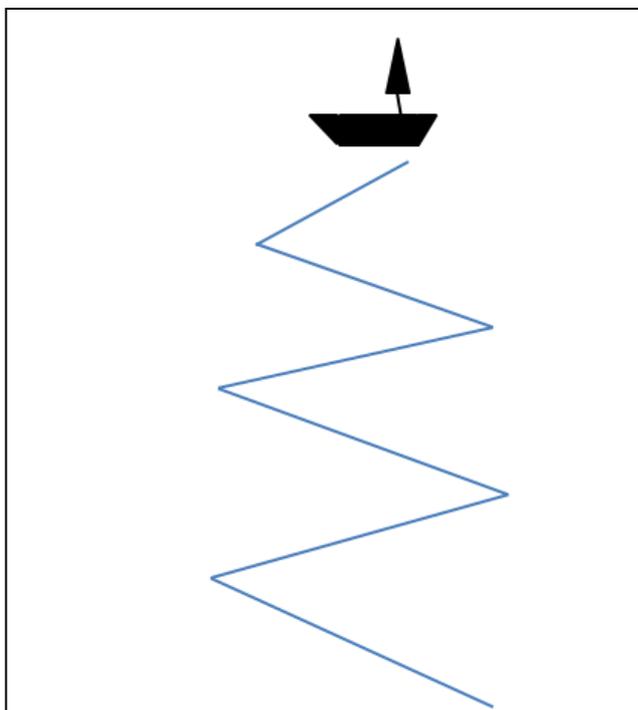


Figura 81: Desenho baseado no relato do Pescador José Português, para demonstrar o movimento feito pelas canoas para transpor a força do vento. Segundo ele, navegavam bordejando.

Os primeiros Botes tinham um tamanho que podia variar de 7 m até 10 m de comprimento. As embarcações são medidas em palmos. Cada palmo corresponde a, aproximadamente, 20 cm. Os Botes eram embarcações mais leves quando comparadas às canoas; porém, apesar de serem menores e mais leves, possuíam maior capacidade de carga. A capacidade de carga nas canoas era de 1.500 kg até 2.000 kg, dependendo do tamanho da embarcação; já os primeiros Botes podiam carregar até 2.500 kg. Hoje em dia existem embarcações de até 12 m que podem pescar 3 até 7 toneladas de peixes ou crustáceos.

“O tamanho variava. O meu tinha 45 palmos, que dava aproximadamente 7 m. Os botes eram menores que as canoas, porém eram mais leves e possuíam maior capacidade de carga. Os primeiros variavam de 7 a dez metros. Não era muito caro fazer um bote. Eu me lembro de pagar Cr\$ 1.800 por um bote. Até Cr\$ 3 mil, comprava-se o bote, motor, pano para fazer a vela e fazia-se as redes”(Pescador Zé Portugues).

Atualmente para construir uma embarcação gasta-se, aproximadamente, R\$ 13 mil reais. No entanto, se o pescador optar por adquirir uma embarcação usada, ou seja, de segunda mão, consegue comprar por R\$ 5 ou 6 mil. Além disso, existem atravessadores que compram a embarcação e o pescador pode pagar com o pescado capturado, com isso o pescador fica condicionado a vender o seu produto de trabalho para esse atravessador, independente do valor pago por quilo de pescado.

Em relação à quantidade de proeiros, pode variar de dois a quatro, dependendo do tamanho da embarcação; porém, todos os pescadores entrevistados durante esta pesquisa mencionaram que pescam com um total de três pescadores. A tripulação do Bote pode ser formada, com isso, pelo proprietário, que geralmente participa da captura, e pelos proeiros que são pescadores que não possuem instrumentos de trabalho, mas possuem funções determinada na embarcação como o meeiro, o malheiro (na cortiça) e o chumbareiro; segundo os pescadores, determinar as funções facilita a pescaria.

Em relação à propriedade da embarcação dos, aproximadamente, 70 pescadores artesanais, 33 deles alegam ter embarcação de pesca artesanal, ou seja, afirmam serem donos da mesma; 30 pescadores não possuem embarcação; e os demais não informaram, segundo informações de Kalikoski e Vasconcelos (2012). Portanto, este estudo mostra-nos que há um percentual significativo referente ao número de pescadores que possuem embarcações próprias.

Os botes, que se caracterizam como embarcações de pequeno porte (6 até 12 m), são todos motorizados. Os primeiros motores de popa 2 tempos a gasolina, “Penta e Arquimedes”, surgiram na década de 1950. Todos os dias tinham que ser retirados e guardados no galpão de pesca. Os pescadores tinham que retirar os motores, porque as canoas tinham que ser puxadas para o seco diariamente, devido ao fato de não existirem trapiches naquela época na comunidade. Não tinha como puxar com os motores presos nas canoas, porque as hélices do motor poderiam quebrar quando arrastassem no chão.

Além dos motores também utilizavam a vela, concomitantemente. Em meados da década de 1950, já existiam esses motores, porém não eram utilizados em todas as embarcações; se possuíam, por exemplo, cinco embarcações, duas tinham motor e três não. Isso acontecia devido ao preço elevado dos motores, pois eram importados. Segundo Diegues (2004), a partir da segunda Guerra Mundial, inúmeros fatores alteraram a pesca artesanal, sobretudo a introdução, entre outros fatores, dos motores “de centro”. Na década de 1960 é

que surgiram os primeiros motores de centro a gasolina na Barra. No início os arrastos eram com motores de popa, mas como esses motores quebravam muito, quando encostavam na lama, eles começaram a utilizar os motores de centro trazidos do estado de Santa Catarina. Utilizavam como combustível gasolina misturada com um óleo para baratear os custos. Segundo os pescadores, os primeiros motores de centro eram os B8, B10, B12 (a numeração correspondia à potência do motor em HP) e segundo os pescadores, eles eram muito barulhentos. *“Eu tenho um zunido no ouvido, guria, até hoje. Deve ser por causa do barulhão dos motores”* (pescador Odécio). Apesar disso, eles foram, gradativamente, substituindo os motores de popa por serem mais fáceis de trabalhar, mais baratos de serem adquiridos e mais econômicos em comparação com os motores de popa.

A parêlha do seu Eduardo e do seu irmão Davi foi uma das primeiras a possuir o motor de centro, na Barra. Os motores de centro a óleo diesel começaram a ser usados na década de 1970 e continuam até hoje. Entretanto antigamente os motores eram menos potentes que atualmente. Esses motores possibilitaram uma maior mobilidade dos pescadores com relação aos locais de pesca. *“Hoje a gente vai lá no navio e não tá dando nada; aí a gente vai lá pra boca do Norte. Agora os motores são melhores e aí a gente anda mais”* (Pescador Odécio).

Apesar de os Botes terem sido usados durante muitos anos, durante a pesquisa percebemos que existe um número reduzido de embarcações desse modelo atualmente na Barra. E assim como aconteceu com as canoas de pranchão, talvez esse tipo de embarcação de pesca artesanal também esteja sofrendo um processo de extinção. Conseguimos identificar, durante o trabalho de campo na área de estudo, aproximadamente 10 Botes. As demais embarcações de pesca artesanal motorizada são, predominantemente, denominadas pelos pescadores como canoas. Essa embarcação, segundo eles, é construída com os mesmos materiais que o Bote, porém possui uma diferença na estrutura física. As canoas possuem a popa mais larga, quando comparada à do bote. Segundo os pescadores, essa característica possibilita que as canoas tenham um maior espaço na parte traseira, o que permite uma melhor mobilidade na hora das pescarias. Além disso, a hélice fica embaixo, no fundo da embarcação, diferente do Bote em que a hélice do motor fica posicionada na parte de trás.

Segundo os pescadores entrevistados, quem está mandando construir uma embarcação nova está optando por fazer no formato de uma canoa, devido a esse tipo de embarcação possuir um maior espaço interno, quando comparado à embarcação do tipo Bote. Segundo um

dos pescadores: *“o cara do estaleiro diz que de cada 10 embarcações que ele constrói, 9 são canoas”*. Assim como ocorreu com as canoas de pranchão, que foram sendo substituídas progressivamente pelos Botes, atualmente os Botes também estão sendo substituídos pelas canoas. Este fato foi desvendado durante o trabalho de campo na comunidade e intensificou a necessidade de registrar esse meio de trabalho, visto que ele pode ser extinto e ser encontrado no futuro apenas em museus náuticos e na memória dos antigos pescadores assim como ocorre com as canoas de pranchão.

Acrescentamos que o labor dos velhos pescadores artesanais não se limitava simplesmente ao domínio das técnicas de objetivação das pescarias, porque todo o trabalho de idealização e confecção dos apetrechos de pesca esteve durante anos sob a tutela das artes laboriosas destes homens que se apresentam culturalmente como moradores da explicitada comunidade da Barra, cujos galpões para o acondicionamento dos bens materiais para a pescaria faz parte da geografia e história desta comunidade.

O citado galpão de pesca, desde a sua origem, sempre foi determinado como sendo o local onde são condicionados os apetrechos de pesca, ou seja, o material que é utilizado para a pescaria. Além disso, é neste local que são confeccionadas e consertadas as redes de pesca, meio de trabalho produzido pelos pescadores e também todos os demais apetrechos de pesca. *“Eu nasci em um galpão com chão batido. Nós ainda temos um galpão dessa época. Ele ainda é utilizado para colocar umas redes”* (Pescador Sr. Eduardo).

Na época que os pescadores eram somente portugueses, cada um tinha seu galpão com a sua casa. Existia a área destinada para a atividade pesqueira e a área designada como sendo de residência. Porém, na década de 1940, começaram a surgir os galpões para a moradia de pescadores de origem catarinense que eram utilizados como proeiros nas parselhas de pesca. *“Quando chegaram os catarinas, eles não tinham família, vinham sozinhos e nem casa aqui; aí começou a ter os galpões para a moradia desses proeiros”* (Pescador Sr. Eduardo). Segundo os pescadores, existiram na comunidade galpões com 20 camas distribuídas em beliches para a acomodação dos trabalhadores. *“Cada um tinha sua cama, dormíamos em beliches de madeira. O beliche debaixo era alto do chão para colocarmos as bolsas com as nossas roupinhas”* (Pescador Seu Zé Português). Além das roupas dos pescadores, a parte debaixo dos beliches era utilizada para guardar os mantimentos e nos pés de todos os beliches tinham uma ponta de rede, pois os pescadores confeccionavam e consertavam as redes também dentro dos galpões. Portanto existia um galpão para guardar as redes já

confeccionadas e outro tinha os beliches, onde faziam também as redes, com uma divisão que era utilizada como cozinha.

Os pescadores acordavam às 4 horas da manhã, estando o tempo bom para a pescaria ou não, pois se não fossem para o “mar” pescar, começavam a fazer as redes. Se ficassem 10 dias sem ir pescar, ficavam os 10 dias fazendo redes. Os pescadores confeccionavam muitas redes devido à grande quantidade de canoas que cada parrelha possuía. [...] *“eram muitas canoas e tinha que ter redes pra trabalhar”* (Pescador Seu Odécio).

“Às quatro horas da madrugada, todo mundo se levanta, se tivesse que ir para o mar ou não; a gente levantava, tomava café com pão torrado que eram comprados em sacos. O cozinheiro tinha uns barris de madeira que eram cheios com pão torrado e cada um que chegasse, tirava um, dois quantos quisesse comer” (Pescador Seu Zé Português). Segundo um dos pescadores entrevistados, *“o café da manhã era bem reforçado, um copo de café com um ou dois pedaços de pão torrado”* (Pescador Seu Odécio).

O almoço ficava pronto às 8 horas da manhã; ao meio dia era o café da tarde; e no período vespertino, entre às 16h e às 18horas, era servido o jantar. Quem ficava trabalhando no galpão, não podia comer enquanto os que estavam trabalhando no “mar” não chegassem.

“Ficávamos loucos de fome e sentindo o cheiro da comida pronta e não podíamos comer. Eu trabalhei uns 5 anos para parrelha do Chipé e a gente só comeu carne 1 vez, porque matamos um carneiro pro natal. Lá funcionava assim: 4 horas da manhã era o café da manhã, 8 horas, mais tardar às 9 horas, era o almoço, se tivesse todo mundo no galpão, senão tinha que ficar esperando todo mundo chegar. Se em 10 dias não tivesse peixe para pescar, era 10 dias comendo feijão e arroz; quando tinha peixe, era só arroz e peixe frito ou ensopado e a janta à noite era às 6 horas tinha, feijão, arroz e peixe” (Pescador Seu Odécio).

A alimentação era à base de arroz, feijão, peixe, pão, café, farinha e açúcar. Os alimentos eram comprados no centro da cidade do Rio Grande, em um estabelecimento comercial denominado de “Talfiki”. Os proprietários das parrelhas mandavam um dos pescadores ir até esse local de canoa para comprar os mantimentos para a parrelha do galpão. Os alimentos eram comprados em grande quantidade, a granel. Arroz, feijão, café e açúcar eram comprados em sacos de 50 kg. Todos os mantimentos eram guardados em barris na cozinha do galpão. O valor total provido para a compra dos alimentos era inserido na despesa, ou seja, o dinheiro para pagar a comida era retirado da produção, do montante em dinheiro adquirido com a venda dos pescados ao final de cada safra.

“A gente comia arroz, feijão e peixe frito além do pão torrado. Se não tivesse peixe, era só arroz e feijão. Chamava-se de “Arigonha” o feijão e o arroz preparado tudo junto, misturado. Cozinhado tudo junto ficava tipo um mingau, ou então tinha peixe frito ou ensopado. Ensopado era modo de dizer, porque não colocavam cebola, não tinha tomate, era cozido com colorau, porque ficava vermelho. O pessoal dizia que era peixe ensopado, mas não era, porque não tinha gosto de nada, era cozido. Quando a gente queria comer um pedaço de carne de charque ou um pedaço de linguiça, a gente ia até a venda do Português e comprava o seu pedaço. Lavava e amarrava um pedaço de fio no seu charque ou no seu pedaço de linguiça e amarrava na alça da panela para saber qual era o seu pedaço na hora da comida. Se não fizesse isso, o outro poderia pegar o seu pedaço para comer. Cada um sabia onde tinha amarrado o seu pedaço de carne” (Seu Zé Português).

Os pescadores não podiam ir dormir muito tarde; os donos das parselhas controlavam seus horários. *“Anoiteceu, se tu saísse para a rua, quando tu chegasse tinha que tirar os tamancos de madeira para não fazer barulho e incomodar os que ficaram dormindo; se alguém reclamasse do barulho, o pescador que saiu poderia até ser mandado embora” (Seu Odécio).*

As necessidades fisiológicas eram feitas na praia, não tinha banheiro; também tomavam banho na praia ou com água de bomba. Até no inverno tomavam banho com água fria; às vezes esquentavam água em latas em fogo de chão, mas geralmente o banho era com água fria. *“Tinha gente que passava até uma semana sem tomar banho no inverno. Se a gente fazia as necessidades no barranco para não se molhar, não tinha papel higiênico, tinha que se limpar com capim” (Seu Zé Português).*

Um dos pescadores entrevistados chegou a morar 10 anos em um galpão de pesca. No tempo que morou no galpão, esse pescador disse que conseguiu adquirir muito pouco, apesar de acreditar que antes era mais vantajoso para os proeiros, porém, segundo ele, era mais difícil adquirir bens materiais.

Antigamente existia uma maior quantidade de galpões de pesca artesanal, pois cada parselha tinha o seu galpão de pesca. Atualmente isso se modificou, porque existem poucos galpões de pesca destinados para a pesca artesanal. Parte dos pescadores confecciona e conserta suas redes na sua própria residência; outros, em depósitos de atravessadores, utilizados também para a compra de pescados; e alguns ainda mantêm a tradição de construir e arremendar as redes nos galpões de pescadores artesanais. A paisagem encontrada atualmente na “praia” é marcada por depósitos de pesca industrial, inclusive com uma fábrica

de gelo. O local está praticamente inacessível devido à grande quantidade de construções voltadas para a atividade pesqueira industrial. Paisagem bem diferente da que era encontrada na década de 1950, ou seja, no período em que a pesca industrial não existia na localidade e a pesca artesanal, com a utilização de canoas a vela, era uma realidade.

CONSIDERAÇÕES AINDA INICIAIS

Neste momento, não faremos nenhuma conclusão, apenas considerações, pois acreditamos que o trabalho não está esgotado por completo, pois existem fatores, dentro do processo de trabalho, que devem ser mais aprofundados, como a comercialização e a remuneração. Acreditamos que este trabalho teve seus objetivos atingidos com relação às reflexões sobre a cultura local e o processo de trabalho existente na pesca artesanal de Bote. E com relação à preservação de parte da história de uma comunidade do município de Rio Grande. A história que estava sendo perdida e agora está parcialmente documentada através desta dissertação, que teve como intuito também não deixar que se percam informações locais ameaçadas pela reorganização dos espaços ditada pelos avanços da economia local.

Ao conviver em uma comunidade de pescadores, que tem o trabalho com algumas peculiares técnicas que atuam diretamente na natureza, é possível compreender parte dessa singularidade que criou uma identidade baseada no trabalho que substantifica a sua existência em um território com cultura. Essa comunidade de pescadores, além de ter interagido com a natureza, tem, ao longo de sua história, formado costumes típicos repassados de geração em geração. A cultura aqui é distinta de outros territórios e espaços onde um grupo social se reproduz econômica e socialmente. A convivência, o pertencimento, a ancestralidade, entre outros fatores contribuíram para que fosse formada uma gama identitária e cultural no território que é de culto.

Ao realizarmos considerações sobre o processo de trabalho percebemos que os pescadores, que são detentores de um conhecimento específico sobre a arte de pesca, estão em constante adaptação. Estes profissionais buscaram formas de manter-se na atividade, por isso, ao longo das gerações, mudaram as redes, as embarcações, os motores, algumas espécies alvo, e até mesmo os lugares onde realizam as pescarias. Isso demonstra que a cultura da arte de

pesca não é algo estanque e imutável, eles procuraram, e ainda procuram meios de continuar pescando embora as dificuldades intrínsecas a essa atividade não deixem de existir. .

Considerar a pesca enquanto atividade decadente não faz parte do nosso pensamento, pois acreditamos que essa atividade econômica ainda é capaz de fornecer as condições econômicas primordiais de pescadores e suas famílias. Além disso, a pesca artesanal é uma atividade capaz de absorver trabalhadores – os pescadores e outros – que dela retiram a sobrevivência, e nela perpetuam o conhecimento da arte de pescar e a história passada de geração a geração. O relato de um pescador vem ao encontro disso. Segundo ele, *“na Barra ninguém morre de fome e só não trabalha quem não quer; serviço na praia é que não falta”*.

Com relação aos pescadores artesanais existentes na Barra, a quantidade não é mais tão significativa quanto na origem da comunidade, porém a pesca ainda exerce uma influência sobre o modo de vida local. Os modos de vida criados e recriados ao longo do tempo contribuíram para que existisse na comunidade um sentimento de pertencimento que faz com que os moradores se sintam participantes de um espaço-tempo comum. Ou seja, que se sintam pertencentes no sentido de identificar-se com um território, com um espaço vivido.

Tem-se nas palavras e nas imagens do trabalho a mescla de imaginações, observações e pensamentos que compõem o universo científico e o conhecimento tradicional. No trabalho, as imagens foram parceiras das palavras, pois ambas deram sentido e significado às memórias e às histórias contadas pelos pescadores e pelos demais moradores. Não é possível falar sobre a Barra e a sua história, sem as imagens que tanto nos cativam, nos ensinam e nos mostram que o progresso e as transformações também influenciaram na sua formação, mas sem que a sua população perdesse a sua cultura e a identidade com o território. Portanto observação, imaginação e pensamento são características do ato humano de conhecer. Isso nos leva a desvendar o enigma e a desconsiderar a fronteira do tempo.

REFERÊNCIAS

- ADOMILLI, G. K. **Arte de pescar, arte de narrar: notas etnográficas sobre a dimensão cultural do trabalho em uma comunidade pesqueira**. MÉTIS: história & cultura – v. 8, n. 16, jul./dez. 2009, p. 97-119.
- ARAÚJO, F. G. B. HAESBAERT, R. (org). **Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. 136p
- AZEVEDO, N. T. **Política Nacional para o Setor Pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. Tese de Doutorado, Curitiba/PR: Curso de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. UFPR, 2012.
- BARROS, S. R. S.; WASSERMAN, J. C.; LIMA, G. B. A. **Risco Ambiental na zona costeira: uma proposta interdisciplinar de gestão participativa para os Planos de Controle a Emergências dos portos brasileiros**. Revista de Gestão Costeira Integrada / Journal of Integrated Coastal Zone Management 10 (2):217-227, 2010.
- BERKES, F.; MAHON, R.; MCCONNEY, P.; POLLNAC, R. [et al.] (autores da versão original em inglês). D.C. Kalikoski (Org. edição em português). 2006. **Gestão da pesca de pequena escala: diretrizes e métodos alternativos**. Ed. Furg, Rio Grande. 360p.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: Lembranças de Velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOTELHO, I. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10/05/2012.
- BRASIL, **Lei Nº 11.959, de 29 de Junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências
- CALDASSO, L. P.; COSTA, A. A.; ABDALLAH, P. R.; TAGLIANI, P. R.. **Análise benefício-custo: uma contribuição à pesca artesanal no extremo sul do Brasil – Rio Grande,RS**. In: 2º CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - II CADMA, Niterói – RJ, 2006.
- CAMARGO, L. O. L. **O que é Lazer**. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- CANEDO, D. **“Cultura é o quê?” - Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia/Brasil. 27 a 29 de maio de 2009.

CARDOSO, E. S. **Da apropriação da natureza à construção de territórios pesqueiros.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14, pp. 119 - 125, 2003.

CASTELLS, M. Paraísos comunais: identidade e significado na sociedade em rede. In: CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade.** Tradução Klauss Brandini Gerhardt. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (ORG). **Geografia: conceitos e temas.** – 10ª Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

CAVALCANTE, R. E. S. **Caracterização da pesca artesanal exercida pelos pescadores cadastrados na Colônia Z-3 do município de Oiapoque – Amapá, Brasil.** Monografia em Engenharia de Pesca. UEA. Macapá, 2011.

CHAUÍ, M. **Cidadania Cultural o direito a cultura.** 1. Ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CLAVAL, P. **A geografia cultural.** Florianópolis: UFSC, 2001.

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs). **Introdução à geografia cultural.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, A. L. (Org.). **Nas redes da pesca artesanal.** Brasília, IBAMA, 2007.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais.** Tradução de Viviane Ribeiro. 2. Ed. Bauru: EDUSC, 2002.

CUNHA, L. H. O. **Educação ambiental em comunidade.** Anais do 2º Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente, 1989.

DANTAS, H. Brincar e Trabalhar. In: KISHIMOTO, T. M (org.). **Brincar e suas teorias.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

DELGADO, L. A. N. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 136p. – (Leitura, escrita e oralidade)

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses, Trabalhadores do Mar.** São Paulo/SP: Ática, 1983.

_____ **A Pesca Artesanal no Litoral Brasileiro: Cenários e Estratégias para sua Sobrevivência.** Instituto Oceanográfico. Cidade Universitária. São Paulo. Brasil, 1988. 44 pp.

_____ **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Hucitec, 1996.

_____ **A sócio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil.** Etnográfica, Vol. III (2), 1999, p. 361-375. Disponível em<http://www.marsol.ufba.br/twiki/pub/MarSol/ItemAcervo46/Vol_iii_N2_361-376.pdf>

Acessado em 15/11/2009.

_____. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira.** São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004. 315p.

DOMINGUES, M. V. R. (coord.). **Desenvolvimento e consolidação do Polo Naval e offshore de Rio Grande.** Trabalho Técnico. Rio Grande/Porto Alegre: FURG/SEDAI, 2009.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura popular.** 3. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

FAO – Organização das nações unidas para a agricultura e alimentação. *The State of World Fisheries and Aquaculture*, 2010. Disponível em: <<http://www.fao.org/fishery>>.

_____. **Guia prático do pescador.** Depósito Legal N.º 21 452/88 Tradução e adaptação por A. M. Leite: DGP, Lisboa, Portugal, ISBN – 972 – 95458 – 0 – 4, 1990. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/010/ah827p/ah827p04.htm#4.4>>

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos.** 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. 197-215p

FILHO, C. L. **Um porto seguro para o Mercosul,** Revista Odebrecht online, Ed. N° 137, jul/ago 2008. Acesso em 20/11/2009. Disponível em: <<http://www.odebrechtonline.com.br/materias/01501-01600/1565/>>

GEERTZ, C. 1926. A religião como sistema cultural. In: GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** - 1.ed., IS.reimpr. - Rio de Janeiro :LTC, 2008.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade.** Tradução de Raul Fiker. - São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOSGROVE, D. Geografia Cultural do Milênio. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço.** Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

HAIMOVICI, M. [et al.]. Diagnóstico da pesca no litoral do estado do Rio Grande do Sul. In: ISSAC, Victoria Judith... [et al.] (orgs). **A pesca marinha e estuarina do Brasil no início do século XXI: Recursos, tecnologias aspectos socioeconômicos e institucionais.** Belém: Universidade Federal do Pará, 2006, p.157-180.

HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade.** Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em <http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/CONFERENCE_Rogério_HAESBAERT.pdf> acessado em Jul/2012.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005, pp. 674-692.

HARNECKER, M. **Os conceitos elementares do materialismo histórico**. São Paulo: 2ª ed: Global, 1983. 31-66p.

HEIDRICH, A. L. Sobre nexus entre espaço, paisagem e território em um contexto cultural. In: SERPA, A. (org). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. P: 293-311.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. A. **Techno-economic study of the small-scale fishing operations of the estuary of Patos Lagoon, Brazil**. Report of the Letter of Agreement between the Food and Agriculture Organization of the United Nations and the Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Brazil (PR 42639). FAO-FURG, 2012.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. A.; ALMEIDA, M. **Gestão Compartilhada e Territorial da Pesca Artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos: Subsídios para a revisão da Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP nº 03, de 09 de fevereiro de 2004**. Relatório final do Projeto Empoderar para Transformar. Rio Grande/RS, FURG. 2013.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1989. 116p.

LIMA, D. A. **O lugar Marambaia**. Tese de Doutorado. Presidente Prudente/SP: Curso de Pós Graduação em Geografia/ FCT- UNESP, 2003.

_____. **As relações sociais de produção dos pescadores do Canto do Mangue – Natal/RN**. Dissertação de Mestrado, Florianópolis, UFSC. 1995.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série antropologia, N°322. Brasília, 2002.

MADUREIRA, M. S. P.; HABIAGA, L. A. **Projeto Lagoa dos Patos**. Subprojeto: Organização do habitat dos pescadores. Relatório anual (Ano II), vol. 3. Rio Grande, Fundação Universidade do Rio Grande (FURG), 1988/89.

MAGALHÃES, M. R. et al. **Utilização de Sistema de Posicionamento Global no lançamento de pedras via-marítima para a ampliação dos Molhes da Barra do Porto do Rio Grande/RS –Brasil**. Anais do 12º Encontro de Geógrafos da América Latina. Montevideu, 2009.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do Mar**. São Paulo/SP: Editora Ática S.A, 1986.

_____. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2 ed. São Paulo: Annablume, 1994.

MARTINS, C. A. A. **Nas águas da Lagoa há Reprodução da Vida: pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos - Rio Grande (RS)**. Dissertação de mestrado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo/SP: [s.n.], 1997.

_____(org). **Relatório Final do Levantamento Socioeconômico nas áreas de Expansão Portuária – Barra Velha**. Núcleo de Análises Urbanas. Rio Grande, FURG, 2008.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. 6ª ed. ampl. e atual. – São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, K. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 144pp.

_____. **Textos Econômicos**. Ed. Mandacaru, São Paulo, 1990.

_____. **O Capital**. Versão resumida, 7ª Ed. Guanabara S.A. Rio de Janeiro, 1982.

MEDEIROS, R. M. V. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs). **Território e territorialidade: teorias, processos e conflitos**. 1.ed. –São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009. 217-227p.

MONTEIRO, S. M. M.; CALDASSO, L. P. **A regulação da pesca artesanal do município do Rio Grande/RS**. (s/d). Disponível em <<http://www.ceema.furg.br/liandraartunicamp.pdf>>, acessado em 20/11/2009.

MORAES, A. C. R. **Território. Orientação**. São Paulo, Instituto de Geografia-USP, n.5. 1984. p. 91.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

MUSEO NACIONAL DO MAR. **Embarcações Brasileiras**. (2012). Disponível em <<http://www.museunacionaldomar.com.br>>. Acessado em 24-jun-2012.

NEVES, H. A. P. **O Porto do Rio Grande no período de 1890-1930**. Revista do Departamento de Biblioteconomia e História, Rio Grande, FURG, 1980.

NICOLOSO, F. T. *et al.* **Exigências nutricionais da Grápia (*Apuleia leiocarpa* Vog. Macbride) em solo podzólico vermelho amarelo**. Ciência Rural, Santa Maria, v. 29, n. 2, p. 225-231, 1999. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cr/v29n2/a07v29n2.pdf>> acessado em 20/jun/2012.

NUNES, R. B. **A cultura do silêncio: um estudo na escola estadual de ensino fundamental e Médio dom Feliciano – RS**. Dissertação de Mestrado em Geografia. FURG. Rio Grande/RS, 2010.

OHLWEILER, O. A. **Materialismo Histórico e Crise Contemporânea**. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

PAIOLA, L. M.; TOMANIK, E. A. **Populações tradicionais, representações sociais e preservação ambiental: um estudo sobre as perspectivas de continuidade da pesca artesanal em uma região ribeirinha do rio Paraná**. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 24, n. 1, p. 175-180, 2002.

PEREIRA, R. A. **Sobre a luz do guerreiro: as manifestações culturais no centro espiritualista reino de São Jorge - Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado em Geografia. FURG. Rio Grande/RS, 2011.

PERICO, R. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PIMENTEL, F. **Aspectos Gerais do município de Rio Grande**. Of. Graf. Da imprensa oficial. Porto Alegre. 1944.

PLEIN, I.T.T. *et al.* **Território e territorialidade na perspectiva de Robert David Sack** In: SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. DE. (Orgs.) **Leituras do conceito de território e de processos espaciais** (pp.47-66), São Paulo: Expressão Popular, 2009.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Tradução: Monique Augras. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 200-212.

PONTUSCHKA, N. N. Estudo do meio: momentos significativos de apreensão do real. In: **Para ensinar e aprender geografia**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 173 a 187.

RAMALHO, C. W. N. **“Ah, esse povo do mar!”: um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. São Paulo: Polis: Campinas (SP): CERES, 2006. 175 p.

REIS, E. G. Pesca artesanal na Lagoa dos Patos. História e administração pesqueira. In: Alves, F. N. (ed.) **Por uma história multidisciplinar do Rio Grande**. Rio Grande: FURG. 1999, p. 81-84.

REIS, E.G.; D’INCAO, F. **The present status of artisanal fisheries of extreme Southern Brazil: an effort towards community based management**. *Ocean & Coastal Management*, v.43, n.7, 2000. pp. 585-595.

ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999.

SANTANA, G. M. **Gênese e evolução da localidade da 4ª Secção da Barra em Rio Grande/RS**. Rio Grande. Monografia em Geografia, FURG, 2010.

SANTOS, B. S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAINT-HILLAIRE, A. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1820-1821**; Tradução de Leonam de Azeredo Pena. Belo Horizonte, MG. Editora Itatiaia; São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 1974.

SALVATORI, E; HABIAGA, L. A.G.P; THORMANN, M.C. **Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande**. . Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 51(1): 27-72, jan./mar. 1989.

SEGATO, R. L. **Em busca de um léxico para teorizar a experiência territorial contemporânea**. Série antropologia, N°373. Departamento de Antropologia; Universidade de Brasília. Brasília, 2005

SEELIGER, U e ODEBRECHT, C. **O estuário da Lagoa dos Patos: um século de transformações**. Rio Grande: FURG, 2010

SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008.

SILVA, A. F. **Significado e identidade cultural da pesca em Portugal e no Brasil**. – Natal: Imagem Gráfica Ed. Ltda, 2008.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SOARES, A. R. **Princípios de economia política**. São Paulo: Global, 1985, p.20-70.

SOUZA, P. R. S. **Áreas urbanas desfavorecidas do município do Rio Grande/RS**. Dissertação de Mestrado em Geografia. FURG. Rio Grande/RS, 2012.

SOUZA, E. A; PEDON, N. R. **Território e identidade**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Três Lagoas - MS, V 1 – n.º6 - ano 4, Novembro de 2007

SUERTEGARAY, D. M. **Espaço Geográfico uno e múltiplo**. Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales, n°93, Universidad de Barcelona, 15 de Julho de 2001.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A. C.; SALES, R. R.; Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In: COSTA, A. L. (Org.) **Nas redes da pesca artesanal**. Brasília, IBAMA, 2007, pp.15-83.

WILLIAMS, R. **Cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JORNAIS

LA ROCHA, J. H. **Povoação da Barra é um local agradável.** Jornal Agora, Rio Grande, 23/24-Jan-1999, Agora Bairros.

LA ROCHA, J. H. **Melhoramentos surgem na Barra por iniciativa dos moradores.** Jornal Agora, Rio Grande, 13 e 14-Nov-1999, Agora Bairros, p.1.

LA ROCHA, J. H. **4ª Secção da Barra espera por melhorias.** Jornal Agora, Rio Grande, 21e22-Abr-2001, Agora Bairros, p.4.

LA ROCHA, J. H. **Barra fará mutirão para nivelamento das ruas.** Jornal Agora, Rio Grande, 28-set-2001, Agora Bairros, p.4.

LA ROCHA, J. H. **Avanço das águas ameaça casas na 4ª Secção da Barra.** Jornal Agora, Rio Grande, 25-Jun-2002, Agora Bairros, p.1

LA ROCHA, J. H. **Barra pede melhorias na rede de luz e continua aguardando construção de canaleta.** Jornal Agora, Rio Grande, 08-Jul-2003, Agora Bairros, p.3.

LA ROCHA, J. H. **Avanço da maré continua preocupando moradores na Barra.** Jornal Agora, Rio Grande, 3-fev-2004, Agora Bairros, p.1.

CALDEIRA, M. **Associação aponta melhorias e faz reivindicações.** Jornal Agora, Rio Grande, 10-Jan-2006, Agora Bairros, p.7.

CALDEIRA, M. **Casas ficam embaixo d'água na Barra.** Jornal Agora, Rio Grande, 10-mai-2007, Geral, p.8.

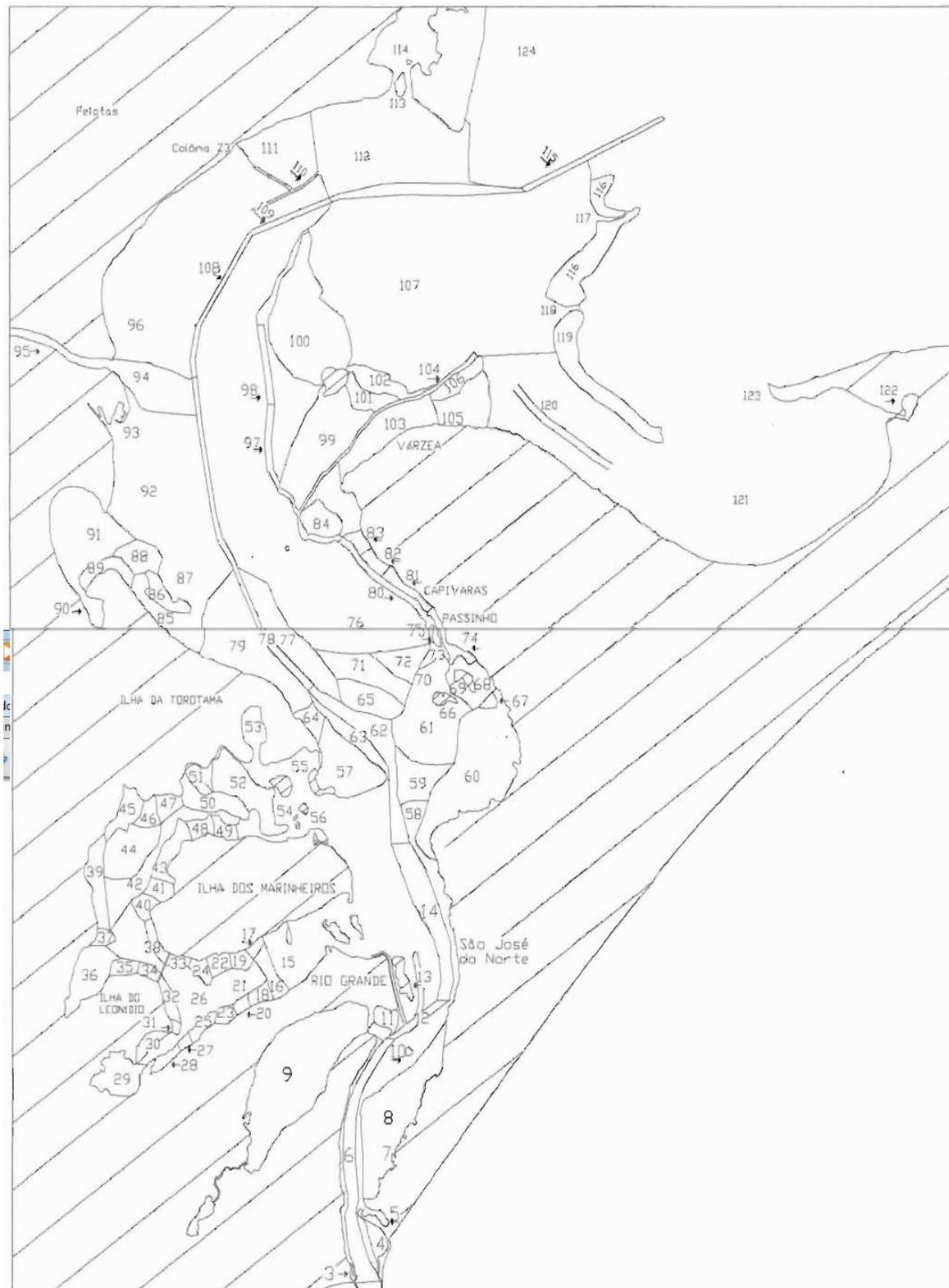
TOMASCHEWSKI, J. **Canoa centenária é repassada a Museu Náutico.** Diário Popular, Rio Grande, 13-jun-2009, Memória, p.7.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PESCADORES

ANEXO 2

MAPA DAS PEQUENAS ÁREAS DE PESCA



LEGENDA MAPA ÁREAS DE PESCA

CÓDIGO	NOME
1	RELÓGIO
2	BARRA
3	PRAIA DO AMARANTE
4	PRAIA DO GRAXA
5	SACO DA 5ª SECÇÃO DA BARRA
6	CANAL DA MANGUEIRA (croa da tábuá, lagoinha, Mate Amargo, terra da tábuá, Lar Gaúcho)
7	SACO DO GURI
8	CROA DA MARIANA
9	SACO DA MANGUEIRA (croá da taboa) (alferes)
10	VACA BRAVA (Avante, boia miro astra)
11	CROA DO BOI OU CROA DA NABA
12	TRÊS CANAIS
13	CROA DA VÁRZEA (Mangueira)
14	CANAL DO NORTE
15	CANALETE DAS POMBAS - Almeida
16	CROA DO MEIO (Bosque)
17	RECANTO DO PAPPARROZ
18	CANALETE DO MATADOURO
19	CROA DO NARCÍSO (Narcísio)
20	SÃO MIGUEL
21	LAMEIRÃO DO PRADO
22	SACO DO NARCÍSO
23	CROA DOS SERVANTES
24	CROA DO BAGRE
25	CROA DO BOSQUE
26	MEIO DO LAGO
27	CROA DO CAPINEIRO
28	CROA DO ARROIO MARTINHO
29	SACO DO JUSTINO
30	FORNO
31	CROA DAS CANAS
32	COSTÃO DO LEONÍDIO
33	BANDEIRINHAS ATÉ BAGRE
34	ATERRO (do leonídio)
35	RAMO
36	QUITÉRIA (croá da fatecha) (CROA DO CARRAPATO)(glória)

37	ANJO
38	COSTÃO DAS BANDEIRINHAS
39	ARRAIAL (curunilha, corunilha)
40	CROA DA CAETANA (Coronija)
41	SACO SUJO
42	CANALETE
43	ESTACADA OU CROA DO LÚCIO
44	CROA GRANDE
45	PANCADAS
46	CHAPÉU ARMADO
47	TIRA CATINGA OU COSTÃO DO BICO DO PATO
48	CROA DOS MENDES (Croa da Furtada)
49	SACO DA MACHADA (Ilhota do Joca)
50	CROA DOS CAVALOS
51	PINGUELA
52	SACO DA AGULHA (Lameirão)
53	SACO DO BOTO
54	CALDEIRÃO
55	SACO DO MOSQUITO
56	BURACO DO PEIXE (ilhota do buraco do peixe)
57	CROA DO MOSQUITO OU CROA DO DIAMANTE (Croa do Lagamar, Zumbi, Farol da tuna)
58	CROA DA BÓIA (Croa do cemitério, mendengue)
59	PASQUINHA
60	LAMEIRÃO DO RETIRO ou Setor 5
61	COSTÃO DA ILHA DOS OVOS
62	CANAL DO DIAMANTE
63	COSTÃO DO DIAMANTE
64	COSTÃO DO MOSQUITO (Olaria)
65	PARCELADO
66	BURACO QUENTE
67	CROA DO JOÃOZINHO
68	CROA DO ARVOREDO
69	MEIO DAS ILHAS
70	CROA DOS BANCOS
71	OURO
72	FUNDO DOS BANCOS OU

	FUNDÃO
73	BALIZA
74	LAMERÃO DO PASSINHO
75	CROA DO FORTE
76	CROA DO MEIO OU CROA DAS CAPIVARAS OU CROA DO OESTE
77	LAMERÃO OU CANALETE
78	CANAL DA TOROTAMA
79	LAMERÃO DA TOROTAMA
80	CANAL DAS CAPIVARAS
81	COSTÃO DAS CAPIVARAS
82	MARIALDINA
83	CORUJA
84	CROA DO CASCO OU SEM SAÍDA
85	FUNIL
86	CROA DA CASCUDA
87	FUNDÃO DAS TROLHAS
88	CROA DO TOCO
89	CAPÃO DOS PORCOS
90	SAQUINHO DO PESQUEIRO
91	SACO DO PESQUEIRO
92	SACO DO TIGRE
93	SACO DO CAPOTE
94	BARRA DE PELOTAS (ambú)
95	CANAL SÃO GONÇALO
96	SACO DO LARANJAL (Corrientes)
97	CANAL DO CASCO OU VAZANTE
98	CANALETE DA SARANGONHA
99	CROA DA NEGRA
100	LAMEIRÃO DA FIGUEIRA
101	LAMERÃO
102	CROA DA SARANGONHA
103	COSTA DA VÁRZEA OU CROA DA VÁRZEA (Arroio do Rogério, Arroio da macega, Chacrinha)
104	CANALETE DA VÁRZEA
105	LAMERÃO (CROA) DA FORMIGA
106	CROA DA PONTA DO MATO
107	CANAL VELHO OU CROA DO SANTO ANTÔNIO

108	CURVA DA BARRA
109	CANAL DO MEIO (cítia, setia)
110	CANALETE DA Z3
111	COLÔNIA Z3
112	CROA DOS PATOS
113	SAÍDA DAS BOCAS
114	LAGOA RAZA E FUNDA (Lagoinha bico da bota)
115	CANAL NOVO
116	CROA DA LATA
117	CANALETE DA ANGRIA (próximo a ilha nova, croa do oeste)
118	CANALETE DA LATA
119	CROA DA MARECA OU CROA DO CANGUÇU
120	CANAL DO INHÂME
121	SACO DO ESTREITO (Saraiva, mesa - inhame, garcia, rincão e croa dos barbados)
122	LAGOA DO GIRAL
123	ZÉ MUNETA (Farol Velho, Farol do Estreito, Farol Caído)
124	CROA DO JACARÉ (Ilha do meio,)
125	LAMEIRÃO DA MARAMBAIA
126	lamerão do rato
127	croa da figueira
128	Furado
129	Barbado
130	Tapera
131	croa do toco
132	lamerão do porto rei
133	Rock
134	Coronija (Coronilha)
135	Cariocas ou Canal dos Gordos
136	SACO DO BOJURU (curral velho, capão comprido)

ANEXO 3

CARTA BATIMÉTRICA DA LAGOA DOS PATOS

